

LIVRO DE ATAS Nº 23

Servirá este Livro, cujas folhas são numeradas seqüencialmente, para que sejam lavradas as atas de sessões da Câmara Municipal de Rio Pomba, a partir de primeiro de janeiro de 2014.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que eu, Secretário, assino com a Senhora Presidente.

Rio Pomba/MG, 02 de janeiro de 2014.

VEREADOR PAULO HENRIQUE DA SILVA
Secretário

VEREADORA MARIA DO CARMO VIEIRA DA SILVA GOMES
Presidente da Câmara

Ata da Vigésima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de

Rio Pomba. Às dezenove horas e vinte e dois minutos do dia seis de fevereiro de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e comunicou que as atas das sessões anteriores não estavam prontas porque são muito extensas e o servidor que as redige esteve de férias em janeiro. Em seguida, foram lidas as seguintes correspondências: a) convite para inauguração da rede do SAMU, em Juiz de Fora, sábado às 11 horas; b) Ofício da Polícia Militar respondendo a indicação do Vereador Juscélio que foi assinada por todos; c) abaixo-assinado dos moradores da região da Rua da Lola encaminhado à Prefeitura solicitando a edificação de uma praça; d) convite da Prefeitura para inauguração da escola e da quadra próximos do parque de exposições. A sra. Presidente, sobre o abaixo-assinado que foi lido, disse que os moradores estão buscando junto ao sr. Prefeito a edificação de uma praça; comentou que foi procurada por dois moradores que lhe relataram a preocupação dos moradores quanto à possibilidade de ser construído um prédio, ao passo que o desejo deles é a construção de uma praça; lembrou que já fez uma indicação nesse sentido. Sobre o mesmo assunto, o Vereador Sérgio Mota disse que lhe causou estranheza quando soube que aquele espaço não seria uma praça, sendo também lotes, o que “mata” aquela localidade; disse que faltou percepção na aprovação do projeto pela Prefeitura, sem defender um espaço público para aquele lugar, apesar de haver pessoas competentes na administração; na sua opinião, foi um absurdo a administração que aprovou o projeto não reservar um espaço público, sendo agora cogitada a necessidade da Prefeitura comprar o terreno; falou da importância dessas áreas para as diversas comunidades da cidade. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que infelizmente na época da aprovação do loteamento não era exigido que o loteador reservasse espaços públicos, segundo lhe informou o sr. Prefeito, sendo que agora passou a ser uma exigência. O Vereador Jorge Luís Martins Soares perguntou quando o loteamento foi aprovado, mas ninguém soube informar. Após, a sra. Presidente comunicou que na reunião do dia vinte de fevereiro haverá a audiência pública da Lei de Responsabilidade Fiscal. A pedido de vereadores, considerando que na próxima sessão poderão ser votados projetos importantes, a audiência citada ficou designada para as dezoito horas. A Sra. Presidente comunicou que continuariam tramitando, por aguardarem os pareceres jurídico e das comissões de Legislação e de Obras: a) Projeto de Lei Complementar nº 16, dos Vereadores Túlio Mota Salgado e Paulo Henrique da Silva: Altera a Lei nº 940/95, que Institui o Código de Obras Municipal, com relação às marquises; b) Emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 16: - Modificativa nº 01; bem como o Projeto de Lei nº 1.560, do Executivo, que autoriza o Poder Executivo a instituir, manter e operar, ou outorgar a exploração do estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do município, denominado “zona azul” e dá outras providências, por aguardar os pareceres das comissões de Legislação, de Finanças e de Obras. A sra.

Presidente solicitou que os pareceres fossem emitidos até a próxima terça-feira. Dando sequência, foi lida a mensagem do Chefe do Executivo de encaminhamento dos projetos de leis de números 1.564, 1.565 e 1.566. A sra. Presidente da Câmara disse que seria interessante que cada vereador pegasse os projetos para lerem, relerem e marcarem as dúvidas, sendo que haverá outra reunião informal, como a ocorrida hoje, com o Dr. Clóvis, advogado do Sinsemrip, e a diretoria deste, para o esclarecimento de dúvidas; comentou também que na véspera do dia vinte haverá reunião com outro advogado, que atuou na elaboração dos projetos; então, a sra. Presidente consultou se o Plenário dispensaria a leitura desses três projetos, por serem muito extensos. Por sete votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira; versus o voto do Vereador Sérgio Mota; o Plenário dispensou a leitura dos projetos. A sra. Presidente disse que todos os vereadores podem solicitar a cópia dos projetos e comunicou que no dia doze, às quatorze horas, haverá reunião com a diretoria do Sinsemrip e o seu advogado; a sra. Presidente determinou a tramitação dos seguintes projetos, encaminhando-os para análise das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final, de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, e de Educação, Saúde e Assistência: a) Projeto de Lei nº 1.564, do Executivo: Dispõe sobre o Estatuto e Quadro do Magistério Municipal de Rio Pomba e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 1.565, do Executivo: Dispõe sobre a Organização Geral da Administração Geral da Prefeitura Municipal de Rio Pomba e dá outras providências; c) Projeto de Lei nº 1.566, do Executivo: Dispõe sobre o novo Plano de Cargos e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Rio Pomba e dá outras providências. Após, foi lido o Requerimento nº 66, do Vereador Túlio, requisitando informações sobre repasse de subvenção social a entidade. O autor comentou que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais nunca recebeu a subvenção da Prefeitura, mas que houve sócios que chegaram até a sua Presidente e questionaram sobre o fato de constar na lei a dotação, o que motivou o seu requerimento para esclarecimento. Votado, o Requerimento nº 66 foi aprovado por unanimidade. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 112-2ª edição: conclusão do calçamento da Rua Ionício Teodoro de Oliveira; 2) Indicação nº 257: colocação de toldo na entrada da farmácia municipal; 3) Indicação nº 263: pontes na zona rural de Bonjardim; b) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 259: academias ao ar livre em Monte Alegre e Granatos; 2) Indicação nº 260: parquinho no parque de exposições; 3) Indicação nº 261: benfeitorias na Praça Vereador Mundico; c) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 256: ponte sobre o rio São Manoel e passarela nos Vogados; d) do Vereador Sérgio Mota: 1) Indicação nº 264: programa Atleta na Escola; 2) Indicação nº 265: calçamento da Rua Tiradentes; 3) Indicação nº 266: acessibilidade nos prédios e veículos públicos; e) do Vereador Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 258: instalação de rampas de acessibilidade junto às faixas de travessia de pedestres e nas esquinas; f) dos Vereadores Paulo Henrique da Silva e Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 262: academia ao ar livre e praça no bairro Jardim América; g) dos Vereadores Paulo Henrique da Silva e Túlio Mota

Salgado: 1) Indicação nº 120-2ª edição: praça no alto da Rua Geraldo Rosa Soares; 2) Indicação nº 86-2ª edição: academia e quadra poliesportiva no bairro Prefeito Geraldo Homem de Faria. Algumas indicações foram comentadas pelos autores e vereadores. O Vereador Sérgio Mota solicitou à sra. Presidente da Câmara que verificasse sobre o atendimento de um ofício da Presidência que solicitou o enviou de algumas informações não encaminhadas pelo sr. Prefeito. A sra. Presidente disse que verificaria o atendimento ou não na secretaria da Câmara e tomaria uma providência. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e treze minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata da Vigésima Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas e vinte e cinco minutos do dia vinte de fevereiro de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão as atas das sessões ordinárias anteriores (19/12/2013 e 06/02/2014). Votada, essas atas foram aprovadas por unanimidade. A seguir, foram lidas as seguintes correspondências: a) convite da Biblioteca para os Cavaleiros da Cultura, dia 14 de março, 19 horas; b) Convite da Prefeitura para Fórum Regional de Educação Ambiental, dia 25 de fevereiro, 13 horas; c) comunicado de convênio para recapeamento asfáltico. Passando às proposições, a sra. Presidente determinou a tramitação das seguintes proposições, por aguardarem os pareceres: a) Emenda ao Projeto de Lei nº 1.560: 01 – Modificativa; b) Projeto de Lei nº 1.560, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a instituir, manter e operar, ou outorgar a exploração do estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do município, denominado “zona azul” e dá outras providências. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.567, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que denomina praça com o nome de Isabel da Costa Peixoto. A sra. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para análise da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final; a sra. Presidente substituiu o Vereador Jorge, autor do projeto, pelo Vereador Túlio Mota Salgado, nos termos regimentais. Continuando os trabalhos, foi lido o Ofício nº 21, do Executivo, encaminhando os projetos de leis Complementar nº 17 e Ordinário nº 1.568. Em seguida, foi lido o Projeto de Lei Complementar nº 17, do Executivo, que altera redação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município e dá outras providências. Ato contínuo, foi lido o Requerimento nº 68, da Mesa Diretora, requerendo o regime de urgência especial para o citado projeto. Votado, o Requerimento nº 68 foi aprovado por unanimidade. Então, a sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O parecer conjunto foi pela legalidade da proposição. Então, ainda no expediente, havendo a deliberação plenária, a sra. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 17. Encerada a discussão, o Projeto de Lei Complementar nº 17 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Em seguida, foi lido o Projeto de Lei nº 1.568, do Executivo, que concede reajuste anual para os servidores públicos do Município e dá outras providências. Ato contínuo, foi lido o Requerimento nº 69, da Mesa Diretora, requerendo o regime de urgência especial para o citado projeto. Votado, o Requerimento nº 69 foi aprovado por unanimidade. Então, a sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O parecer conjunto foi pela legalidade da proposição. Então, ainda no expediente, havendo a deliberação plenária, a sra. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.568. Encerada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.568 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Em sequência, foi lido o Projeto de Lei nº 1.569, da

Mesa Diretora, que dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos agentes políticos municipais do Poder Executivo. Ato contínuo, foi lido o Requerimento nº 70, da Mesa Diretora, requerendo o regime de urgência especial para o citado projeto. Votado, o Requerimento nº 70 foi aprovado por unanimidade. Então, a sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O parecer conjunto foi pela legalidade da proposição. Então, ainda no expediente, havendo a deliberação plenária, a sra. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.569. Encerada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.569 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Resolução nº 318, da Mesa Diretora, que dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos agentes políticos municipais do Poder Legislativo. Ato contínuo, foi lido o Requerimento nº 71, da Mesa Diretora, requerendo o regime de urgência especial para o citado projeto. Votado, o Requerimento nº 71 foi aprovado por unanimidade. Então, a sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O parecer conjunto foi pela legalidade da proposição. Então, ainda no expediente, havendo a deliberação plenária, a sra. Presidente colocou em discussão o Projeto de Resolução nº 318. Encerada a discussão, o Projeto de Resolução nº 318 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 1.570, da Mesa Diretora, que concede a revisão geral anual do vencimento dos servidores públicos da Câmara Municipal. Ato contínuo, foi lido o Requerimento nº 72, da Mesa Diretora, requerendo o regime de urgência especial para o citado projeto. Votado, o Requerimento nº 72 foi aprovado por unanimidade. Então, a sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O parecer conjunto foi pela legalidade da proposição. Então, ainda no expediente, havendo a deliberação plenária, a sra. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.570. Encerada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.570 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Requerimento nº 67, do Vereador Sérgio Mota, requisitando informações sobre o corte de árvores. O Vereador Sérgio Mota disse que fez este requerimento porque está percebendo um processo contínuo de corte de árvores em nossa cidade, tudo feito com uma facilidade muito grande, e que não tem conhecimento se existe por parte da Prefeitura algum projeto de substituição das árvores cortadas; disse haver uma incoerência porque na zona rural o corte de árvores é muito fiscalizada pelo Polícia Ambiental, inclusive com a imposição de multas; disse perceber um processo contínuo de desarborização e que o seu requerimento é para a obtenção de um esclarecimento e alertar aos poderes Legislativo e Executivo sobre a necessidade de se pensar um projeto maior que estabeleça o replantio de árvores; comentou que no local onde foi construída a escola no parque de exposições foram cortadas mais de dez árvores, que foram repostas mas demorarão anos a crescer. A sra. Presidente da Câmara disse que viu hoje esta publicação do Vereador Sérgio Mota numa rede social, quando então procurou o sr. Antônio Carlos, na Prefeitura, que lhe informou estar tudo certo e inclusive com a ciência do Codema; comentou que próximo da sua residência foram

derrubadas três árvores, sendo que o sr. Antônio Carlos teve acesso passando pela casa do Vereador Juscélio para registrar com fotografias, registrar boletim de ocorrência e encaminhar ao Codema; disse conhecer o trabalho do sr. Antônio Carlos, assim como o Vereador Sérgio, que tem acesso para dialogar com ele. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis adiantou o seu voto contra o requerimento; disse saber que a Prefeitura fez tudo corretamente e que votará contra porque a burocracia complica demais a liberação do corte de árvores. O Vereador Sérgio Mota disse que ora nenhuma colocou a seriedade do trabalho do sr. Antônio Carlos. O Vereador Romeu Moreira concordou em partes com o Vereador Sérgio porque, no caso da creche onde foram derrubadas dez árvores, o benefício foi muito grande para o município com a construção da creche; disse que por isso votará contra. Votado, o Requerimento nº 67 foi rejeitado por 06 (seis) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Maurílio Rodrigues dos Reis, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva e Antônio Dias de Oliveira; recebendo o voto favorável dos Vereadores Túlio Mota Salgado e Sérgio Mota. Após, foi lida a Moção nº 9, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, de aplausos a José Maria Pereira. Votada, a Moção nº 9 foi aprovada por unanimidade. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís M. Soares: 1) Indicação nº 269: fechamento do vão central dos mataburros; b) do Vereador Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 268: limpeza de estrada rural nos Cavacudos; c) do Vereador Sérgio Mota: 1) Indicação nº 267: cadastramento no PAC2 para recebimento de veículos; 2) Indicação nº 271: cessão de trio elétrico no Carnaval 2014; 3) Indicação nº 272: providência em estrada rural de Carmos. Às vinte horas e sete minutos, aberta a ordem do dia, a sra. Presidente determinou a tramitação das seguintes proposições: a) Parecer jurídico ao Projeto de Lei Complementar nº 16; b) Parecer nº 06, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei Complementar nº 16; c) Parecer nº 02, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei Complementar nº 16; d) Emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 16: Modificativa nº 01; e) Projeto de Lei Complementar nº 16, dos Vereadores Túlio Mota Salgado e Paulo Henrique da Silva: Altera a Lei nº 940/95, que Institui o Código de Obras Municipal, com relação às marquises. Conforme inscrição regularmente feita, a sra. Presidente da Câmara convidou o Dr. Clóvis Torres Quintão Júnior, assessor jurídico do Sinsemrip, para falar sobre os projetos de leis que tratam dos planos de carreiras e da organização administrativa da Prefeitura. A sra. Presidente da Câmara também colocou em discussão os Projetos de Leis nº 1.564, 1.565 e 1.566. Na Tribuna Popular, o Dr. Clóvis disse que falaria genericamente sobre os projetos; destacou que nos últimos dois meses o Sisemrip atuou efetivamente na intenção de buscar os interesses da classe de funcionários da Prefeitura, tendo muitos pedidos acatados e outros tantos negados, entretanto, como ponto positivo houve a forma democrática com que o Dr. Fernando conduziu, mesmo quando não atendeu aos pedidos mas com o bom senso de escutar o sindicato; disse que este pedido de agradecimento foi solicitado por vários funcionários, mesmo que ausentes; o Dr. Clóvis disse que o próximo informativo do Sinsemrip, que será publicado logo após o carnaval, falará sobre os pontos positivos e os que não foram acatados na elaboração dos projetos. O Vereador Sérgio Mota

perguntou se os próximos concursados terão a progressão e o quinquênio. O Dr. Clóvis disse que o Vereador Sérgio já tem conhecimento desse assunto e que esse é um dos pedidos não atendidos; disse que era preciso fazer uma distinção, pois os direitos adquiridos estão sendo mantidos em relação a quinquênio e duto mais, e o magistério inicialmente ia ter mantido o quinquênio pelo Dr. Fernando, mas que será mantido na forma que foi exposta e combinado na reunião de dezembro com os professores, que é a manutenção do piso nacional do magistério por ser mais vantajoso, além das progressões horizontal e vertical (de classes); em relação aos outros funcionários, a grande conquista foi a manutenção da progressão para os servidores já admitidos, fruto de muito debate e insistência do sindicato; falou também do auxílio alimentação criado e do acréscimo para os servidores que possuem cursos superiores; para os futuros disse que será uma luta a ser continuada e que as vitórias precisam continuar a ser buscadas, justamente naqueles pontos que não foram atendidos. O Vereador Sérgio Mota perguntou objetivamente se os servidores da ativa do magistério continuariam com o quinquênio e a progressão. O Dr. Clóvis disse que eles terão incorporados os quinquênios, que não continuarão, e as férias prêmio, em função de dias, e que a mudança em relação ao magistério é que não terão a garantia do quinquênio mas, por outro lado, terão o piso nacional aplicado, que é bem melhor do que o outro reajuste; disse que, se dependesse do sindicato, todas as questões citadas pelo Vereador Sérgio seriam atendidas, mas são questões técnicas para as quais se demora um pouco mais para serem compreendidas; disse que falou diretamente com o sr. Prefeito sobre a não continuidade do quinquênio para o magistério, mas que o advogado de Belo Horizonte, contratado para fazer os planos de cargos, disse que não assinaria se mantivesse daquele jeito porque ultrapassaria o limite ao se gerar um crescimento vegetativo de vinte por cento em cinco anos, inviabilizando a folha de pagamento; disse o Dr. Clóvis que é preciso ser justo nesse sentido, pois nem tudo é possível, ainda que a luta continue para buscar novas vitórias. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que se for discutido todos os detalhes dos projetos ficaremos aqui a noite toda, e lembrou que já houve reuniões em que foram abordados esses assuntos. Com a palavra cedida pela sra. Presidente da Câmara, a Secretária Municipal de Educação disse que o município já cumpre o piso nacional e que desde 2009 nenhum professor recebe abaixo do piso nacional, na proporção de vinte horas. O Dr. Clóvis disse que encerraria a sua participação, continuando à disposição, e que o trabalho do Sinsemrip continuaria sempre. A sra. Presidente da Câmara parabenizou aos membros do Sinsemrip pelo trabalho realizado e pelas conquistas efetivadas. O Vereador Sérgio Mota disse discordar da Presidente da Câmara por não ver muitas conquistas e comentou que o projeto, ao extinguir cargos, torna-se predatório à qualidade do serviço público e gera o enfraquecimento do sindicato a médio e longo prazo, o qual dificilmente voltará a conquistar a progressão para os próximos funcionários; disse ver com tristeza abrir-se mão dessas conquistas, por ser um retrocesso. A sra. Presidente da Câmara disse que há oito anos atrás o sindicato possuía dez associados e não havia diálogo com o Prefeito anterior, e que é uma grande conquista poderem ir até o gabinete, conversar e questionar; disse que a maioria dos vereadores esteve diretamente com

o sindicato e sabe que os funcionários estão felizes. O Vereador Romeu Moreira disse que discorda plenamente do Vereador Sérgio; agradeceu à diretoria do sindicato por haver batalhado por todos os funcionários; lembrou que hoje existe a lei do piso nacional mas, há vinte anos atrás, não havia e quando foi feito o plano de carreira as professoras ganhavam um salário mínimo; comentou que foi através de conquista sua, como vereador, que elas passaram a dois salários, ainda que tenham perdido o “pó de giz”, sendo ele um vereador iniciante e não existindo um sindicato dos servidores; agradeceu ao Sinsemrip e disse que a batalha continuará com o apoio dos vereadores; parabenizou também ao sr. Prefeito pelo diálogo e por receber os servidores; lembrou que o Sinsemrip enviou uma carta a todos os vereadores pedindo que aguardassem com o projeto porque havia divergências no esboço do projeto, quando então todos os vereadores procuraram o sr. Prefeito e este recuou, reuniu-se com o sindicato e chegou-se a um acordo. A sra. Presidente da Câmara disse que o sr. Prefeito nunca desejará mal para os funcionários e que a Câmara está votando somente depois que o sindicato sinalizou essa possibilidade. O Vereador Sérgio Mota disse que em momento algum falou que o sr. Prefeito deseja mal ao servidor, mas que expressou o seu pensamento sobre aquilo que acha prejudicial ao servidor. Encerrada a discussão dos projetos, a sra. Presidente da Câmara colocou em votação o Requerimento nº 73, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.564. Votado, o Requerimento nº 73 foi aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira; votando contra o Vereador Sérgio Antônio Mota Furtado. A sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; e de Educação, Saúde e Assistência. O parecer conjunto foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.564, exceto o Vereador Sérgio Mota que votou contra. Então, a sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.564, do Executivo, que dispõe sobre o Estatuto e Quadro do Magistério Municipal de Rio Pomba e dá outras providências. O Projeto de Lei nº 1.564 foi aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira; votando contra o Vereador Sérgio Antônio Mota Furtado. Seguindo os trabalhos, a sra. Presidente da Câmara colocou em votação o Requerimento nº 74, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.565. Votado, o Requerimento nº 74 foi aprovado por unanimidade. A sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; e de Educação, Saúde e Assistência. O parecer conjunto foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.565, por unanimidade. Então, a sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.565, do Executivo, que dispõe sobre a Organização Geral da Administração Geral da Prefeitura Municipal de Rio Pomba e dá outras providências. O Projeto de Lei nº 1.565 foi aprovado por unanimidade. Em seguida, a sra. Presidente da Câmara colocou em votação o Requerimento nº 75, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.566. Votado, o

Requerimento nº 75 foi aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira; votando contra o Vereador Sérgio Antônio Mota Furtado. A sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; e de Educação, Saúde e Assistência. O parecer conjunto foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.566, exceto o Vereador Sérgio Mota que votou contra. Então, a sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.566, do Executivo, que dispõe sobre o novo Plano de Cargos e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Rio Pomba e dá outras providências. O Projeto de Lei nº 1.566 foi aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira; votando contra o Vereador Sérgio Antônio Mota Furtado. A sra. Presidente disse que um professor do Ifet lhe questionou o que a Câmara poderia fazer para coibir a venda de bebida alcoólica para menores de idade no Lindo Vale; disse a sra. Presidente que já existe a lei e cogitou a possibilidade de todos os vereadores assinarem um ofício à Polícia Militar; comentou que a lei somente será respeitada a partir do momento em que se cobrar multa do comerciante. O Vereador Túlio Mota sugeriu levar o assunto ao Ministério Público. O Vereador Sérgio Mota disse que já existe a lei. A sra. Presidente da Câmara disse que irá pensar em algo que possa ajudá-los. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e três minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata da Vigésima Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas do dia seis de março de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão as atas das sessões anteriores (27/12/2013 e 20/02/2014). Votadas, essas atas foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. Seguindo, em atendimento ao art. 41, inciso VII, do Regimento Interno, a sra. Presidente fez a prestação de contas da Câmara dos meses de novembro e dezembro de 2013 e de janeiro de 2014. Durante as leituras o Vereador Jorge Luís Martins Soares compareceu à sessão. A seguir, foi lida a seguinte correspondência: a) Ofício da Caixa Econômica Federal comunicando a celebração de convênio para aquisição de patrulha mecanizada. Passando às proposições, a sra. Presidente da Câmara determinou a tramitação das seguintes proposições, por estarem aguardando a análise das comissões: a) Emenda ao Projeto de Lei nº 1.560: 01 – Modificativa; b) Projeto de Lei nº 1.560, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a instituir, manter e operar, ou outorgar a exploração do estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do município, denominado “zona azul” e dá outras providências. Também seguiu tramitando, por aguardar o parecer da Comissão de Legislação, o Projeto de Lei nº 1.567, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que denomina praça com o nome de Isabel da Costa Peixoto. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 275: nivelamento do leito da Av. Jornalista José de Assis Vieira; 2) Indicação nº 276: limpeza às margens da Rua Henrique Dias Saraiva; b) do Vereador Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 119/2013, 2ª edição: asfaltamento da Rua Diógenes Coelho Gomes; 2) Indicação nº 273: asfaltamento da passagem interna do parque de exposições e providência na Rua Francisco Vieira Bomtempo; c) do Vereador Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 141/2013, 2ª edição: canalização do córrego na lateral da Av. Juvenal Pena; 2) Indicação nº 274: recipiente para coleta de lixo no Monte Alegre; d) dos Vereadores Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 52/2013 – 2ª edição: providências no bairro Santa Helena. Sobre a Indicação nº 141, o Vereador Túlio Mota Salgado comentou que ela foi redigida apenas no seu nome, mas que a autoria é de todos os vereadores, como na primeira edição feita em 2013. Às dezenove horas e vinte minutos, aberta a ordem do dia, foram lidos: a) Parecer jurídico ao Projeto de Lei Complementar nº 16; b) Parecer da Comissão de Legislação ao Projeto de Lei Complementar nº 16; c) Parecer da Comissão de Obras ao Projeto de Lei Complementar nº 16; d) Emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 16: - Modificativa nº 01. Então, a sra. Presidente colocou em primeira discussão a Emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 16 e o Projeto de Lei Complementar nº 16, dos Vereadores Túlio Mota Salgado e Paulo Henrique da Silva, que altera a Lei nº 940/95, que Institui o Código de Obras Municipal, com relação às marquises. Encerrada a discussão, essas proposições seguiram tramitando. Finalizando, a sra. Presidente comunicou que ela

e o Vereador Jorge participarão de eventos em Belo Horizonte, promovidos pelo Tribunal de Contas do Estado e pela Associação Mineira de Municípios e convidou os vereadores que se interessassem. O Vereador Juscélio Bernardino Braz manifestou o seu interesse em participar. O Vereador Sérgio Mota informou que o Deputado Federal Padre João ofertou ao município uma indicação de emenda para a Saúde, mediante solicitação sua (do Vereador Sérgio Mota); disse que o Secretário Municipal de Saúde, Reginaldo Furtado, já providenciou os documentos necessários e o devido cadastramento; comunicou que amanhã, às quatorze horas, o assessor do Deputado Padre João estará em Rio Pomba, para um encontro com o Secretário Municipal de Saúde, ele, Vereador Sérgio, e o sr. Prefeito, para definir o objeto da emenda; disse que a sua posição política no município não é a do “quanto pior melhor”, que tem um posicionamento firme mas com o desejo do melhor para a cidade, e que nessa oportunidade de encontrar-se com o sr. Prefeito definirá a aplicação dos recursos no valor de cem mil reais; disse que posteriormente informará aos vereadores sobre o que for definido. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que gostaria de participar dessa reunião, como membro da Comissão de Educação, Saúde e Assistência. O Vereador Sérgio disse que o Vereador Túlio fica convidado e que não fez antes o convite a todos porque a reunião foi definida pelo Secretário de Saúde. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e quarenta e dois minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata da Oitava Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezesseis horas e quinze minutos do dia treze de março de dois mil e quatorze, conforme convocação regularmente feita através do Ofício nº 07/2014-PC-CIRCULAR, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Paulo Henrique da Silva, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início à ordem do dia e solicitou a leitura do Projeto de Lei nº 1.571, do Executivo, que dispõe sobre abertura de crédito adicional e dá outras providências. Após, foi lido o Requerimento nº 76, da Mesa Diretora, requerendo a urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.571. Votado, o Requerimento nº 76 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Então, a sra. Presidente da Câmara solicitou o parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O Vereador Jorge Luís Martins Soares, Presidente daquela comissão, manifestou-se favorável ao projeto. O Vereador Sérgio Mota, Relator da citada comissão, questionou como a comissão se manifestaria estando ausente um de seus membros; disse não ter conhecimento desse projeto, por mais que se trate de recursos financeiros ao hospital, sendo necessário obter-se o entendimento do assunto que foi enviado de um dia para o outro pelo Executivo; disse que a Câmara deve cobrar do Executivo mais antecedência no envio dos projetos; pediu a algum Vereador que tenha mais conhecimento que passe as informações sobre o projeto. A Vereadora Maria do Carmo disse que procurou o Reginaldo, Secretário de Saúde, hoje de manhã e obteve explicações, assim como o Vereador Túlio conversou com ele há pouco tempo. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que conversou por telefone com o sr. Reginaldo Furtado de Carvalho, Secretário de Saúde, que lhe informou que o objetivo do projeto é o enquadramento do hospital para funcionamento do SAMU, num valor de cem mil reais mensais; comentou que o Hospital São Vicente de Paulo foi elevado ao nível três e existem ainda sessenta e três mil reais que já vem destinado ao mesmo, apenas passando pela conta do município; disse que a Prefeitura passa mensalmente o valor de R\$52.000,00 ao hospital, de recursos próprios; comentou que existem também os repasses de Tabuleiro e Silveirânia, somando-se por volta de R\$230.000,00 mensais o que o hospital recebe. A Vereadora Maria do Carmo disse que agora que o hospital foi para o nível três o governo dá esse incentivo de cem mil reais. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que essa verba chega repentinamente e o município precisa aprovar essa suplementação orçamentária para a sua liberação, inclusive com prazo determinado; disse que sendo verba para o hospital ele vota favorável, mesmo sem entender muito bem, porque o recurso chegará ao hospital; comentou que se o Vereador Sérgio votar contra na Comissão de Finanças a Presidente da Câmara nomeará outro vereador para substituir o faltoso. O Vereador Sérgio Mota disse que gostaria do auxílio do servidor da Câmara Ramon, sobre a colocação do Vereador Jorge de que a Presidente da Câmara poderá substituir o membro da comissão ausente; disse também entender dessa forma, mas que seria prudente verificar o Regimento Interno; disse haver entendido que o Hospital São Vicente de Paulo receberá R\$1.200.000,00 durante o ano para custear a urgência e emergência e questão do

SAMU, de modo que não são mais cem mil reais por mês, considerando que ele já recebe R\$63.000,00, então completando-se com R\$47.000,00. O Vereador Jorge Luís disse que é separado por ser um recurso do Governo Federal. O Vereador Sérgio Mota disse já existir o recurso de R\$63.000,00. O Vereador Jorge disse que esse é outro, e a Vereadora Maria do Carmo disse que é do IAC. O Vereador Sérgio Mota disse haver entendido que então o hospital receberá R\$1.200.000,00 durante o ano, mais doze parcelas de R\$63.000,00, e mais os repasses dos municípios de Rio Pomba, Silveirânia e Tabuleiro. Os Vereadores Jorge Luís, Maria do Carmo e Túlio Mota concordaram. O Vereador Sérgio Mota disse que estava levantando esses dados para entender no que está votando e poder informar às pessoas, e que não se pode pensar simplesmente que “se vem dinheiro estou votando”. Durante esse debate compareceu o Vereador Antônio Dias de Oliveira, às dezesseis horas e vinte e nove minutos. A sra. Presidente da Câmara explicou ao Vereador Antônio Dias de Oliveira sobre o projeto que estava sendo analisado pela Câmara e a pela Comissão de Finanças. A Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas emitiu o seu parecer favorável ao Projeto de Lei nº 1.571. Então, a sra. Presidente da Câmara colocou em única discussão o Projeto de Lei nº 1.571. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.571 foi colocado em votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. A sra. Presidente da Câmara comunicou que a próxima reunião ordinária será mesmo no dia vinte de março, quinta-feira, e que haverá o uso da Tribuna Popular pelo sr. Diogo Homem Borges da Costa, Extensionista da Emater, para apresentar o relatório de atividades referente a 2013; comentou que ela e o Vereador Jorge Luís estarão em Belo Horizonte participando de evento do Tribunal de Contas do Estado, de modo que o Vereador Túlio presidirá a sessão. O Vereador Túlio Mota informou que o lixo recolhido na cidade não está sendo mais levado para o aterro da Serrinha, e sim para a cidade de Rio Novo, conforme licitação realizada; na Serrinha estão sendo jogados apenas galhos de árvores. A sra. Presidente da Câmara comentou sobre as formas de contatar o SAMU. O Vereador Sérgio Mota, conforme comentou na última reunião, disse que esteve reunido com o sr. Prefeito, o Secretário de Saúde, o assessor do Deputado Padre João, o sr. Helinho, Presidente do PT local, o sr. Rogério, Secretário do PT, e o sr. Hildebrando, quando ficou definido que os recursos da emenda parlamentar serão destinados à aquisição de equipamentos para mobiliar a UBS perto do ginásio e a que está sendo construída perto da rodoviária, inclusive para tratamento odontológico; disse haver obtido a informação de que o cadastro está praticamente pronto e os recursos garantidos ao município. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezesseis horas e trinta e nove minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Vigésima Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas e sete minutos do dia vinte de março de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão as atas das sessões anteriores (06/03/2014 e 13/03/2014). Votadas, essas atas foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. Seguindo, foram lidas as seguintes correspondências recebidas: a) convite da Academia de Ciências, Letras e Artes para o dia 05 de abril; b) convite da Prefeitura de Guarani para os dias 23 a 25 de março. Conforme regular inscrição feita, a sra. Presidente da Câmara convidou a usar a Tribuna Popular, o sr. Diogo Homem Borges da Costa, Extensionista da Emater, para apresentação do Relatório Anual de Atividades referente a 2013 (dois mil e treze). Às dezenove horas e dez minutos o sr. Diogo iniciou a sua apresentação, na qual incluiu recursos multimídia com projeções em tela para melhor visualização por todos. Durante a apresentação da Tribuna Popular compareceu à sessão o Vereador Antônio Dias de Oliveira. Às dezenove horas e cinquenta minutos a sra. Presidente deu por encerrado o uso da tribuna e elogiou a atuação do extensionista Diogo em nosso município. Passando às proposições, a sra. Presidente determinou a tramitação da Emenda ao Projeto de Lei nº 1.560: 01 – Modificativa, e do Projeto de Lei nº 1.560, do Executivo, que autoriza o Poder Executivo a instituir, manter e operar, ou outorgar a exploração do estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do município, denominado “zona azul” e dá outras providências. A sra. Presidente solicitou aos vereadores e comissões que concluam a análise desse projeto. O Vereador Túlio Mota disse que apresentará uma emenda. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que a Comissão de Obras e Serviços ainda tem várias dúvidas sobre o mesmo, que já procurou o Procurador Geral do município e este ficou de conversar com o sr. Prefeito, sendo que ainda aguardam o retorno dessa conversa. Seguindo, foi lido o Projeto de Resolução nº 319, da Mesa Diretora, que autoriza a realização de homenagem póstuma pela Câmara Municipal com a concessão de coroa de flores. Esta proposição seguiu tramitando e foi encaminhada pela sra. Presidente às comissões de Legislação e de Finanças. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Antônio Dias de Oliveira: 1) Indicação nº 284: reforma de ponte de madeira da Jalapa; b) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 71/2013 – 2ª edição: providências em estrada rural da Serrinha; 2) Indicação nº 270: passeio e iluminação no trevo; 3) Indicação nº 286: regularização de loteamentos; c) do Vereador Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 77/2013-2ª edição: instalação de redutores de velocidade; 2) Indicação nº 280: arborização da Rua Madre Cabrini; 3) Indicação nº 281: faixas de travessia de pedestres; d) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 161/2013-2ª edição: construção de praça no Belvedere; 2) Indicação nº 211/2013-2ª edição: sede para a Associação Calor Humano; 3) Indicação nº 278: edificação do Distrito Industrial 2; e) do Vereador Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 285: redimensionamento da rede de esgoto da Rua Dr. José Reis Santos; 2) Indicação nº

11/2013 – 2ª edição: redutores de velocidade na Rua Ministro Adauto L. Cardoso; 3) Indicação nº 114/2013 – 2ª edição: reparo e asfaltamento na Rua Dante Menicucci; f) do Vereador Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 8/2013-2ª edição: canalização do córrego Independência; 2) Indicação nº 282: colocação de mataburros; 3) Indicação nº 283: substituição de ponte seca perto da lagoa da Milita.

Às vinte horas foi aberta a ordem do dia, quando a sra. Presidente colocou em segunda discussão a Emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 16: - Modificativa nº 01, e o Projeto de Lei Complementar nº 16, dos Vereadores Túlio Mota Salgado e Paulo Henrique da Silva, que altera a Lei nº 940/95, que Institui o Código de Obras Municipal, com relação às marquises. A sra. Presidente ressaltou que já existe o parecer jurídico. O Vereador Túlio Mota falou sobre do que se trata o projeto. Encerrada a discussão, foi colocada em votação a Emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 16, que foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Após, a sra. Presidente da Câmara colocou em votação o Projeto de Lei Complementar nº 16, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Seguindo na pauta, foi lido o Parecer nº 07, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei nº 1.567. Após, a sra. Presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.567, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que denomina praça com o nome de Isabel da Costa Peixoto. Este projeto seguiu tramitando. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que a comunidade rural de Bomjardim manifestou o desejo fazer uma reunião com ele, quando então opinou que todos os vereadores e os representantes do Poder Executivo participassem; disse que a reunião será realizada na capela ou na escola do Bomjardim de Cima, no dia 28 de março ou em 04 de abril, para passarem as suas principais reivindicações. Após consenso ficou decidido que a reunião será no dia 28 de março, às dezenove horas. O Vereador Túlio Mota Salgado pediu para registrar que quando os atuais vereadores de primeiro mandato assumiram procuraram se informar como funcionava a apresentação das indicações; citou o exemplo da indicação dele e da Vereadora Maria do Carmo que pediu a iluminação no alto do trevo, algo que geralmente é respeitado, como pode falar o Vereador Romeu sendo mais experiente; citou o exemplo de uma ocasião em que o Vereador Paulo queria apresentar uma indicação que coincidia com um mesmo pedido feito pelo Vereador Maurílio, quando então eles a assinaram juntos; disse que não ia se delongar mais pela ausência do Vereador Jorge, por não saber se foi um lapso ou uma falta de ética sua, o que verificará na próxima reunião, mediante a publicação veiculada no jornal O Imparcial intitulada “nos bastidores da Prefeitura”, o que deixa parecer um privilégio, algo que ele não deseja crer, por acreditar que o Dr. Fernando não faz isso, apesar de não saber quanto aos seus assessores. O Vereador Romeu Moreira parabenizou ao Diogo, da Emater, pelo trabalho realizado no município; sobre as indicações, disse ser assunto complicado; comentou que hoje a Câmara está muito bem, diferente de outras épocas em que havia mais agressividade entre os colegas, mas quanto às indicações é algo que desperta muito ciúmes, podendo o Vereador Jorge ter cometido um lapso, assunto que ele (Romeu) ainda não tem pleno conhecimento, mas disse que, ainda que fosse, a pessoa tem que relevar por causa do coleguismo; disse que, na verdade, as indicações apenas funcionam se o Prefeito tiver boa vontade; agradeceu publicamente ao Prefeito pela

implantação do semáforo nas Imediações da Praça Joaquim Alves de Araújo; disse que o Dr. Fernando tem sido um Prefeito muito bom para a cidade, pois é parceiro, atende aos vereadores em qualquer lugar e corre atrás de recursos, podendo fazer muita coisa para Rio Pomba. A sra. Presidente da Câmara lembrou que desde o início pede que a Câmara seja unida e livre de ciúmes, invejas e rancores, pois é a união, o respeito e a amizade que levam a conseguir as coisas. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata da Vigésima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas do dia três de abril de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausente o Vereador Antônio Dias de Oliveira; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e concedeu a palavra ao Vereador Túlio Mota. O Vereador Túlio Mota Salgado falou sobre a reunião ocorrida na comunidade de Bomjardim de Cima no dia vinte e oito de março, com a presença de seis vereadores e de apenas um secretário municipal; passou aos três vereadores que não puderam comparecer as reivindicações daquela comunidade, que foram divididas em quatro áreas a serem encaminhadas aos respectivos secretários e ao Prefeito; os relatórios foram assinados por todos os vereadores. O Vereador Túlio Mota disse que foi designada nova reunião para o dia vinte e três de abril, solicitando-se a presença dos vereadores, do Prefeito e Vice-Prefeito e dos secretários. O Vereador Antônio Dias de Oliveira compareceu à sessão. O Vereador Túlio Mota Salgado falou sobre a sua proposta de que todos os vereadores assinassem uma carta ao sr. Prefeito buscando o apoio deste para o policiamento nas imediações das escolas nos horários de entrada e saída de alunos. O Vereador Sérgio Mota relatou sobre uma briga violenta de alunas ocorrida no dia de hoje, na saída da Escola Estadual Prof. José Borges de Moraes, a qual ele pode presenciar; o Vereador Sérgio fez uma crítica ao Estado enxuto, que dispõe de poucos funcionários para o cumprimento dos diversos serviços públicos; disse que o Executivo Municipal precisa intervir junto à Polícia Militar buscando uma maior atuação ativa em Rio Pomba, inclusive tendo em vista o convênio de cooperação existente. O Vereador Túlio Mota disse que o Dr. Fernando está tentando tornar o Pelotão daqui em Batalhão, para melhorar o policiamento; disse acreditar que o ginásio precisa passar por uma reunião entre os poderes públicos, professores, pais de alunos e outros. Após, a sra. Presidente colocou em discussão a ata da sessão anterior (20/03/2014). Votada, essa ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Seguindo, foram lidas as seguintes correspondências recebidas: a) convite da Prefeitura para a inauguração da “Praça Cidinho”, dia 05 de abril, sábado, 18 horas; b) convite da Prefeitura para o simpósio de nutrição animal. Passando às proposições, a sra. Presidente determinou a tramitação da Emenda nº 01 – Modificativa, ao Projeto de Lei nº 1.560, e a leitura da Emenda nº 02 – Modificativa, que depois seguiu tramitando, assim como o Projeto de Lei nº 1.560, do Executivo, que autoriza o Poder Executivo a instituir, manter e operar, ou outorgar a exploração do estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do município, denominado “zona azul” e dá outras providências. Seguindo na pauta, foi lida a Emenda nº 01 – Modificativa, ao Projeto de Resolução nº 319. Seguiram tramitando esta emenda e o Projeto de Resolução nº 319, da Mesa Diretora, que autoriza a realização de homenagem póstuma pela Câmara Municipal com a concessão de coroa de flores. O Vereador Sérgio Mota falou sobre a emenda apresentada, que tem por objetivo reservar a concessão de coroa de flores aos vereadores, prefeitos e vice-prefeitos, não estendendo a outras

autoridades para que não haja uma abrangência muito grande e a perda do sentido da proposta. A Vereadora Maria do Carmo disse haver gostado muito da emenda, pois o contato maior dos vereadores são com esses agentes políticos. Após, foi lida a Moção nº 10, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, de aplausos aos garis. Votada, a Moção nº 10 foi aprovada por unanimidade. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Antônio Dias de Oliveira: 1) Indicação nº 292: reserva de vaga para o Sindicato dos Produtores Rurais; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 195/2013-2ª edição: sinal de internet na zona rural; c) Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 279: manutenção de ponte rural no Bomjardim; d) Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 287: poda de árvores na zona rural; e) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 150/2013-2ª edição: providências na Rua José Filizola – Bairro Santa Isabel; 2) Indicação nº 288: asfaltamento da Av. Manoel Fernandes; f) Paulo Henrique da Silva e Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 167/2013-2ª edição: instalação de bueiros na Rua Pio Rosa Soares; g) Túlio Mota Salgado e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 87/2013-2ª edição: providências na ponte sobre o rio Formoso, zona rural de Passa Cinco, e na estrada da região de Sinhá; h) Túlio Mota Salgado, Paulo Henrique da Silva e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 225/2013-2ª edição: padronização/reforma dos passeios da avenida e da praça. Às dezenove horas e quarenta e dois minutos, aberta a ordem do dia, a sra. Presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.567, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que denomina praça com o nome de Isabel da Costa Peixoto. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.567 foi votado e aprovado por unanimidade. O Vereador Túlio Mota Salgado falou sobre a sua ideia de mudar o Regimento Interno onde trata da apresentação de indicações pelos vereadores, de modo que elas prevaleçam para o primeiro autor durante os quatro anos do mandato, e não por apenas um ano; isso para aliviar a pauta de reuniões com a desnecessidade de reeditá-las e também para evitar que haja desencontros de interpretações e os vereadores acabem rivalizando a autoria das indicações; comentou que assim não haverá a necessidade de reeditar as indicações, bastando que os autores encaminhem cópias das mesmas acompanhada de um ofício simples. A Vereadora Maria do Carmo disse que a indicação ficaria reservada ao primeiro autor na legislatura, mas que, com a permissão deste, outro vereador poderia poder assiná-la em dupla. O Vereador Jorge Luís esclareceu que não copiou a indicação do Vereador Túlio, pois o Regimento Interno permite a apresentação por outro autor no ano seguinte e lembrou que, na legislatura anterior, apresentou-a durante os quatro anos; concordou com a mudança do Regimento Interno. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que a indicação de vereador somente será atendida se o autor interceder junto ao Prefeito ou ao secretário municipal, caso contrário não resolverá nada; na sua opinião, no ano seguinte outro vereador tem o direito de fazer a mesma indicação. O Vereador Sérgio Mota opinou que a questão seja mais debatida, pois as opiniões dadas até agora têm muito sentido; comentou que um vereador pode receber um pedido de uma comunidade na qual tem relação e ficar impedido de apresentá-lo porque outro vereador já o fez; da forma proposta pelo Vereador Túlio a possibilidade ficará amarrada nas mãos do vereador que

buscar as questões estratégicas, e talvez o pedido não será realizado porque o Prefeito não atende às solicitações daquele vereador e um outro não pode apresentá-lo; manifestou sua opinião de que a restrição seja apenas por um ano, como já acontece atualmente, inclusive sem gerar conflitos. O Vereador Romeu Moreira disse que a proposta do Vereador Túlio facilitará muito para os trabalhos da Câmara mas amarrará muito o assunto, pois, como disse o Vereador Maurílio, é preciso cobrar muito do Executivo; comentou que pediu muito a colocação de guarda-mão na ponte do matadouro e não foi atendido, mas quando o Vereador Maurílio pediu foi prontamente atendido pelo prestígio daquele vereador com o Prefeito; porém, disse o Vereador Romeu que ficou satisfeito porque o trabalho do vereador é trabalhar pelo município e não em causa própria; disse que um vereador pode não ter força em determinado assunto que outros vereadores tenham, de modo que anualmente a indicação deve poder ter outros autores. O Vereador Sérgio Mota disse que o vereador que receber um pedido de uma comunidade poderá apresentar a indicação e dar um retorno do seu trabalho às pessoas, diferentemente de ficar impedido porque outro vereador já fechou aquele assunto, gerando um constrangimento. O Vereador Túlio Mota recordou ocasião em que o Vereador Paulo queria fazer uma indicação e o secretário da Câmara, Ramon, lhe informou que o Vereador Maurílio estava apresentando aquela indicação reiteradamente, sendo que então o Vereador Paulo pediu ao Vereador Maurílio e eles a reapresentaram juntos; disse que publicou uma matéria no jornal porque o Vereador Jorge assim o fez e ele se achou no direito de também publicar, para mostrar à população que também fez o pedido, deixando claro que não tem nada contra o Vereador Jorge; comentou que se tivesse sido informado que o Vereador Jorge havia apresentado na legislatura passada desistiria da indicação; disse achar que a sua proposta de mudança não engessará porque o outro vereador poderá fazer o pedido na forma de ofício. O Vereador Maurílio disse que o caso citado pelo Vereador Túlio era um pedido que ele fazia há muito tempo e já havia conversado com o André, estando então ciente de que seria atendido; quando o Vereador Paulo o pediu, ele poderia ter lhe falado que o pedido já estava programado para ser atendido, mas admitiu a sua coautoria porque o Vereador Paulo é morador da região e muito cobrado pelos moradores; opinou que fosse mantida a restrição atual, de um ano, com a possibilidade da coautoria, achando difícil a proposta do Vereador Túlio. O Vereador Jorge Luís disse que, assim como o Vereador Túlio, ele também está sendo indagado pelas pessoas sobre a autoria da indicação, de forma que fará uma nova publicação sobre o assunto. A Vereadora Maria do Carmo achou boa a possibilidade dos vereadores assinarem em coautoria as indicações. A sra. Presidente pediu à Dra. Vânia Maria Barros Saraiva que comentasse sobre o assunto da fixação do subsídio dos secretários municipais. A Dra. Vânia Maria primeiramente, com relação aos conflitos envolvendo estudantes, disse que viu uma reportagem sobre algo parecido que acontece na cidade de Rio Novo e que gerou uma audiência entre as autoridades municipais e estaduais para discutir as questões e buscar soluções; então ela sugeriu que isso fosse feito em Rio Pomba, por iniciativa da Câmara Municipal, reunindo-se os vereadores, Executivo, Poder Judiciário e polícias Civil e Militar, inclusive para se conhecer as ações que são

feitas; sobre a remuneração dos secretários municipais, a Dra. Vânia disse que esta semana concluirá o assunto com o Dr. Douglas, da Prefeitura. A sugestão da Dra. Vânia recebeu o apoio dos vereadores e a sra. Presidente da Câmara solicitou que ela procure o Juiz de Direito e o Promotor de Justiça para agendar uma reunião, com previsão para a última semana de maio. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata da Vigésima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do dia vinte e dois de abril de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausente o Vereador Juscélio Bernardino Braz; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (03/04/2014). Votada, essa ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Seguindo, em atendimento ao art. 41, inciso VII, do Regimento Interno, a sra. Presidente fez a prestação de contas da Câmara dos meses de fevereiro e março de 2014. Durante as leituras o Vereador Juscélio Bernardino Braz compareceu à sessão. Seguindo, foram lidas as seguintes correspondências recebidas: a) Ofício nº 230, do Promotor de Justiça da Comarca, encaminhando denúncia sobre a contratação da empresa Acácio e Mateus, pela Prefeitura de Rio Pomba; b) Ofício nº 15, da Presidente da Câmara, ao sr. Prefeito, solicitando informações sobre a denúncia encaminhada pelo sr. Promotor. Passando às proposições foi lida a Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 14, dos Vereadores Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Romeu Moreira Batista, Antônio Dias de Oliveira, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Juscélio Bernardino Braz, que altera dispositivo referente à fixação dos subsídios dos agentes políticos. A sr. Presidente da Câmara disse que a assessora jurídica da Câmara ainda reunirá com os vereadores. Esta proposição seguiu tramitando e foi encaminhada às comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Seguindo, a sra. Presidente determinou a tramitação das seguintes proposições, que estão sendo analisadas pelas comissões da Câmara: a) Emendas ao Projeto de Lei nº 1.560: 01 – Modificativa; 02 – Modificativa; b) Projeto de Lei nº 1.560, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a instituir, manter e operar, ou outorgar a exploração do estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do município, denominado “zona azul” e dá outras providências. O Vereador Paulo Henrique da Silva disse que o Dr. Douglas, jurídico da Prefeitura, está voltando das férias e verificará as dúvidas dos vereadores com o sr. Prefeito. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.572, do Executivo, que concede pensão por morte de servidora aposentada e dá outras providências (Pompéia Terezinha Silva). Em seguida, foi lido o Requerimento nº 77, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.572. Votado, o Requerimento nº 77 foi aprovado por unanimidade. Então, a sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O parecer conjunto foi pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.572. Então, havendo a deliberação plenária, a sra. Presidente da Câmara colocou em discussão, ainda no expediente, o Projeto de Lei nº 1.572. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.572 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.573, do Executivo, que concede pensão por morte de servidor aposentado e dá outras providências (José Soares dos Reis). Em seguida, foi lido o Requerimento nº

78, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.573. Votado, o Requerimento nº 78 foi aprovado por unanimidade. Então, a sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O parecer conjunto foi pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.573. Então, havendo a deliberação plenária, a sra. Presidente da Câmara colocou em discussão, ainda no expediente, o Projeto de Lei nº 1.573. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.573 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.574, do Executivo, que altera dispositivo da Lei Municipal nº 873/92 e dá outras providências. A Vereadora Maria do Carmo disse que para as vias públicas o critério de pessoas falecidas continua, estando se propondo homenagear pessoas em vida colocando seus nomes em prédios públicos; achou a ideia muito boa e disse que será verificada a legalidade do projeto. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.575, do Executivo, que altera as Leis Municipais nº 1.469/2014, 1.467/2014 e 1.468/2014 e dá outras providências. O Vereador Túlio Mota disse que comparou as alterações e perguntou se o projeto será votado hoje, pois gostaria de uma assessoria da advogada da Câmara. O Vereador Sérgio Mota pediu a tramitação para melhor analisar o projeto e corrigir possíveis falhas, sendo importante também o parecer jurídico. Este projeto continuou tramitando e foi enviado para análise das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final, de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e de Educação, Saúde e Assistência; disse ainda que poderá ser feita uma reunião entre a Dra. Vânia e o jurídico da Prefeitura. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 290: recebimento de imóvel em doação; 2) Indicação nº 294: comemoração dos 30 anos do Cural Bonito; b) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 248/2013-2ª edição: restrição de estacionamento na Alameda dos Inconfidentes; 2) Indicação nº 293: providências no trânsito da Pedreira; c) Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 277: edificação da Praça do Compromisso; 2) Indicação nº 289: limpeza nas imediações da capela mortuária; d) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 30/2013-2ª edição: providências na rua Divino de Oliveira; e) Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 36/2013-2ª edição: ampliação do cemitério; f) Túlio Mota Salgado, Sérgio Mota, Antônio Dias de Oliveira, Paulo Henrique da Silva e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 291: ponte de concreto no Bomjardim. Às vinte horas, aberta a ordem do dia, foram lidos: a) Parecer nº 08, da Comissão de Legislação: Projeto de Resolução nº 319; b) Parecer nº 03, da Comissão de Finanças: Projeto de Resolução nº 319. Ato contínuo, foi colocada em única discussão a Emenda ao Projeto de Resolução nº 319: 01 – Modificativa. Encerrada a discussão, a Emenda ao Projeto de Resolução nº 319: 01 – Modificativa, foi votada e aprovada por unanimidade. Em seguida, foi posto em única discussão o Projeto de Resolução nº 319, da Mesa Diretora, que autoriza a realização de homenagem póstuma pela Câmara Municipal com a concessão de coroa de flores. Encerrada a discussão, o Projeto de Resolução nº 319 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. A sra. Presidente da Câmara disse que alguns vereadores lhe sugeriram que a

gravação das reuniões da Câmara fossem transmitidas pela rádio comunitária local; comentou que irá solicitar a divulgação na rádio comunitária dos dias das sessões; solicitou a opinião dos vereadores sobre o assunto. Havendo sugestão de um vereador para que o assunto fosse colocado em votação, a sra. Presidente assim o fez, sendo que os 05 (cinco) Vereadores Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira manifestaram-se contrários à transmissão da gravação das reuniões, e os 03 (três) Vereadores Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado e Sérgio Antônio Mota Furtado votaram pela transmissão da gravação das reuniões. Assim, ficou decidido pela não transmissão da gravação das sessões. A sra. Presidente disse que solicitará o anúncio dos dias das reuniões. Os Vereadores Jorge Luís Martins Soares e Romeu Moreira Batista concordaram que seja feito o convite para que a população venha à Câmara. O Vereador Juscélio Bernardino Braz disse que se forem transmitidas as reuniões na rádio a população não virá à Câmara, pois saberá dos assuntos pelo rádio. O Vereador Sérgio Mota opinou pela transmissão ao vivo das reuniões e disse não saber o motivo de não fazê-lo, pois as reuniões das Assembleias são transmitidas e nem todas as pessoas têm facilidade para virem à Câmara nos dias das reuniões, principalmente as residentes na zona rural e periferias; achou que foi um equívoco e que para o amadurecimento do processo democrático e que a Câmara resgatasse credibilidade perante a sociedade a transmissão das reuniões seria um fato muito positivo; lamentou que a maioria dos vereadores pensem diferente, mantendo as reuniões na forma como está, no silêncio e sem a presença da população. O Vereador Romeu Moreira recordou uma ocasião em que os Vereadores e o então Prefeito Giovani Baía se reuniram com a comunidade nas proximidades da Praça do Compromisso, e comentou que naquela reunião o Prefeito Giovani foi muito humilhado por um cidadão que apenas queria aparecer no meio de meia dúzia de bêbados; disse pensar que o lugar para os vereadores se reunirem é em sua sede, local em que a Presidente da Câmara pode zelar pela ordem; comentou que na ocasião o Prefeito Giovani Baía soube dar a voltar por cima, mas que se se igualasse ao ofensor seria muito criticado. O Vereador Sérgio Mota disse que foi proposta a transmissão das reuniões e não reuniões itinerantes; comentou que as reuniões itinerantes foram feitas em outras épocas e nesta legislatura em duas comunidades; disse que realmente nessas ocasiões podem surgir conflitos com pessoas que saem da discussão geral e vão para um nível pessoal; disse ver a transmissão com bons olhos inclusive para que as proposições dos vereadores cheguem mais rapidamente às comunidades, certamente com um efeito positivo para a Câmara. A sra. Presidente da Câmara convidou os vereadores para o Congresso Mineiro dos Municípios nos dias 06 a 08 de maio em Belo Horizonte, da Associação Mineira de Municípios. O Vereador Túlio Mota, sobre a transmissão das reuniões, concordou com o Vereador Sérgio e discordou do Vereador Romeu, pois as reuniões itinerantes estão sendo realizadas na zona rural; lembrou que amanhã haverá outra reunião na comunidade do Bomjardim de Cima, em retorno à primeira reunião; sobre a divulgação na rádio, disse vê-la como um modo de atrair o povo para comparecerem à Câmara e verem os trabalhos; concordou que se a Câmara se reunir nos bairros pode acontecer o relatado pelo

Vereador Romeu, de haverem discussões, mas pelo rádio seria uma tentativa de fazer o povo participar, pois é muito desestimulante para os vereadores a ausência do público nas reuniões da Câmara. O Vereador Maurílio disse achar que a população irá desligar o rádio na hora da transmissão das reuniões e perguntou quem aqui assiste a TV Câmara ou a TV Senado. O Vereador Túlio disse que assiste e acha um absurdo os parlamentares usarem o telefone celular durante as reuniões. O Vereador Maurílio disse que às vezes até assiste àquelas transmissões quando se está discutindo um assunto mais interessante. O Vereador Túlio disse que se dez em cada mil pessoas ouvirem já se conseguirá uma repercussão com os comentários que serão gerados. Sobre a participação de vereadores e servidores da Câmara em cursos e treinamentos, a sra. Presidente da Câmara disse que estão sendo muito válidas para sabermos das modificações que estão sendo feitas em vários temas, especialmente na contabilidade; disse que algum vereador pode criticar o pagamento de diárias, mas que tudo pode ser colocado na ponta do lápis, como o congresso que acontecerá no Expominas e é muito longe. O Vereador Romeu Moreira disse achar um absurdo o valor da diária para Belo Horizonte. A sra. Presidente da Câmara disse que, na medida do possível, participará porque está havendo aprendizagem. O Vereador Túlio Mota citou resultados já obtidos com a reunião feita no Bomjardim; elogiou o interesse do Secretário do Meio Ambiente, Antônio Carlos Vidal Barra, que procurou informações para corrigir as falhas nas fossas sépticas. O Vereador Jorge Luís informou que a merenda escolar também já foi adaptada às sugestões da comunidade rural. A Sra. Presidente da Câmara disse que o Jornal da Mata se comprometeu a divulgar gratuitamente os dias das reuniões e a pauta. O Vereador Sérgio Mota disse que recentemente esteve na sede do SAMU em Rio Pomba para conhecer a sua estrutura e funcionamento, ocasião em que estava lá um instrutor que lhe mostrou a estrutura do veículo e do prédio que abriga a sede; o Vereador Sérgio disse existirem algumas demandas já reivindicadas pelo referido instrutor e que precisam ser atendidas, como a questão da garagem do veículo, cujo espaço, segundo orientação do próprio corpo técnico do SAMU, deveria ficar fechado, resguardado por um portão, sem permitir o acesso de outras pessoas; comentou o Vereador Sérgio que, a forma como está hoje, aproveita-se um espaço cedido pelo hospital que dá acesso também, aos fundos, a um recinto onde acontecem reuniões dos Narcóticos Anônimos, cujos frequentadores costumam deixar bicicletas na garagem do SAMU e atrapalhando a saída deste; disse o Vereador Sérgio que eles pedem uma mudança optando por um corredor lateral à garagem e transformação de uma janela em porta, de forma que as pessoas não usarão o espaço da garagem do SAMU; disse o Vereador Sérgio que o instrutor lhe disse que isso é recomendado porque alguém pode maldosamente esvaziar um pneu do veículo, dentre outras coisas, e atrasar a saída do veículo, como já aconteceu em outros lugares; sugeriu que a Câmara faça uma indicação levando essa reivindicação ao sr. Prefeito, assinada por todos os vereadores; sugeriu que os vereadores visitem a sede do SAMU para conhecerem o sistema que é muito interessante. A Vereadora Maria do Carmo disse que conversou com Reginaldo Furtado sobre esse assunto, mas que foram interrompidos e que Reginaldo não pode lhe responder; disse que os próprios funcionários do SAMU poderiam ter passado essa solicitação ao Secretário de

Saúde. O Vereador Sérgio disse que algumas reivindicações já foram passadas, como a falta de refrigeração no prédio e outras. O Vereador Romeu Moreira sugeriu que seja feita a indicação e parabenizado o sr. Prefeito pela instalação do SAMU. O Vereador Sérgio Mota comentou sobre o encontro regional do PRB acontecido em Rio Pomba, no recinto da Câmara Municipal. A sra. Presidente da Câmara leu email de agradecimento do PRB pela ótima recepção da Câmara Municipal dada ao partido. O Vereador Sérgio Mota disse que o Sargento Edson, da Polícia Militar, prontificou-se a participar da audiência pública que a Câmara Municipal está organizando sobre a segurança pública. A sra. Presidente da Câmara leu ofício encaminhado ao sr. Juiz de Direito, formalizando o convite a ele e a data estabelecida de onze de junho, em comum acordo com o próprio; disse que os convites aos demais participantes serão expedidos. O Vereador Sérgio pediu que se convide a Secretária de Educação. O Vereador Paulo perguntou se a audiência será aberta ao público e a sra. Presidente respondeu que inicialmente não, mas apenas restrita às autoridades. O Vereador Sérgio Mota disse que pode-se fazer desta forma e depois levar o assunto a outras pessoas, principalmente os pais de alunos. A sra. Presidente da Câmara disse que depois a audiência poderá ser divulgada até mesmo para que a população saiba das ações da Câmara. O Vereador Túlio Mota sugeriu que seja convidada também a Secretária de Assistência Social. A sra. Presidente da Câmara lembrou aos vereadores que amanhã, às dezenove horas, haverá a segunda reunião dos representantes do Executivo e Legislativo na comunidade rural do Bomjardim. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e quarenta e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata da Nona Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às quinze horas e cinquenta minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausente o Vereador Juscélio Bernardino Braz; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início à ordem do dia e colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.575, do Executivo, que altera as Leis Municipais nº 1.469/2014, 1.467/2014 e 1.468/2014 e dá outras providências; projeto este que já foi lido na sessão anterior. A sra. Presidente da Câmara convidou a participarem da discussão o Dr. Davi Leonard Barbieri, representando o Chefe do Poder Executivo, e o Dr. Clóvis Torres Quintão Júnior, representando do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Rio Pomba, assim como a Dra. Vânia Maria Barros Saraiva, Assessora Jurídica da Câmara Municipal. O Dr. Davi fez uma explanação do projeto em cada um de seus artigos. Houve comentários e perguntas de alguns Vereadores e do Dr. Clóvis, especialmente sobre o quinquênio e o enquadramento das professoras. Foi debatido também sobre as condições de ingresso através do concurso para professoras e servidores em geral. O Vereador Romeu Moreira Batista perguntou ao Dr. Clóvis se as professoras contratadas estão cientes de que, ao se submeterem ao concurso, terão as mesmas condições de candidatos que não têm nenhum tempo de serviço prestado ao município. O Dr. Clóvis disse se lembrar que na reunião feita com as professoras foi passado a elas que quem era contratado teria que fazer o concurso e que entraria dessa forma. O Vereador Jorge Luís questionou e então foi debatido sobre a possibilidade de, após o concurso e efetivação, reenquadrar as professoras segundo o tempo de serviço prestado anteriormente. O Vereador Sérgio Mota perguntou se seria possível deixar em aberto no texto a possibilidade dos atuais contratados que vieram a se efetivar teriam o tempo de contrato absorvido. O Dr. Davi disse que o grande problema é a impossibilidade de se calcular o impacto financeiro que isso causaria. O Dr. Clóvis, voltando à questão formulada pelo Vereador Romeu, disse que por mais que se explique nem todas as professoras irão entender. O Dr. Davi disse que a preocupação do Vereador Romeu é válida por causa da questão social implicada. O Vereador Romeu perguntou se seria possível constar na lei, desde já, o enquadramento dos servidores contratados que forem aprovados em concurso. O Dr. Davi disse que isso poderá gerar problemas com o Ministério Público. Os Vereadores falaram das suas preocupações com as professoras que poderão perder o emprego caso não sejam aprovadas no concurso, pelas consequências que isso gerará na sociedade. O Dr. Clóvis pediu que a questão do enquadramento seja estudada para a possível inserção na lei desde já, de forma indireta àqueles que vierem a ser admitidos. O Dr. Davi achou complicado por ser impossível mensurar esses dados; sugeriu que algum Vereador proponha uma emenda e disse que impactar todos os trinta e cinco servidores é inviável economicamente. O Vereador Sérgio Mota disse que chegava a hora em que precisava se retirar da sessão, como já havia informado à Presidente da Câmara, e sugeriu que o projeto continue

tramitando para melhor debate e apresentação de emenda. O Dr. Davi disse que a tramitação do projeto prejudicaria o pagamento salarial do mês de abril. O Vereador Jorge disse que essa emenda na lei poderia ser feita depois. O Dr. Clóvis disse que posteriormente seria mais complicado e que o momento é este. O Dr. Davi disse entender que o enquadramento é possível depois do enquadramento do servidor na condição de efetivo. A Dra. Vânia Maria disse que posteriormente pode ser considerado o tempo como direito adquirido. Houve um debate amplo sobre a possibilidade e a legalidade de se apresentar emendas no projeto tratando desde já sobre o enquadramento dos servidores contratados que venham a ser admitidos no concurso. O Vereador Romeu Moreira disse que se o Prefeito estivesse presente e se comprometesse a verificar posteriormente a situação do enquadramento dos servidores de Rio Pomba. A Vereadora Maria do Carmo disse que é preciso mencionar que existem outros cargos com servidores contratados há muito tempo, além das professoras. Outros vereadores propuseram que os assessores do Executivo verificassem com o sr. Prefeito a possibilidade de ele fazer um compromisso sobre o enquadramento. A sessão foi suspensa pela sra. Presidente da Câmara para que os assessores pudessem analisar o assunto. O Vereador Sérgio Mota se retirou da sessão às dezesseis horas e quarenta minutos, com autorização da Mesa Diretora. Reiniciada a sessão, prosseguiu-se a discussão do Projeto de Lei nº 1.575, destacando-se a criação de cargos em adequação à estrutura administrativa. Os assessores do Executivo disseram não ser possível obter de imediato nenhum compromisso do sr. Prefeito. Encerrada a discussão e considerando o pedido do Vereador Sérgio Mota para que o projeto tramitasse, a sra. Presidente da Câmara colocou em votação o regime de urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.575. O regime de urgência foi aprovado pela unanimidade dos presentes, após uma manifestação do Dr. Clóvis, a pedido do Vereador Túlio Mota. Então, a sra. Presidente da Câmara solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; e Educação, Saúde e Assistência. O parecer conjunto foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.575, pela unanimidade dos membros preentes das comissões. Após, foi colocado em votação o Projeto de Lei nº 1.575, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. O Vereador Túlio Mota pediu que os vereadores firmassem o compromisso de intercederem junto ao sr. Prefeito para que seja vista a questão do enquadramento dos servidores. O Vereador Romeu Moreira Batista pediu o compromisso também do Dr. Douglas e do Dr. Clóvis. O Dr. Davi sugeriu que os vereadores elaborarem um anteprojeto nesse sentido, para que cumpram o seu compromisso. A Vereadora Maria do Carmo falou da sua confiança no sr. Prefeito em não querer prejudicar os servidores. O Dr. Clóvis disse que no próximo informativo do jornal do Sinsenrip pode ser noticiado esse compromisso dos vereadores. Seguindo na pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 1.576, do Executivo, que dispõe sobre abertura de crédito adicional especial e dá outras providências. A sra. Presidente da Câmara solicitou o parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. A manifestação desta foi favorável ao Poder Legislativo 1.576. Então, a sra. Presidente da Câmara consultou sobre a colocação do Poder Legislativo 1.576 no regime de urgência especial, o que foi aprovado pela

unanimidade dos presentes. Então, foi colocado em única discussão o Projeto de Lei nº 1.576. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.576 foi submetido à votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezessete horas e cinquenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata da Vigésima Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas do dia cinco de maio de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausente o Vereador Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (22/04/2014). Votada, essa ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Seguindo, foram lidas as seguintes correspondências recebidas: a) convite da Prefeitura para o Café Cultura, no dia 16 de maio, 19h30min; b) Ofício 75, da Caixa, sobre liberação de recursos para obra do CRAS; c) Ofício 76, da Caixa, sobre liberação de recursos para revitalização das praças JK e Vereador Mundico; d) carta recebida através do site da Câmara, de um cidadão, sobre a fiscalização dos quebra-molas. Às dezenove horas e doze minutos o Vereador Paulo Henrique da Silva compareceu à sessão. Sobre a carta recebida supracitada à letra “b”, com relação aos quebra-molas, teceram comentários os Vereadores Túlio Mota Salgado, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Sérgio Mota. Ficou decidido pelo envio de ofício assinado por todos os vereadores ao sr. Prefeito. Seguindo os trabalhos, foi lido o Ofício nº 0106/2014/GAB, do sr. Prefeito sobre a solicitação de informações da Câmara referente a procedimento investigativo do Ministério Público com relação a contratação de empresa. Passando às proposições, seguiu tramitando, por aguardar a manifestação das comissões, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 14, dos Vereadores Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Romeu Moreira Batista, Antônio Dias de Oliveira, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Juscélio Bernardino Braz, que altera dispositivo referente à fixação dos subsídios dos agentes políticos. As seguintes proposições prosseguiram tramitando, estando sob análise das comissões: a) Emendas ao Projeto de Lei nº 1.560: 01 – Modificativa; 02 – Modificativa; b) Projeto de Lei nº 1.560, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a instituir, manter e operar, ou outorgar a exploração do estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do município, denominado “zona azul” e dá outras providências; c) Projeto de Lei nº 1.574, do Executivo: Altera dispositivo da Lei Municipal nº 873/92 e dá outras providências. Após, foi lido o Requerimento nº 79, do Vereador Sérgio Mota, solicitando informações sobre processos licitatórios com a participação da empresa Acácio e Mateus Serviços Ltda-ME. O Vereador Sérgio Mota disse ser importante ressaltar que a Câmara se atenha com preocupação a respeito da denúncia encaminhada pelo Ministério Público, sendo importante obtermos informações para darmos respostas à sociedade e a si mesmos, já que os vereadores não vêm com clareza o que está acontecendo e ele, Sérgio Mota, vê com gravidade a denúncia feita ao Ministério Público; pediu o apoio de todos para a aprovação do requerimento. A sra. Presidente da Câmara colocou em votação o Requerimento nº 79, que foi rejeitado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira; votando a favor o Vereador Sérgio Antônio Mota

Furtado. O Vereador Sérgio Mota disse respeitar o direito de voto dos vereadores mas que vê com tristeza a rejeição, porque os argumentos do Prefeito em resposta ao ofício da Câmara não explicam e nem justificam nada, não responde ao que deveria responder e nem respeita a Câmara Municipal; disse que quando o Prefeito quer aprovar um projeto em regime de urgência ele o envia e a Câmara o atende, discute vota e aprova, mas quando a Câmara solicita informações sempre tem uma justificativa de que não pode por esse ou aquele motivo, revelando uma Câmara subalterna, o que é muito triste. A Vereadora Maria do Carmo disse que o Ministério Público já requisitou essas informações e achou que os vereadores devem esperar uma resposta daquele órgão; não vindo essa resposta, a Câmara logicamente deve agir; disse que o Vereador Sérgio usou um termo pesado ao considerar a Câmara subalterna, pois tudo aqui é muito claro e cada vereador tem o seu voto e o direito de manifestar; disse que os vereadores precisam ter clareza e certeza do que está sendo feito, para não jogar informações na rua sem saber se não foram enviadas ao Ministério Público; na sua opinião, é preciso confiar e ter a firmeza de acreditar que está sendo feito isso; sobre a terceirização, disse que o Instituto Federal faz muito nesse sentido. O Vereador Jorge disse que lá existe muita terceirização de serviços. O Vereador Sérgio Mota disse que não está questionando a terceirização; os argumentos de que o Prefeito já respondeu dizem relação ao Ministério Público e não à Câmara, esta que não tem informação alguma, e sobre a denúncia são fatos graves que são de responsabilidade da Câmara fiscalizar, obter documentos e até instalar uma CPI, para apresentar respostas e esclarecimentos à sociedade, apurando os fatos e dando ao Prefeito ou a quem quer seja a idoneidade se nada do que foi denunciado existir. A Vereadora Maria do Carmo disse que o Ministério Público também está apurando e que o resultado virá à Câmara. O Vereador Sérgio Mota disse que a carta do Promotor cita o art. 31 da Constituição Federal, sugerindo que é para se investigar a denúncia; sugeriu a formação de uma comissão para conversar com o Promotor e ouvir dele sobre a denúncia e a sua apuração, procurando saber no que os vereadores podem contribuir nesse caso. O Vereador Jorge Luis disse que se os vereadores estivessem querendo comissão para apurar teriam aprovado o requerimento; disse que o Promotor de Justiça está investigando e devemos aguardar, e não ir lá perguntar se ele está investigando. O Vereador Sérgio Mota disse que talvez o Vereador Jorge não tenha lido o que consta no ofício enviado à Câmara Municipal para o cumprimento do art. 31 da Constituição Federal, que determina investigação; disse parecer que a Câmara tem medo de investigar e encontrar problemas; sem estar acusando, disse desejar que a Câmara cumpra o seu papel de investigar. A Vereadora Maria do Carmo disse que o primeiro passo foi dado com o envio do ofício ao Prefeito. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que ainda hoje comentou sobre o requerimento com o Vereador Juscélio, achando difícil votar contra o mesmo pelo fato de o Prefeito não haver enviado nada em resposta ao ofício da Câmara; chegando na Câmara, soube pela Presidente da Câmara que o Prefeito já encaminhou ao Ministério Público, mediante o que ele, Vereador Romeu, achou que deveria ser aguardado mais alguns dias. O Vereador Sérgio Mota disse que pelo ofício o sr. Prefeito não encaminhou nada ao Ministério Público, mas estava apenas providenciando para encaminhar;

disse que o Ministério Público é um órgão independente e a Câmara é outro, sendo papel do vereador investigar, como bem sabe o Vereador Romeu e vários outros; disse que, se o requerimento não foi aprovado, tudo bem, mas então que se formasse uma comissão para conversar com o Promotor, pois até agora não se sabe nada oficialmente. O Vereador Romeu Moreira disse que deveria se esperar mais um pouco, pois o Prefeito está preparando os documentos. O Vereador Sérgio Mota pediu para registrar a sua insistência no pedido feito à Presidente da Câmara para que designasse uma comissão para conversar com o Promotor sobre esse assunto. A sra. Presidente disse que se deveria aguardar porque o Prefeito ainda não encaminhou nada ao Promotor. A Dra. Vânia Maria, solicitada a se manifestar, opinou que a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final da Câmara poderia fazer esse papel. O Vereador Sérgio Mota disse que gostaria de acompanhar essa comissão. O Vereador Jorge Luis achou que o Promotor ainda não tem os documentos que estão sendo preparados pelo Prefeito e que deveríamos esperar mais. A sra. Presidente da Câmara emitiu a mesma opinião do Vereador Jorge. A Dra. Vânia Maria disse que quando o Promotor apontar alguma irregularidade a Câmara entra. A sra. Presidente da Câmara disse que deveria ouvir também a opinião da Dra. Vânia de se aguardar mais. O Vereador Romeu Moreira, como Presidente da Comissão de Legislação, pediu que seja aguardado. Continuando os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 80, do Vereador Sérgio Mota, para envio de informações sobre possível acidente com veículo municipal. O autor disse não ter informações concretas e, apesar de achar estranho, seria possível que o veículo estivesse transitando por aquela região; disse que estava solicitando informações para que seja esclarecido o que fazia um caminhão da Prefeitura em outro município. A sra. Presidente da Câmara disse que procurou saber informações sobre esse fato, mas que passaria a palavra ao Vereador Romeu. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que esse caminhão em toda época de exposição, geralmente busca areia doada em Silveirânia, e o motorista teve a infelicidade de derrapar com o caminhão nas proximidades da Porteira Preta, sendo que chovia, porém sem se machucar; esse motorista, chamado Lourival, segundo o Vereador Romeu, atualmente está dirigindo um ônibus escolar e trata-se de um motorista experiente. A sra. Presidente da Câmara disse que procurou saber e comentou que a Prefeitura deu toda assistência ao motorista e já mandou arrumar o caminhão; disse que a areia é doada todos os anos. A sra. Presidente da Câmara colocou em votação o Requerimento nº 80, que foi rejeitado por 06 (seis) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira; votando a favor os Vereadores Túlio Mota Salgado e Sérgio Antônio Mota Furtado. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que a maioria das pessoas sabe o que aconteceu e que acidentes acontecem. O Vereador Sérgio Mota agradeceu pelas informações do Vereador Romeu mas disse que o requerimento tem uma grande importância de ser feito por se tratar de um veículo do patrimônio público; disse não questionar a pessoa do motorista, mas trata-se de uma responsabilidade dos vereadores saber o que está acontecendo; sem citar nomes, o Vereador Sérgio disse que não levou adiante uma situação de uso indevido do patrimônio público por

funcionários da Prefeitura, decorrente do desmando que se vê na administração da Prefeitura e da perda de comando do Prefeito, com muitas coisas acontecendo e não se sabendo explicar ou justificando que é assim mesmo; disse que é preciso tomar as rédeas disso, fiscalizar e perguntar mais para que seja freado; disse que recebeu uma denúncia que nunca mencionou na Câmara, sobre um funcionário da Educação andar no veículo da Educação após o horário, sendo que fotografou o fato e procurou esse funcionário, que lhe ouviu, atendeu, voltou para casa e não tem ido mais com o veículo naquele que não é o seu ponto de transportar alunos, tratando-se de denúncia grave; disse que não estava trazendo isso como denúncia, mas comentando que tem acontecido fatos preocupantes nessa administração, que perdeu as rédeas e nomeou muitos chefes, cada um mandando para um lado e ninguém mandando nada, enquanto que o papel da Câmara é estar mais presente para coibir o gestor e seus auxiliares da prática do desmando com a coisa pública; disse que a Câmara está se omitindo em seu papel. A Vereadora Maria do Carmo disse que, ao saber de um fato, vai direto às fontes, como nesse caso do caminhão; disse que o Vereador Sérgio usa um termo muito forte quando chama a Câmara de omissa. O Vereador Sérgio disse não ter o mesmo espaço que a Vereadora Maria do Carmo tem na administração municipal para receber informações ou até para ser atendida das indicações que faz; disse que faz os seus requerimentos e indicações no cumprimento do seu papel de Vereador, com a segurança de receber respostas escritas e poder argumentar sobre o tema, sendo que usa do meio institucional para fazê-lo. A Vereadora Maria do Carmo disse que quando deseja saber algo ela não espera até a próxima reunião, procurando diretamente o secretário do pessoa responsável. O Vereador Sérgio Mota disse respeitar essa forma de agir da Vereadora Maria do Carmo mas pediu que respeitem também a sua forma. A Vereadora Maria do Carmo disse que se referiu às palavras do Vereador Sérgio referindo-se à Câmara como omissa. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: 1) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 298: inclusão de sêmen sexado no Cural Bonito; 2) Indicação nº 299: asfaltamento e outras providências no bairro do Rosário; 2) Sérgio Mota: 1) Indicação nº 302: cessão de uso das escolas rurais; 2) Indicação nº 303: contrato de comodato para instalação de UBS; 3) Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 297: captação de águas pluviais no Rosa Mística; 4) Paulo Henrique da Silva e Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 196-2ª edição: asfaltamento de vias e outras providências; 5) Sérgio Mota, Túlio Mota Salgado, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Paulo Henrique da Silva, Jorge Luís Martins Soares, Antônio Dias de Oliveira, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 295: providência na sede do SAMU. Houve comentários de alguns autores sobre as indicações. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse que foi procurada por moradores da comunidade da Candongas desejosos de receber os vereadores; propôs a data de 29 de maio para essa visita. Após consenso, ficou definida a data de 30 (trinta) de maio, às dezenove horas, com a presença dos vereadores e de representantes do Executivo. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e oito minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra.

Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata da Vigésima Oitava Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas do dia quinze de maio de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão as atas das sessões anteriores (25/04/2014 e 05/05/2014). Votadas, essas atas foram aprovadas por unanimidade. Conforme solicitação do Chefe do Executivo, a sra. Presidente da Câmara anunciou que se realizaria neste momento a audiência pública para avaliação do cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2014 (dois mil e quatorze) para cumprimento do disposto no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. A sra. Presidente da Câmara convidou para representar o Executivo o sr. Gilberto Batista de Almeida, que fez a sua explanação comentada e utilizando de recursos visuais projetados em tela. Durante a audiência houve ainda um debate sobre prestação de contas anual do Poder Executivo Municipal ao Poder Legislativo. A audiência pública se iniciou às dezenove horas e cinco minutos e se encerrou às vinte horas e trinta e quatro minutos. Como correspondência recebida, foi lido convite do Pastor Célio Gomes para o dia 24 de maio. Passando às proposições, o Plenário deliberou pela colocação em discussão, ainda no expediente, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 14, dos Vereadores Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Romeu Moreira Batista, Antônio Dias de Oliveira, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Juscélio Bernardino Braz, que altera dispositivo referente à fixação dos subsídios dos agentes políticos. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que não irá mais fazer uma emenda que havia cogitado, considerando que ela seria inconstitucional, e que assim vota a emenda como originalmente proposta. Solicitada a se manifestar, a Dra. Vânia Maria, Assessora Jurídica da Câmara, disse que a emenda comentada pelo Vereador Romeu visaria apenas aos secretários municipais e ficaria em desacordo com a Constituição Federal, além de precisar ser apresentada com 24 horas de antecedência. O Vereador Romeu Moreira sugeriu a votação da Proposta nº 14 ainda hoje. A sra. Presidente da Câmara consultou e a assessora jurídica da Câmara disse que a Proposta nº 14 poderia ser votada hoje. Encerrada a discussão, a sra. Presidente da Câmara solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O parecer conjunto foi favorável à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 14, à exceção do Vereador Sérgio Mota, membro da Comissão de Finanças, que votou contra. Então, a sra. Presidente da Câmara colocou em votação, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 14, que foi aprovada por 06 (seis) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira; votando contra os Vereadores Túlio Mota Salgado e Sérgio Antônio Mota Furtado. A sra. Presidente comunicou que a proposta seguirá para votação em segundo turno. Seguindo os trabalhos, a sra. Presidente determinou a tramitação das seguintes

proposições, por estar aguardando os pareceres das comissões: a) Emendas ao Projeto de Lei nº 1.560: 01 – Modificativa; 02 – Modificativa; b) Projeto de Lei nº 1.560, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a instituir, manter e operar, ou outorgar a exploração do estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do município, denominado “zona azul” e dá outras providências. O Vereador Romeu Moreira disse que os vereadores das comissões poderiam ir até o assessor jurídico da Prefeitura conversar sobre o projeto, e o Vereador Paulo Henrique sugeriu que antes seja conversado com a Dra. Vânia Maria. Seguindo, foi lido o Parecer jurídico ao Projeto de Lei nº 1.574; e o Projeto de Lei nº 1.574, do Executivo, que altera dispositivo da Lei Municipal nº 873/92 e dá outras providências, seguiu tramitando por estar sob análise da Comissão de Legislação. O Vereador Sérgio Mota parabenizou a Assessora Jurídica pelo posicionamento sobre o projeto; disse que tinha algumas dúvidas já desconfiando da inconstitucionalidade do mesmo; disse que a Câmara trabalhando dessa forma cria melhores condições para que os projetos sejam votados com mais tranquilidade. O Vereador Jorge Luís acompanhou o raciocínio do Vereador Sérgio e disse que tem um pouco de receio quanto ao uso do nome de pessoas vivas, inclusive por já existir uma experiência desagradável; comentou que talvez poderia ser amadurecida a ideia e colocadas regras. A Vereadora Maria do Carmo apoiou as palavras do Vereador Jorge. A Dra. Vânia Maria disse que poderia haver uma outra forma, que seria o interesse público da comunidade, com a população escolhendo o nome mediante critérios. O Vereador Túlio disse que seria favorável com esses critérios. Após, foi lido o Requerimento nº 81, do Vereador Sérgio Mota, requisitando informações sobre fato ocorrido no almoxarifado no dia 13 de maio. O Vereador Jorge Luís disse que procurou o Dezinho sobre esse ocorrido e soube que foram tomadas as providências de ocorrência policial, apesar de um fato desses não ser possível conter; adiantou o seu voto contrário e favorável ao próximo requerimento. O Vereador Sérgio Mota disse que o requerimento visa obter as informações de como realmente aconteceu; comentou sobre a necessidade da administração tomar atitudes mais firmes visando à prevenção como um todo nos seus setores; com relação ao fato em questão, comentou que aquele espaço deveria estar mais resguardado, inclusive por abrigar patrimônio público; disse ser importante a aprovação do requerimento para que o Executivo veja que a Câmara está preocupada. Colocado em votação, o Requerimento nº 81 foi aprovado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Sérgio Antônio Mota Furtado, Antônio Dias de Oliveira, Maurílio Rodrigues dos Reis, Túlio Mota Salgado e Juscélio Bernardino Braz; votando contra os Vereadores: Paulo Henrique da Silva, Jorge Luís Martins Soares e Romeu Moreira Batista. O Vereador Túlio Mota disse acreditar que quando o almoxarifado for transferido para o trevo haverá uma melhor organização, e citou que o fato ocorreu no momento da abertura do portão para a entrada dos funcionários; na sua opinião, disse que os portões deveriam permanecer fechados e que votou a favor para chamar a atenção das autoridades; comentou que pensou em fazer uma lei para obrigar o trânsito municipal de motos sem capacete, mas que isso é ilegal. O Vereador Sérgio Mota falou sobre a necessidade de maior presença da polícia nas ruas. Seguindo os trabalhos foi lido o Requerimento nº 82, do Vereador Sérgio Mota, solicitando

informações sobre a destinação dos resíduos sólidos. O autor falou sobre a motivação do seu requerimento, que é o fato deste ano ser o último do prazo para que os municípios se adaptem à legislação. Colocado em votação, o Requerimento nº 81 foi aprovado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Juscélio Bernardino Braz, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Antônio Dias de Oliveira e Sérgio Antônio Mota Furtado; votando contra os Vereadores: Romeu Moreira Batista, Jorge Luís Martins Soares e Maurílio Rodrigues dos Reis. A Vereadora Maria do Carmo e o Vereador Túlio citaram que o lixo é destinado ao município de Rio Novo. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 67/2013-2ª edição: redutores de velocidade no bairro Experimental; 2) Indicação nº 300: conclusão do calçamento da Rua Vereador Luiz Luiz; 3) Indicação nº 301: quebra-molas na Rua Ângelo do Carmo; b) Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 305: local de pernoite para os motoristas de ambulâncias; c) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 304: redutor de velocidade no bairro José Mendonça dos Reis; d) Sérgio Mota: 1) Indicação nº 313: criação da Ouvidoria Municipal de Saúde; 2) Indicação nº 314: providências na região de Coelhos; 3) Indicação nº 315: transporte para agricultores participarem de curso do Pronatec; e) Juscélio Bernardino Braz e Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 94/2013-2ª edição: asfaltamento de ruas do Mutirão; f) Paulo Henrique da Silva, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 169/2013-2ª edição: providência na Rua José Vieira Soares; 2) Indicação nº 296: asfaltamento da Rua Cel. Marciano G. Campos. O Vereador Jorge Luís parabenizou o sr. Prefeito por conseguir transferir o almoxarifado para o terreno do DER localizado no trevo, já estando também viabilizada a construção da sede do CRAS no antigo almoxarifado. A Vereadora Maria do Carmo também elogiou a administração municipal pelas obras conquistadas e pela manutenção da cidade bem cuidada. A sra. Presidente da Câmara lembrou aos vereadores da reunião comunitária que será realizada nas Candongas, no dia trinta de maio; comunicou a chegada do projeto de lei das diretrizes orçamentárias para 2015, desde já à disposição dos vereadores. O Vereador Sérgio Mota comunicou que o município foi contemplado com recursos para a aquisição de uma patrulha mecanizada. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e vinte minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata da Décima Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às quinze horas e quinze minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início à ordem do dia e determinou a leitura do Projeto de Lei nº 1.578, do Executivo, que concede aumento de subvenção social à entidade que menciona (Pombense Esporte Clube, R\$6.000,00). Em seguida, foi lido o Requerimento nº 83, da Mesa Diretora, para a concessão do regime de urgência especial para o citado projeto de lei. Votado, o Requerimento nº 83 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Então, a sra. Presidente da Câmara solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Esta, pela unanimidade dos seus membros presentes, opinou favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1.578. Seguindo, a sra. Presidente da Câmara colocou em única discussão o Projeto de Lei nº 1.578. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.578 foi colocado em votação, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. O Vereador Romeu Moreira Batista solicitou que o mesmo fosse enviado ainda hoje ao Executivo. A sra. Presidente da Câmara disse que já estava assinando o ofício para encaminhamento do projeto ainda hoje. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às quinze horas e vinte minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata da Vigésima Nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas do dia cinco de junho de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão as atas das sessões anteriores (15/05/2014 e 22/05/2014). Votadas, essas atas foram aprovadas por unanimidade. Nas correspondências recebidas foram lidos: a) convite para o 2º Fórum de Saúde Mental de Rio Pomba, no dia 10 de junho, 18h30min, na Escola São José; b) Ofício 375, do Promotor de Justiça, sobre realização de correição ordinária na Promotoria. A sra. Presidente da Câmara determinou a tramitação das seguintes proposições, por estarem aguardando os pareceres das comissões: a) Emendas ao Projeto de Lei nº 1.560: 01 – Modificativa; 02 – Modificativa; b) Projeto de Lei nº 1.560, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a instituir, manter e operar, ou outorgar a exploração do estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do município, denominado “zona azul” e dá outras providências; c) Parecer jurídico ao Projeto de Lei nº 1.574; d) Projeto de Lei nº 1.574, do Executivo: Altera dispositivo da Lei Municipal nº 873/92 e dá outras providências. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.577, do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2015 e dá outras providências. A sra. Presidente da Câmara disse que está aberto o prazo de quinze dias para emendas e encaminhou o processo à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; anunciou que na próxima sessão ordinária será feita a audiência pública para apresentação e discussão do projeto da LDO 2015. Devido ao jogo da Seleção Brasileira na Copa do Mundo que acontecerá no dia vinte e três de junho, a próxima sessão ordinária da Câmara Municipal ficou prorrogada para o dia 24 (vinte e quatro) de junho, às dezenove horas, conforme consenso em plenário. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 320: limpeza e calçamento na extensão da Travessa Raimundo Furtado; b) Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 306: limpeza em estradas rurais; 2) Indicação nº 307: limpeza de bueiros; c) Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 324: redutor de velocidade na Av. Prof. José Marcelino; d) Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 310: redutores de velocidade e boca de lobo; 2) Indicação nº 311: reforço de rede elétrica na comunidade de Formigas; e) Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Paulo Henrique da Silva: Indicação nº 312: calçamento das ruas do bairro Belvedere; f) Maurílio Rodrigues dos Reis e Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 84/2013-2ª edição: asfaltamento de ruas do bairro Nossa Senhora das Graças. Às vinte horas e cinco minutos, aberta a ordem do dia, a sra. Presidente da Câmara colocou em segunda discussão a Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 14, dos Vereadores Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Romeu Moreira Batista, Antônio Dias de Oliveira, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Juscélio Bernardino Braz, que altera dispositivo referente à fixação dos subsídios dos agentes políticos. A sra. Presidente da Câmara comentou

que não se trata de aumento de subsídios, mas da alteração da Lei Orgânica. Encerrada a discussão, a sra. Presidente da Câmara colocou em votação, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 14, que foi aprovada por 06 (seis) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira; votando contra os Vereadores Túlio Mota Salgado e Sérgio Antônio Mota Furtado. A sra. Presidente comunicou a aprovação da proposta. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Resolução nº 320/2014, dos Vereadores Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Romeu Moreira Batista, Antônio Dias de Oliveira, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Juscélio Bernardino Braz, que altera a Resolução nº 113/90 – Regimento Interno da Câmara, com referência à fixação da remuneração dos agentes políticos. A sra. Presidente da Câmara disse que a proposta continuaria tramitando porque ainda não tinham os pareceres das comissões. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que os pareceres poderiam ser emitidos verbalmente, pois a emenda à Lei Orgânica já havia sido votada. A sra. Presidente da Câmara disse que não possuía em mãos o parecer da Comissão de Finanças. O Vereador Jorge Luís Martins Soares perguntou se não poderia ser verbal. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que o mais importante já foi votado, que era a emenda à Lei Orgânica. Então, a sra. Presidente da Câmara solicitou a manifestação conjunta das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que a sra. Presidente da Câmara deveria ter deixado em tramitação a proposta de emenda à Lei Orgânica e também este projeto, mas agora que já votou uma parte deveria votar também a alteração do Regimento Interno. A sra. Presidente da Câmara perguntou se o Vereador Romeu já tinha a sua posição; disse que se tratava de outra proposição, independente da que foi votada antes, e que poderia ficar em tramitação. O Vereador Jorge Luís disse que deveria ser votada hoje. A sra. Presidente da Câmara disse que o projeto de resolução poderia ficar tramitando. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que não havia necessidade de tramitação. A sra. Presidente da Câmara comentou que não se tratava de aumento de salário de secretários, tratando-se apenas de emenda; solicitou a manifestação conjunta das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O parecer conjunto foi favorável ao Projeto de Resolução nº 320, à exceção do Vereador Sérgio Antônio Mota Furtado que votou contra. Então, a sra. Presidente colocou em discussão o Projeto de Resolução nº 320. Encerrada a discussão, a sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 320, que foi aprovado por 06 (seis) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira; votando contra os Vereadores Túlio Mota Salgado e Sérgio Antônio Mota Furtado. O Vereador Túlio Mota comentou sobre a criação de guaritas policiais nas saídas da cidade pela situação em que se está passando, até como um sonho do seu tio e ex-Prefeito Toninho Mota; disse acreditar que isso contaria com o apoio de todos os vereadores; disse que o Prefeito, Dr. Fernando, está buscando a criação de um batalhão da Polícia Militar em Rio Pomba, e que já existe um ou dois policiais

rondando a pé no centro da cidade, desde a última sexta-feira. A sra. Presidente comunicou convite para a apresentação de um coral da cidade de Juiz de Fora, amanhã, na programação da Semana de Museus; lembrou aos vereadores da audiência da Câmara Municipal com as autoridades municipais no dia onze de junho, às dezenove horas, na Câmara Municipal. A Vereadora Maria do Carmo disse que a Câmara pretende fazer outras reuniões nas comunidades rurais, como já lhe foram solicitadas nas regiões de Vogados, Formiga, Gonçalves e Granatos. O Vereador Túlio Mota falou sobre a audiência realizada na comunidade de Candongas, que contou com os agradecimentos do sr. Prefeito pelo fato de estar ajudando na sua administração. O Vereador Sérgio Mota avaliou como muito boa a reunião feita nas Candongas, assim como a de Bomjardim; pediu à Presidente da Câmara o agendamento de uma audiência na comunidade de Monte Alegre. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata da Trigésima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezenove horas do dia vinte e quatro de junho de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (05/06/2014). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. Nas correspondências recebidas foram lidos: a) relatório de atividades 2013 do Torneio de Férias; b) convite para lançamento do livro Antologia em prosa e verso, de Antônio Fábio e convidados. Seguindo, em atendimento ao art. 41, inciso VII, do Regimento Interno, a sra. Presidente fez a prestação de contas da Câmara do mês de abril de 2014. A sra. Presidente da Câmara comunicou o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas da Prefeitura do ano de 2012; solicitou a leitura do ofício de encaminhamento; disse que o processo está à disposição dos vereadores e o enviou à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas para emissão de parecer no prazo de sessenta dias. Nos termos do parágrafo único do art. 38, da Lei Orgânica Municipal, a sra. Presidente da Câmara promulgou a Emenda à Lei Orgânica nº 10, que altera dispositivo referente à fixação dos subsídios dos agentes políticos. Passando às proposições, a sra. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.574, do Executivo, que altera dispositivo da Lei Municipal nº 873/92 e dá outras providências; acompanhado do parecer jurídico da Câmara. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.580, do Executivo, que dispõe sobre a autorização para a participação do município de Rio Pomba no Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Paraíba – CIMPAR. Os Vereadores Jorge Luís e Sérgio Mota manifestaram dúvidas quanto à finalidade do consórcio previsto no projeto e pediram que alguém pudesse esclarecer. A sra. Presidente da Câmara disse que o Dr. Douglas, da Prefeitura ainda vinha à sessão da Câmara. Em seguida, a sra. Presidente deu abertura à audiência pública para apresentação e discussão do projeto de lei das diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015, e convidou o sr. Gilberto Batista de Almeida para explicar sobre a proposição. Durante a apresentação houve perguntas e debates com os vereadores. Encerrada a audiência pública, foi lida a Emenda ao Projeto de Lei nº 1.577: 01 – Aditiva. Colocada em votação, esta emenda foi aprovada por unanimidade. Após, foi colocado em discussão o Projeto de Lei nº 1.577, do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2015 e dá outras providências. Encerrada a discussão e submetido à votação, o Projeto de Lei nº 1.577 foi aprovado por unanimidade. A sra. Presidente da Câmara concedeu a palavra ao sr. André Luiz Senra Condé, Secretário Municipal de Governo e Planejamento, para falar sobre o aumento do subsídio dos secretários municipais, assunto que foi abordado na apresentação do projeto da LDO 2015; o secretário disse que tal reivindicação do secretariado objetiva fazer justiça à sua remuneração, tendo em vista que desde 2009 não tinham aumento; falou ainda sobre a responsabilidade que cabe aos secretários perante o Tribunal de Contas ao lado do Prefeito. A sra. Presidente da

Câmara disse haver comentário de que algum vereador não votou o aumento para os secretários porque a Mesa Diretora não entrou com o projeto; explicou que a Mesa Diretora não entrou com o projeto porque a Assessora Jurídica da Câmara está analisando o assunto e emitirá parecer escrito. O Vereador Sérgio Mota disse que esse assunto não está em pauta e não deveria ser tratado agora; achou pertinente o estudo do impacto orçamentário-financeiro que está sendo feito pelo secretário André porque é uma preocupação dos Vereadores. O Vereador Romeu Moreira disse que a Presidente da Câmara deveria dar o nome do vereador que fez o comentário, e disse que sempre se colocou a favor do aumento para os secretários. O Vereador Túlio Mota disse que esse aumento dos subsídios dos secretários deveria estar vindo desde o mandato do então prefeito Giovani Baía, e questionou por que não houve essa pressão naquela época; disse que quando a sra. Presidente se referiu a comentários existentes ela quis falar sobre a pressão de alguns secretários para obterem esse aumento; comentou que a maior falha da Câmara foi aprovar a emenda à Lei Orgânica e também não haver aprovado o aumento na legislatura anterior. O Vereador Romeu Moreira disse que os salários dos secretários ficaram defasados perante a aprovação do novo plano de cargos. Continuando a pauta, a sra. Presidente da Câmara solicitou que o Dr. Douglas Chaves Gomes, Procurador Geral do município, comentasse sobre os objetivos do Projeto de Lei nº 1.580. O Dr. Douglas comentou e respondeu a perguntas dos Vereadores. Então, a Mesa Diretora formulou uma consulta verbal ao Plenário quanto à tramitação ou votação do projeto ainda hoje. O Plenário manifestou-se pela possibilidade de votação. Então, a sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; Obras e Serviços Públicos Municipais; Educação, Saúde e Assistência; e Meio Ambiente. O parecer conjunto foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.580. Então, ainda no expediente, a sra. Presidente da Câmara colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.580. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.580 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Dando sequência, foi lido o Projeto de Lei nº 1.581, do Executivo, que dispõe sobre abertura de crédito adicional especial e dá outras providências. A Mesa Diretora formulou uma consulta verbal ao Plenário quanto à tramitação ou votação do projeto ainda hoje. O Plenário manifestou-se pela possibilidade de votação. Então, a sra. Presidente solicitou o parecer conjunto da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O parecer foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.581. Então, ainda no expediente, a sra. Presidente da Câmara colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.581. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.581 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.582, do Executivo, que dispõe sobre abertura de crédito adicional especial e dá outras providências. A Mesa Diretora formulou uma consulta verbal ao Plenário quanto à tramitação ou votação do projeto ainda hoje. O Plenário manifestou-se pela possibilidade de votação. Então, a sra. Presidente solicitou o parecer conjunto da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O parecer foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.582. Então, ainda no expediente, a sra. Presidente da Câmara colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.582. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.582 foi submetido à votação e

aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Ofício nº 165, do Executivo, de encaminhamento de projetos. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.583, do Executivo, que dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro a pessoas carentes e dá outras providências. A Mesa Diretora formulou uma consulta verbal ao Plenário quanto à tramitação ou votação do projeto ainda hoje. O Plenário manifestou-se pela possibilidade de votação. Então, a sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; e Educação, Saúde e Assistência. O parecer conjunto foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.583. Então, ainda no expediente, a sra. Presidente da Câmara colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.583. O Dr. Douglas Chaves Gomes prestou algumas informações sobre como será concedido o auxílio financeiro de que trata o projeto. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.583 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.584, do Executivo, que dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro aos médicos participantes do Programa Mais Médicos para o Brasil no Município de Rio Pomba. A Mesa Diretora formulou uma consulta verbal ao Plenário quanto à tramitação ou votação do projeto ainda hoje. O Plenário manifestou-se pela possibilidade de votação. Então, a sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; e Educação, Saúde e Assistência. O parecer conjunto foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.584. Então, ainda no expediente, a sra. Presidente da Câmara colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.584. O Vereador Sérgio Mota disse haver ficado muito satisfeito que o sr. Prefeito tenha feito o convênio com o Ministério da Saúde; recordou que fez uma indicação nesse sentido. Estando presente o Dr. Douglas Chaves Gomes, os Vereadores Romeu Moreira Batista e Sérgio Mota lhe dirigiram algumas perguntas que foram respondidas. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.584 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Na sequência, foi lido o Projeto de Lei nº 1.585, do Executivo, que altera o art. 5º da Lei Municipal nº 1.291/2009 na parte que menciona e dá outras providências. A Mesa Diretora formulou uma consulta verbal ao Plenário quanto à tramitação ou votação do projeto ainda hoje. O Plenário manifestou-se pela possibilidade de votação. Então, a sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; e Educação, Saúde e Assistência. O parecer conjunto foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.585. Então, ainda no expediente, a sra. Presidente da Câmara colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.585. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.585 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. A sra. Presidente da Câmara disse que continuariam tramitando as seguintes proposições: a) Emenda nº 01-Modificativa, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, ao Projeto de Lei nº 1.586; b) Projeto de Lei nº 1.586, da Mesa Diretora: Institui o auxílio-alimentação para os servidores da Câmara Municipal de Rio Pomba. A sra. Presidente comentou que era necessário um projeto de lei a ser enviado pelo Chefe do Executivo que somente chegou hoje. Então, a sra. Presidente convocou sessão extraordinária para o dia 26 (vinte e seis) de junho, às dezesseis horas, com a seguinte pauta: 1) Emendas ao Projeto de Lei nº 1.560: 01 – Modificativa; 02 –

Modificativa; 03 – Aditiva; 2) Projeto de Lei nº 1.560, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a instituir, manter e operar, ou outorgar a exploração do estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do município, denominado “zona azul” e dá outras providências; 3) Projeto de Lei nº 1.586, da Mesa Diretora: Institui o auxílio-alimentação para os servidores da Câmara Municipal de Rio Pomba; 4) Projeto de Lei nº 1.587, do Executivo: Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial e dá outras providências. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que não poderá comparecer à sessão extraordinária porque já tem compromisso de acompanhar o seu irmão para tratamento de saúde em Belo Horizonte. Desde já a Mesa Diretora reconheceu os motivos da real necessidade na alegação do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, o que foi apoiado também por alguns vereadores. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 321: passarela para pedestres no *Lindo Vale*; 2) Indicação nº 322: realização do Enem em Rio Pomba; b) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 323: guarita na saída para Belo Horizonte; c) Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 308: redutores de velocidade; 2) Indicação nº 309: instalação de iluminação pública; d) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 329: providências na quadra poliesportiva do parque de exposições; 2) Indicação nº 330: redutores de velocidade nas ruas Dr. José Marinho Saraiva e Cel. Francisco Vieira; e) Sérgio Mota: 1) Indicação nº 326: inscrição no Programa Petrobrás Esporte e Cidadania; 2) Indicação nº 327: edição de ato normativo para a prestação de serviços dos equipamentos do PAC2 em propriedades particulares da agricultura familiar; f) Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 318: toldos nas janelas da capela mortuária; 2) Indicação nº 319: fechamento das caixas de registro da Copasa; g) Túlio Mota Salgado, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Paulo Henrique da Silva: Indicação nº 316: academia ao ar livre no Panorama; h) Todos os Vereadores: 1) Indicação nº 317: calçamento de rua projetada no bairro Santa Isabel; 2) Indicação nº 325: iluminação e calçamento em vilas do final da Antônio Mota Campos. O Vereador Túlio Mota parabenizou ao Vereador Juscélio pela indicação da guarita na saída para Belo Horizonte, e lembrou que havia comentado de fazer um pedido semelhante, assinado por todos os vereadores, solicitando guaritas policiais em todas as saídas da cidade; quanto à indicação do Vereador Jorge ao sr. Prefeito sobre o Enem, lembrou que no ano passado foi feito um ofício, assinado por todos os vereadores, ao Ministro da Educação, o qual ficou sem resposta mas que ele pretendia repeti-lo. O Vereador Sérgio Mota solicitou que a Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais visitasse a obra de reconstrução da ponte na zona rural de Passa Cinco; disse que a ponte possui uma extensão de quase quarenta metros mas não existe no local uma indicação do custo da obra, do CREA e da empresa responsável pela execução; solicitou então que a Presidente da Câmara designasse uma visita da Comissão de Obras para uma vistoria antes que a ponte fique pronta; o Vereador Sérgio Mota fez um alerta à Câmara Municipal no sentido de despertar a atenção para que a mesma trabalhe não no sentido de ser oposição, mas de fiscalizar para evitar problemas; disse que hoje fez uma indicação sobre assunto que poderia ter deixado no silêncio, esperar acontecer algo e partir para o denunciamento, que é a regulamentação da lei para possibilitar o atendimento das

propriedades rurais de modo a oferecer tranquilidade ao sr. Prefeito para trabalhar; comentou que o Tribunal de Justiça julgou ação do Ministério Público do Prefeito de 2009, que perdeu por unanimidade em Belo Horizonte no dia vinte e nove, publicado no dia dezesseis de junho, cabendo recurso ao Prefeito, mas disse ser uma preocupação que a Câmara deve ter e também que é papel dos vereadores fiscalizar não somente com aspecto punitivo, mas também com finalidade preventiva, como no caso da ponte que está sendo construída e onde não existe nada orientando sobre a obra, além de outras; ressaltou a importância de se cobrar do Prefeito sobre determinadas questões, como a prestação de contas e o encaminhamento de documentos à Câmara; disse que a questão do Tribunal de Justiça se refere à contratação de Michael Guedes, em 2009, e ao mesmo tempo de uma empresa de sua propriedade, por dispensa de licitação, o que gerou uma dor de cabeça grande para o Prefeito; comentou que no Rio Grande do Sul foi cassado um prefeito por ter feito mais ou menos a mesma coisa que o Prefeito daqui, só que foi por contratar um escritório de advocacia, sem licitar, e ao mesmo tempo o dono, como funcionário; esse Prefeito perdeu em primeira instância, recorreu e perdeu em Brasília, sendo cassado e condenado a devolver dinheiro; disse que sua posição política e firme mas não tendo ódio nem raiva de ninguém; disse que ele (Sérgio Mota) é mais no sentido de orientar, de pautar as questões e de cobrar também, mas que existem muitos erros na administração, como a contratação da empresa Acácio que está no Ministério Público; o Vereador Sérgio disse achar que a Presidência da Câmara deveria dar uma resposta ao Ministério Público, em ofício, e sugeriu que numa reunião próxima se faça um requerimento, com o apoio dos vereadores, para que o Prefeito encaminhe à Câmara cópia dos documentos que ele encaminhou ao Ministério Público, para que os vereadores possam saber em que pé estão as coisas. A sra. Presidente da Câmara disse que as cópias já foram pedidas por ofício e o Vereador Sérgio Mota disse que estava desinformado. A sra. Presidente da Câmara encaminhou verbalmente à Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais o pedido feito pelo Vereador Sérgio, relacionado à reconstrução da ponte no Passa Cinco. O Vereador Romeu Moreira disse que na internet deve existir informações sobre essa e outras obras. O Vereador Sérgio Mota disse que no local da obra deveria ter informações sobre a obra até para que ele possa procurar na internet. O Vereador Romeu Moreira disse que a Comissão de Obras ia fazer uma vistoria naquela obra, mediante comentário de uma pessoa e o seu próprio trânsito pelo local, sobre a existência de um defeito muito grave que era a estreiteza da ponte, podendo quebrar nas bordas com a passagem de um caminhão pesado; comentou que a comissão se reuniu na Câmara mas que não havia uma denúncia formal para que a comissão atuasse, além dele (Vereador Romeu) já saber informalmente que ia ser feito um reforço na ponte. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e duas horas e vinte e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA).

Ata da Décima Primeira Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de

Rio Pomba. Às dezesseis horas e dez minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausentes os Vereadores Antônio Dias de Oliveira e Maurílio Rodrigues dos Reis; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início à ordem do dia para tratar dos assuntos objetos desta convocação. A sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e de Obras e Serviços Públicos Municipais, acerca do Projeto de Lei nº 1.560/2013 e das três emendas apresentadas. O parecer conjunto foi pela legalidade e favorável às proposições. Então, a sra. Presidente solicitou a leitura resumida e colocou em discussão as seguintes emendas ao Projeto de Lei nº 1.560: Modificativa nº 01, Modificativa nº 02 e Aditiva nº 01. Encerrada a discussão, as três emendas citadas foram colocadas em votação, uma de cada vez, sendo todas aprovadas pela unanimidade dos presentes. Dando sequência, foi colocado em discussão o Projeto de Lei nº 1.560, do Executivo, que autoriza o Poder Executivo a instituir, manter e operar, ou outorgar a exploração do estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do município, denominado “zona azul” e dá outras providências. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.560 foi colocado em votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.586, da Mesa Diretora, que institui o auxílio-alimentação para os servidores da Câmara Municipal de Rio Pomba. O Vereador Antônio Dias de Oliveira compareceu à sessão após a leitura do projeto, às dezesseis horas e vinte minutos. A sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, acerca do Projeto de Lei nº 1.586. O parecer conjunto foi pela legalidade e favorável à proposição. Então, o Projeto de Lei nº 1.586 foi colocado em discussão. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.586 foi colocado em votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.587, do Executivo, que dispõe sobre abertura de crédito adicional especial e dá outras providências. A sra. Presidente solicitou o parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, acerca do Projeto de Lei nº 1.587. O parecer foi pela legalidade e favorável à proposição. Então, o Projeto de Lei nº 1.587 foi colocado em discussão. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.587 foi colocado em votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. Para conhecimento dos vereadores foram lidos convite do Torneio de Férias e convite da Academia de Letras. A sra. Presidente da Câmara comunicou que a secretaria da Câmara estará em recesso administrativo na primeira semana de julho. Com a permissão da Presidente da Câmara, o Vereador Jorge Luís Martins Soares abordou assunto comentado pelo Vereador Sérgio Mota na sessão anterior; o Vereador Jorge Luís perguntou ao Vereador Sérgio se ele havia dito com o sr. Prefeito foi condenado num processo que envolvia a contratação de Michael Guedes. O Vereador Sérgio Mota disse que o Tribunal de Justiça aceitou a denúncia do Ministério Público. O Vereador Jorge

Luís pediu à Dra. Vânia Maria Barros Saraiva, assessora jurídica da Câmara, que lhe explicasse o significado do termo “abolver sumariamente o denunciado”. A Dra. Vânia comentou que o Tribunal de Justiça aceitou a denúncia. O Vereador Jorge Luís disse que a data de julgamento de 29 de maio e publicação em 09 de junho, consta a absolvição sumária do denunciado. O Vereador Romeu Moreira disse que então o comentário feito pelo Vereador Sérgio na sessão anterior não procedia. O Vereador Sérgio Mota disse que procedia e que não falou em condenação, mas sim que o Tribunal de Justiça acatou por unanimidade a denúncia do Ministério Público, cabendo recurso. O Vereador Jorge Luís disse que o acórdão consta a absolvição sumária. Com a permissão da Mesa Diretora o Vereador Sérgio Mota retirou-se da reunião, por motivo de compromisso com hora marcada. A sra. Presidente da Câmara disse que o parecer da Dra. Vânia Maria estava concluído e emitiria uma cópia para cada vereador e secretário municipal, parecer no qual a Assessora Jurídica da Câmara se manifestava contrária a que a Mesa Diretora apresente projeto alterando o subsídio dos secretários municipais no curso da legislatura. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezesseis horas e quarenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata da Décima Segunda Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às quinze horas e quarenta e três minutos do dia dezessete de julho de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausente o Vereador Antônio Dias de Oliveira; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início à ordem do dia para tratar dos assuntos objetos desta convocação, inicialmente com a leitura do Projeto de Lei nº 1.589, do Chefe do Executivo, que autoriza o Poder Executivo a conceder ajuda de custo para servidores municipais, servidores de outros municípios e sociedade civil organizada integrantes da Rede e Atenção Psicossocial – RAPS do Município de Rio Pomba, nos termos do Programa de Intercâmbio de Percursos Formativos na RAPS e dá outras providências. O Vereador Antônio Dias de Oliveira compareceu à sessão às quinze horas e quarenta e cinco minutos, durante a leitura do supracitado projeto de lei. A sra. Presidente consultou ao Plenário sobre a concessão do regime de urgência especial para apreciação do Projeto de Lei nº 1.589, sendo este regime concedido unanimemente. Então, a sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O Vereador Sérgio Mota, como membro da Comissão de Finanças, pediu esclarecimento sobre a forma como se daria a ajuda de custo a servidores de outros municípios. Presentes o Dr. Douglas Chaves Gomes e a sra. Verônica de Paula de Almeida, representando o Poder Executivo, a sra. Verônica comentou que o Ministério da Saúde abriu um edital para a capacitação presencial, que Rio Pomba foi contemplado nesse programa e recebeu recursos para a capacitação de vinte profissionais, sendo que a equipe rio-pombense do CAPS vai disponibilizar nove pessoas; comentou que o CAPS de Rio Pomba é regional e que os outros municípios são organizados de outra forma, gerando dificuldade quando do encaminhamento de pacientes; disse que o Ministério da Saúde aprovou e aqui se está oferecendo uma vaga por município para que possam se capacitar conjuntamente, tendo em vista que o trabalho é feito em rede; informou que as vinte vagas foram preenchidas dessa forma, não sendo necessário extê-las às entidades não governamentais, que seria uma terceira opção. Os Vereadores Sérgio Mota, Jorge Luís e Maria do Carmo elogiaram a atuação da psicóloga Verônica em nossa cidade. O Vereador Sérgio Mota pediu que o Dr. Douglas explicasse juridicamente a possibilidade de gastar recursos municipais com servidores de outros municípios. O Dr. Douglas disse que se trata de um recurso vinculado que será gasto com vinte servidores do município de Rio Pomba e da rede, e que o Ministério da Saúde já determina como será gasto o recurso. A pedido do Vereador Sérgio também se manifestou a Dra. Vânia. O Vereador Jorge Luís perguntou se os funcionários iriam todos de uma vez ou gradativamente; e a sra. Verônica respondeu que irão dois profissionais por mês, e que essa participação de servidores de Rio Pomba é histórica e importantíssima. O parecer conjunto foi favorável à proposição. A sra. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.589. Encerrada a discussão, a sra. Presidente colocou em

votação o Projeto de Lei nº 1.589, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.590, do Chefe do Executivo, que autoriza o Poder Executivo Municipal a doar áreas de terras de sua propriedade a Associação dos Sem Casa de Rio Pomba – ASCARP e dá outras providências. A sra. Presidente consultou ao Plenário sobre a concessão do regime de urgência especial para apreciação do Projeto de Lei nº 1.590, sendo este regime concedido unanimemente. O Vereador Sérgio Mota perguntou ao Dr. Douglas se o valor máximo da renda foi alterado, pois era de R\$1.600,00 e no projeto consta três salários mínimos. O Dr. Douglas disse que o valor máximo é de três salários mínimos decorrente de mudança havida no Programa Minha Casa Minha Vida, justamente por causa do grande reajuste que tem sido dado ao salário mínimo nacional e para que o valor de R\$1.600,00 não fique parado no tempo. O Vereador Jorge perguntou se a família não precisa ter renda alguma e se o limite é de três salários mínimos. O Dr. Douglas disse que o programa considera a renda familiar e que os requisitos são aqueles do Programa Minha Casa Minha Vida e não somente o da renda familiar. O Vereador Sérgio lembrou que são necessários outros cadastros para se ingressar no programa; perguntou se serão construídas casas ou apartamentos. O Dr. Douglas disse que já está definido que serão apartamentos pelo tamanho do terreno que inviabiliza a construção de casas. O Vereador Sérgio disse ter informações de que o programa não permite mais a construção de apartamentos, devido a problemas que ocorreram em algumas cidades, apesar de ser uma informação informal. O Dr. Douglas disse que Rio Pomba foi contemplado com apartamentos e que a informação do Vereador Sérgio talvez não proceda. O Vereador Sérgio perguntou quantos andares terão os prédios; e o Dr. Douglas disse que a parte mais técnica será tratada numa fase posterior, agora sendo necessário apresentar à Caixa Econômica Federal a documentação para depois ver qual a empresa fará o projeto, cabendo a essa empresa fazer a apresentação à Prefeitura, à Ascarp e à Câmara. O Vereador Sérgio perguntou se a administração sabe a demanda do município com relação à moradia para famílias nessa faixa de renda. O Dr. Douglas disse imaginar que tenha, mas que essa informação é da alçada da Secretária de Assistência Social. Então, a sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; Obras e Serviços Públicos. O parecer conjunto das Comissões foi favorável à proposição. A sra. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.590. Encerrada a discussão, a sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.590, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. A sra. Presidente comunicou que estava na mesa de cada Vereador o Ofício nº 4/2014, do Exmo. Sr. Juiz Eleitoral, convocando reunião sobre propaganda eleitoral. Foi lido convite do 22º Fórum de Educação Ambiental, inclusive com a solicitação de dois representantes da Câmara. A sra. Presidente da Câmara disse que fará o possível para ir, e os Vereadores Sérgio e Túlio disseram que pretendem ir. O Vereador Sérgio Mota relatou que recebeu reclamação do sr. “João do Armando” sobre as dificuldades de escoamento da produção rural face à reforma da ponte do Passa-Cinco; disse que informou ao sr. “João do Armando” que já solicitou na Câmara uma visita da Comissão de Obras àquela obra, inclusive com relação à

ausência da placa. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que entrou em contato com o Secretário Municipal de Obras e soube que a placa já foi colocada. Ocorreu um debate entre os vereadores sobre a reforma daquela ponte. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezesseis horas e trinta e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata da Trigésima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezesseis horas do dia sete de agosto de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão as atas das sessões anteriores (24/06/2014, 26/06/2014 e 17/07/2014). Votadas, essas atas foram aprovadas por unanimidade. Seguindo, em atendimento ao art. 41, inciso VII, do Regimento Interno, a sra. Presidente fez a prestação de contas da Câmara dos meses de maio e junho de 2014. Nas correspondências recebidas foi lida carta do Lar da 3ª Idade Irmã Luiza. Permaneceu tramitando o Parecer prévio do Tribunal de Contas, sobre a prestação de contas do município do exercício de 2012, já encaminhado à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Também continuaram tramitando o Parecer jurídico ao Projeto de Lei nº 1.574 e o Projeto de Lei nº 1.574, do Executivo, que altera dispositivo da Lei Municipal nº 873/92 e dá outras providências. Em seguida, foi lido o Projeto de Lei nº 1.588, do Vereador Juscélio Bernardino Braz, que altera o art. 24 da Lei nº 814/90, que Dispõe Sobre o Serviço de Taxi no Município de Rio Pomba, com relação às características dos veículos. A sra. Presidente da Câmara determinou a sua tramitação e o enviou para análise das comissões de Legislação e de Serviços e Obras. O Vereador Romeu Moreira Batista parabenizou ao autor do projeto. O Vereador Sérgio Mota também parabenizou ao autor e disse que já era tempo do município organizar sobre a frota de táxis. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que os vereadores são cobrados por populares sobre o assunto, inclusive sobre a existência de pontos de táxi que ficam sem taxista. Dando continuidade, foi lido o Projeto de Lei nº 1.591, do Vereador Túlio Mota Salgado, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimentos bancários do município. O Vereador Túlio Mota Salgado agradeceu à Dra. Vânia, assessora jurídica, ao servidor da Câmara, Ramon, e à Dra. Lívia, do Procon, que auxiliaram na elaboração. O Vereador Sérgio Mota parabenizou ao autor e falou sobre a importância do projeto; sugeriu que o projeto seja bem debatido e analisado pela assessoria jurídica da Câmara, para que seja eficaz e futuramente não seja questionado judicialmente. A Vereadora Maria do Carmo pediu determinadas informações sobre o funcionamento do projeto. O Vereador Túlio Mota comentou que já existe a lei no âmbito do Estado de Minas Gerais; disse que todos os vereadores podem participar no projeto. A sra. Presidente da Câmara determinou a sua tramitação e o enviou para análise das comissões de Legislação, de Serviços e Obras e de Finanças. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.592, do Executivo, que dispõe sobre abertura de crédito adicional especial e dá outras providências. O Vereador Sérgio Mota pediu mais informações sobre a escola pretendida, se seria a escola integral de seis turmas. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que possivelmente se trata de emenda parlamentar. O Vereador Sérgio Mota disse que não, pois trata de crédito adicional especial; disse saber informalmente da intenção da construção de escola de período integral, e perguntou se alguém saberia

confirmar isso. A Vereadora Maria do Carmo disse que telefonou para o Dr. Douglas mas não conversou sobre esse projeto, mas sabe algo sobre uma escola de seis salas de tempo integral; consultou se o projeto poderia ser votado hoje. O Vereador Jorge Luís manifestou-se favorável a essa possibilidade. Então, a sra. Presidente da Câmara solicitou o parecer conjunto das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; e de Educação, Saúde e Assistência. O Vereador Juscélio Bernardino Braz disse que preferia a tramitação, mas como os colegas desejavam votar hoje ele votava favoravelmente. O Vereador Sérgio Mota disse que votava contra por não estar claro o objetivo do projeto. O Vereador Jorge Luís disse que o projeto menciona como única e exclusiva finalidade a construção de uma escola. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que votaria contrariado por não haver mais informações sobre o projeto. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que ia tentar obter mais informações e então a sra. Presidente da Câmara seu sequência na pauta, quando então foram lidas as seguintes proposições: - **Jorge Luís Martins Soares**: a) Indicação nº 336: cessão da administração de vias para o Instituto Federal; b) Indicação nº 347: aração e gradagem no plantio de fumo; - **Juscélio Bernardino Braz**: a) Indicação nº 328: proibição de estacionar em trecho da Rua Péricles de Queiroz; b) Indicação nº 331: doação de decibelímetro à Polícia Militar; c) Indicação nº 338: parada de vans escolares ao lado do Grupo São José; - **Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes**: a) Indicação nº 334: redutores de velocidade na *Estação*; b) Indicação nº 343: premiação para contribuintes em dia; - **Maurílio Rodrigues dos Reis**: a) Indicação nº 359: exclusividade da nova retroescavadeira; - **Paulo Henrique da Silva**: a) Indicação nº 89-2ª edição: redutor de velocidade no final do bairro Santa Isabel; - **Sérgio Mota**: a) Indicação nº 337: indico o pagamento do piso salarial profissional nacional dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias; b) Indicação nº 362: inscrição em programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário; - **Túlio Mota Salgado**: a) Indicação nº 352: guaritas policiais nas saídas da cidade; b) Indicação nº 360: redutores de velocidade e faixas de pedestres nas imediações da Rua Cel. Antônio Pedro; - **Jorge Luís Martins Soares e Paulo Henrique da Silva**: a) Indicação nº 212/2013-2ª edição: Criação da guarda municipal; - **Sérgio Mota e Maurílio Rodrigues dos Reis**: a) Indicação nº 363: redutor de velocidade no bairro Santa Isabel. O Vereador Sérgio Mota disse que fez ofício à Presidente da Câmara para que seja organizada nova audiência com as autoridades sobre a segurança pública em Rio Pomba, agora com a participação da sociedade, para novas articulações no sentido de mostrar a preocupação da Câmara Municipal com o que está acontecendo; comentou que alguns municípios está sendo decretado o toque de recolher segundo faixas etárias. A sra. Presidente da Câmara solicitou à Dra. Vânia que verifique com o sr. Juiz de Direito a designação de uma nova data. A sra. Presidente da Câmara comunicou que a sessão extraordinária de entrega das moções de aplausos será no dia vinte e cinco de setembro, e pediu agilização aos Vereadores que tiverem nomes a serem apresentados. Sobre o Projeto de Lei nº 1.592 o Vereador Túlio Mota disse que conversou por telefone com o Secretário Municipal, André Condé, e soube que o mesmo viria a esta reunião mas, por um motivo imprevisto, não pode comparecer; disse o Vereador Túlio que se

trata de um termo de compromisso que foi assinado para a construção de uma escola padrão segundo modelo do Governo Federal, sem haver maiores detalhes ainda, de forma que o projeto vem apenas inserir no orçamento municipal a necessária dotação com a finalidade específica. Então, a sra. Presidente da Câmara colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.592, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. O Vereador Sérgio Mota fez um relato que recebeu de uma mãe, sem citar o nome, apesar de ter sido autorizado para isso, sobre o que ocorreu na Unidade Básica de Saúde da Rua Messias Pereira Baía; segundo o Vereador Sérgio, uma criança recém nascida que faz acompanhamento pediátrico pelo SUS na cidade passou a vomitar muito e ser acometido de diarreia; assustada, a mãe procurou o hospital, já se estando no período noturno, onde foi muito bem atendida e a criança medicada, mas com a recomendação de que procurasse o pediatra; então a mãe procurou o pediatra na Rua Messias Pereira Baía, tratando-se de um caso de urgência já que a criança ainda vomitava e tinha diarreia, mas chegando à UBS não foi possível o atendimento, ainda que a mãe tenha argumentado sobre a urgência, pois o médico mandou que ela procurasse o hospital, causando a indignação da mãe; mesmo sem condições, aquela mãe foi a Ubá e pagou uma consulta particular com outro pediatra, sendo que este cortou toda a medicação que a criança estava tomando por ser ela quem estava provocando aquela reação no organismo do menino, medicação que fora receitada pelo pediatra da UBS de Rio Pomba; disse o Vereador Sérgio que essa mãe lhe trouxe esse assunto para verificar o que poderia ser feito, e o Vereador então trouxe o assunto com o desejo de registrar a questão do atendimento em UBS para saber como funciona o sistema de atendimento médico, se por fichas ou por tempo; disse que o Plano de Carreira fala em horas de trabalho e não em atendimento por fichas, e ressaltou que esse modelo de medicina tem que mudar no Brasil, pois é mercenária a visão de somente ganhar dinheiro, com o médico correndo para o consultório e para a clínica e ganhando de trinta a cinquenta mil reais por mês, em detrimento de uma sociedade miserável que não tem acesso à saúde; disse que irá procurar o Secretário Municipal de Saúde para se informar mais e registrou então a indignação da mãe e disse comungar com ela, ainda que desconhecendo sobre o sistema de atendimento médico na UBS. A Vereadora Maria do Carmo disse que nesses casos de urgência cabe ao hospital mesmo, e o Vereador Sérgio disse que o hospital não tem pediatra. O Vereador Túlio Mota disse que já passou por situação semelhante e procurou o Secretário Municipal de Saúde, sendo que este mesmo já lhe orientou que seja mesmo informado dessas ocorrências. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e dez minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA).

Ata da Trigésima Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas do dia vinte e um de agosto de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (07/08/2014). Votada, essa ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Seguindo, em atendimento ao art. 41, inciso VII, do Regimento Interno, a sra. Presidente fez a prestação de contas da Câmara do mês de julho de 2014. Seguindo, continuou tramitando o Parecer prévio do Tribunal de Contas sobre a prestação de contas do município do exercício de 2012, que está sob análise da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Também seguiram tramitando o Parecer jurídico ao Projeto de Lei nº 1.574 e o Projeto de Lei nº 1.574, do Executivo, que altera dispositivo da Lei Municipal nº 873/92 e dá outras providências. O Projeto de Lei nº 1.588, do Vereador Juscélio Bernardino Braz, que altera o art. 24 da Lei nº 814/90, que Dispõe Sobre o Serviço de Taxi no Município de Rio Pomba, com relação às características dos veículos, seguiu tramitando enquanto aguarda a conclusão do trabalho das comissões; assim como o Projeto de Lei nº 1.591, do Vereador Túlio Mota Salgado, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimentos bancários do município. Às dezoito horas e nove minutos compareceram à sessão os Vereadores Antônio Dias de Oliveira e Romeu Moreira Batista. Seguindo na pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 1.593, do Vereador Paulo Henrique da Silva, que declara de utilidade pública a Associação de Motociclistas Legendário Moto Clube de Rio Pomba. A sra. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, substituindo o Vereador Paulo Henrique da Silva, autor, pelo Vereador Túlio Mota Salgado. Alguns vereadores se manifestaram pela possibilidade de votar o projeto ainda hoje. Então, havendo a deliberação plenária, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final emitiu o seu parecer favorável à proposição. Com a permissão plenária, a sra. Presidente colocou o projeto em discussão no próprio expediente. Encerrada a discussão, a sra. Presidente da Câmara colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.593 em votação, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Resolução nº 321, da Mesa Diretora, que estima a receita e fixa a despesa da Câmara Municipal de Rio Pomba para o exercício de 2015. A sra. Presidente da Câmara solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Os Vereadores Jorge Luís Martins Soares e Antônio Dias de Oliveira manifestaram-se favoráveis. O Vereador Sérgio Mota disse que gostaria de ter uma explicação maior sobre a necessidade da Câmara prover esse valor no orçamento para 2015, sendo que normalmente devolve o saldo ao Executivo no final do ano, como em 2013 em torno de quatrocentos mil reais. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que a ideia é colocar em prática a construção da sede da Câmara, iniciando ainda este ano as providências, já que o Banco do Brasil não deu resposta nenhuma sobre a venda do imóvel hoje ocupado pela Câmara, assim como o Executivo não deu resposta. O Vereador Jorge Luís

Martins Soares perguntou se esse orçamento está maior do que o normal de se repassar. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que o valor não ultrapassa o limite. O Vereador Sérgio Mota perguntou qual a necessidade de se manter esse orçamento crescente, enquanto se poderia reduzi-lo e trazer mais para a necessidade da Casa, afinal a Mesa Diretora não fez a discussão sobre a construção ou aquisição da sede; disse que será mais um ano em que se fica essa discussão de construir a sede sem nada resolver, e que não está vendo nenhuma ação da Mesa Diretora nesse rumo; disse que não há uma discussão séria nessa Casa sobre os rumos que serão tomados, e que isso não pode partir de uma iniciativa isolada. A sra. Presidente da Câmara disse que foi esta semana que questionou isso, junto com o Vereador Túlio, e disse que iremos dar início, sendo a primeira coisa a elaboração do projeto de engenharia, o que ela ia falar no final desta reunião e nada seria feito somente pela Mesa Diretora, mas sim com a participação de todos os vereadores, ainda que fosse necessária uma convocação extraordinária. O Vereador Túlio disse que a Mesa Diretora não quis passar por cima de nada, inclusive foi alertado pela Contadora da Câmara que o prazo já estava passando para a aprovação do orçamento; disse que a Mesa Diretora pretende fazer uma obra muito simples mas com as normas de acessibilidade; ressaltou que o valor proposto está abaixo do sete por cento que caberia à Câmara. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que o Vereador Túlio falou algo importante sobre o diálogo entre a Mesa Diretora e os Vereadores; pediu, que se o prazo para votação é até o dia 30, o projeto fique tramitando para reestudo e se convoca outra reunião; achou que a Mesa Diretora deveria ir até o Prefeito e saber se pode colocar esse orçamento, porque não adianta se depois ele vetar; disse que tudo deve ser conversado e reunido, e lembrou que quando conseguiu a sede independente da Câmara foi através de reunião e conversa, inclusive com o apoio do então Prefeito, Giovanni Baía. A sra. Presidente da Câmara disse achar que isso não tem nada a ver com o Prefeito, pois ele é obrigado a repassar o valor; opinião partilhada pelo Vereador Túlio. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que ninguém aqui é contra a construção da sede, por ser muito necessária, mas desde que todos fiquem sabendo; pediu que o projeto fique tramitando e seja votado depois. O Vereador Túlio disse que já estão comentando isso há muito tempo. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que então o assunto está só entre os Vereadores Túlio e Maria do Carmo, pois nem o Vereador Paulo, que é da Mesa Diretora, sabe. A sra. Presidente disse que o Vereador Paulo não sabe da última conversa, mas que sabe dessa intenção há muito tempo. O Vereador Sérgio Mota disse que desde o ano passado poderia ter sido votado um orçamento menor para a Câmara, liberando quatrocentos ou trezentos mil reais para o Prefeito trabalhar em políticas públicas municipais; perguntou qual a segurança e onde está se discutindo realmente um projeto para a Câmara Municipal adquirir ou construir um imóvel, e que em seis meses essa discussão não será feita, principalmente num período eleitoral; apoiou as palavras do Vereador Romeu quanto à necessidade da aquiescência do Prefeito, pois se este futuramente disse que precisa desse dinheiro ele articulará com a Mesa Diretora para não se gastar; comentou que já deveria se estar discutindo com o Prefeito para que ele preveja no orçamento de 2015 uma provisão de pagamento de servidores sem necessitar estar batendo às portas da

Câmara. O Vereador Túlio disse que nesses seis meses não será concluído nada, mas apenas dado o ponta-pé inicial e a construção se estender por alguns anos; disse que a questão de se colocar o orçamento para votar hoje é por causa do prazo final de trinta de agosto. O Vereador Romeu Moreira sugeriu a convocação de uma reunião antes do dia trinta. A sra. Presidente disse que o início da discussão está sendo hoje. O Vereador Romeu disse que então a Presidente da Câmara deveria ter colocado o projeto para análise dos Vereadores e o deixado em tramitação, e não colocá-lo em votação hoje. A sra. Presidente da Câmara disse que todos os Vereadores, assim como o Vereador Sérgio já lhe cobrou várias vezes o início da construção da sede, e que todos sabem desse assunto. O Vereador Sérgio Mota disse que sempre defenderá a obtenção da sede própria da Câmara, até pelo valor gasto com aluguel, mas que se sente desprestigiado pela Mesa Diretora para conversar sobre esse assunto, pois não é convidado apesar de sempre manifestar o apoio à Mesa Diretora nas propostas apresentadas; disse que a Mesa Diretora tem livre acesso ao gabinete do Prefeito mas que ele (Sérgio) não ouviu ainda a afirmação de que o Prefeito sinalizou a votação do orçamento da Câmara e a construção da sede, sendo que essas são as suas colocações, no sentido de não estar vendo nenhum planejamento; disse que gostaria de dar o seu voto como membro da Comissão de Finanças, e que votaria contra pela falta de planejamento. O Vereador Túlio Mota disse que não estava em votação; e o Vereador Sérgio Mota respondeu que estava votando como Relator da Comissão de Finanças. A sra. Presidente disse que o Vereador Romeu pediu a tramitação; e o Vereador Sérgio disse que os demais membros da comissão já votaram e apenas ele não. O Vereador Jorge Luís disse que votou enganado achando que se tratava do orçamento normal, sem excessos; e agora teria que voltar atrás. O Vereador Sérgio Mota perguntou se a Presidência da Câmara anulava a votação da Comissão de Finanças; e a Presidente da Câmara respondeu que sim, estava anulada a votação da comissão. O Vereador Túlio Mota disse que a partir de quando o Vereador Romeu pediu a tramitação não estava mais em votação o orçamento pelas comissões. O Vereador Romeu Moreira disse que o debate sobre o orçamento será recommençado, pois a Mesa Diretora vai verificar com o Sr. Prefeito e o valor deverá ser reduzido para nova apreciação da Câmara até o dia trinta. A sra. Presidente da Câmara disse que já esteve em conversa com o Sr. Prefeito e as portas continuam abertas, como eles novamente irão conversar. O Vereador Romeu Moreira disse que cabe mais à Mesa Diretora conversar com o Sr. Prefeito, e que a Mesa Diretora precisa informar isso aos vereadores. A sra. Presidente da Câmara disse que não se conversou nada sobre orçamento com o Prefeito, mas sobre a construção da sede da Câmara. Assim, a sra. Presidente da Câmara determinou a tramitação do Projeto de Resolução nº 321 e convocou sessão extraordinária para o dia vinte e oito de agosto, às dezoito horas, para deliberar sobre o orçamento da Câmara. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 332: presença da Polícia Militar na Av. Djanira Lucas Esteves; 2) Indicação nº 346: atendimento veterinário no Curral Bonito; b) Vereador Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 333: providências na Av. Prof. José Borges de Moraes; 2) Indicação nº 339: determinação de mão única em duas ruas do *Bairro São José*; 3) Indicação nº 361:

reductor de velocidade no bairro Santa Isabel; c) Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 342: reforma do Museu Histórico; d) Vereador Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 354: construção de fonte na Av. Manoel Fernandes; 2) Indicação nº 367: reductor de velocidade e mão única em rua da *Pedreira*; e) Vereadores Jorge Luís Martins Soares e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 335: construção de casas populares no terreno do Rosário Central; f) Vereadores Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 341: muro de contenção na Rua Francisco Vieira Bomtempo; g) Vereadores Paulo Henrique da Silva e Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 356: conserto de muro na Rua Luiza Alvim; h) Vereadores Túlio Mota Salgado e Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 86-2ª edição: academia e quadra poliesportiva no bairro Prefeito Geraldo Homem de Faria. A sra. Presidente da Câmara convidou os vereadores para a missa em ação de graças ao aniversário do município, no dia 25 de agosto, às dezenove horas, na Matriz de São Manoel; comunicou também na quarta-feira, dia vinte e sete, às dezenove horas, haverá a segunda audiência com as autoridades sobre a segurança pública, com a presença confirmada do Juiz de Direito e em caráter público, com a divulgação de convite à população. O Vereador Túlio Mota comunicou que o Ministério da Educação respondeu a ofício sobre a realização do Enem em Rio Pomba, informando que haverá a avaliação dessa possibilidade para 2015. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e dois minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata da Décima Terceira Segunda Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezessete horas do dia vinte e nove de agosto de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início à ordem do dia, conforme regularmente convocado, para apreciação da proposta orçamentária da Câmara Municipal para o próximo exercício. A sra. Presidente da Câmara perguntou ao Vereador Romeu Moreira Batista se ele retiraria a Emenda nº 01, que propõe valor do orçamento da Câmara em R\$1.016.100,00. A sra. Presidente da Câmara disse que a Mesa Diretora foi até o Sr. Prefeito, sendo que todos os vereadores foram convidados a irem; disse que foi uma excelente conversa onde muitas informações foram recebidas; disse que a Mesa Diretora resolveu manter o orçamento da Câmara para 2015 no exato valor de 2014. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que retirava a Emenda nº 01 e que a mesma já estava retirada desde quando assinou a outra emenda. Em seguida, foi lida a Emenda nº 02, assinada por todos os Vereadores, propondo o valor do orçamento da Câmara em R\$1.041.445,00, exato valor do orçamento deste ano de 2014. A sra. Presidente da Câmara solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Esta, por unanimidade, concluiu favoravelmente à emenda e ao Projeto de Resolução nº 321. Então, a sra. Presidente colocou em discussão e votação a Emenda nº 02, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Em seguida, a sra. Presidente colocou em discussão o Projeto de Resolução nº 321, da Mesa Diretora, que estima a receita e fixa a despesa da Câmara Municipal de Rio Pomba para o exercício de 2015. Encerrada a discussão, o Projeto de Resolução nº 321 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Após, foi comunicado que o abaixo assinado encaminhado ao Vereador Paulo pedindo a criação da guarda municipal está aberto para assinaturas dos Vereadores; que os vereadores estão convidados para o Fórum Regional de Educação Ambiental – FOREA, a se realizar nos dias 17 e 18 de setembro. O Vereador Túlio Mota Salgado comentou que a Master Alimentos não mais comprará frangos e que muitos pequenos proprietários rurais ficarão em dificuldades, já que a Pif Paf compra apenas dos grandes produtores que tenham as construções adaptadas às suas exigências; disse que falou com o extensionista da Emater, Diogo, e que este buscará alguma informação que possa ajudar a esses produtores. O Vereador Jorge disse que o problema é o investimento que os produtores já fizeram e o fato de muitos sobreviverem somente dessa renda. O Vereador Túlio pediu que os vereadores busquem soluções para enquadrar os produtores em outros setores. O Vereador Jorge disse que se pode buscar outra empresa com a mesma integração. O Vereador Sérgio Mota perguntou o motivo e o Vereador Jorge disse que a empresa informou ser devido ao comércio estar ruim e haver muita inadimplência. O Vereador Jorge disse que cada vereador pode fazer contatos. O Vereador Túlio disse que se pode fazer reuniões com os produtores. A Vereadora Maria do Carmo disse que a Câmara poderia entrar em contato com a Frango Bom e realizar uma reunião com os produtores. O Vereador

Túlio disse para primeiro verificar se eles concordam. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezessete horas e dez minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata da Trigésima Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do dia quatro de setembro de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e comunicou que as atas das sessões anteriores não estavam prontas. Seguindo, continuou tramitando o Parecer jurídico ao Projeto de Lei nº 1.574 e o Projeto de Lei nº 1.574, do Executivo, que altera dispositivo da Lei Municipal nº 873/92 e dá outras providências. Foi lida a Emenda nº 01, ao Projeto de Lei nº 1.588. O Projeto de Lei nº 1.588, do Vereador Juscélio Bernardino Braz, que altera o art. 24 da Lei nº 814/90, que Dispõe Sobre o Serviço de Taxi no Município de Rio Pomba, com relação às características dos veículos, seguiu tramitando enquanto aguarda a conclusão do trabalho das comissões; assim como o Projeto de Lei nº 1.591, do Vereador Túlio Mota Salgado, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimentos bancários do município. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.594, do Vereador Antônio Dias de Oliveira, que denomina rua com o nome de Pedro Martins Gaudereto. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Seguindo na pauta, foram lidos o Parecer nº 04, da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, sobre a prestação de contas da Prefeitura referente ao exercício de 2012 – aprovação das contas; e o Projeto de Decreto Legislativo nº 153, da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, que aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2012. Estas proposições seguiram tramitando. Ato contínuo, foi lida a Moção nº 11, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, de aplausos a João Antônio da Silva Costa Neto. O autor falou sobre o seu homenageado. Votada, a Moção nº 11 foi aprovada por unanimidade. Após, foi lida a Moção nº 12, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, de aplausos a Célio Gomes da Silva. Votada, a Moção nº 12 foi aprovada por unanimidade. Seguindo, foi lida a Moção nº 13, do Vereador Túlio Mota Salgado, de aplausos a Ronã Lima Paiva. O autor falou sobre o seu homenageado. Votada, a Moção nº 13 foi aprovada por unanimidade. Continuando, foi lida a Moção nº 14, do Vereador Túlio Mota Salgado, de aplausos a Ronaldo Vieira. O autor falou sobre o seu homenageado. Votada, a Moção nº 14 foi aprovada por unanimidade. Após, foi lida a Moção nº 15, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, de aplausos a Joaquim José Batista. O autor falou sobre o seu homenageado. Votada, a Moção nº 15 foi aprovada por unanimidade. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) Antônio Dias de Oliveira: 1) Indicação nº 373: asfaltamento de ruas do bairro Sol Nascente; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 345: placa alusiva à edificação da Escola Severino da Costa Vieira; 2) Indicação nº 365: colocação de meio-fio nas ruas da *Pedreira*; c) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 369: asfaltamento da Rua Vereador José de Paula Ferreira; 2) Indicação nº 370: redutores de velocidade na Rua Cel. Luiz Furtado de Mendonça; d) Sérgio Mota: 1) Indicação nº 364: elaboração do Plano Municipal de Educação; e) Túlio Mota Salgado: 1)

Indicação nº 367: redutor de velocidade e mão única em rua da *Pedreira*; f) Paulo Henrique da Silva e Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 358: rede elétrica no loteamento do Passa-Cinco; g) Paulo Henrique da Silva e Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 348: instalação de bueiros; h) Túlio Mota Salgado, Paulo Henrique da Silva e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 252-2ª edição: benfeitorias na Praça Delano Lopes Machado. Às dezenove horas e vinte e sete minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 152, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que outorga título de cidadã honorária e dá outras providências (Rosana Maurício de Oliveira). Após, o Projeto de Decreto Legislativo nº 152 foi colocado em única discussão. O autor falou sobre a sua homenageada. Submetido à votação, obteve-se a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 152 por unanimidade. A sra. Presidente comunicou que no dia vinte e dois de setembro, às vinte horas, haverá reunião dos poderes Legislativo e Executivo na comunidade rural de Gonçalves; comunicou também que a programação do Forea – Fórum Regional de Educação Ambiental, já está na Câmara e que todos os Vereadores estão convidados para a abertura no dia dezesseis de setembro, às nove horas, no Grupo São José; a sra. Presidente comentou que trocou a sala da presidência com a contabilidade pelas exigências que recaem cada dia mais a esse setor de trabalho, de forma que a servidora da Câmara precisava ter um espaço que lhe propiciasse mais tranquilidade durante o trabalho. O Vereador Sérgio Mota lembrou que já havia solicitado à Presidente da Câmara uma reunião na comunidade rural de Monte Alegre, e pediu que tal evento seja designado; agradeceu à Presidência da Câmara pela disponibilização da internet wi-fi nas dependências da Câmara Municipal, fruto de um pedido seu para beneficiar com essa ferramenta muito útil as pessoas e vereadores que vêm aqui. O Vereador Sérgio Mota convidou os vereadores para um forró na comunidade de Monte Alegre, no dia vinte e sete de setembro. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e quarenta e quatro minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata da Trigésima Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e cinco minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausente o Vereador Juscélio Bernardino Braz; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão as atas das sessões anteriores de 21/08/2014, 29/08/2014 e 04/09/2014. Votadas, as três atas foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. Seguindo, foi lido ofício da Secretaria de Estado de Obras Públicas, encaminhando cópia de convênio assinado. Continuou tramitando o Parecer jurídico ao Projeto de Lei nº 1.574 e o Projeto de Lei nº 1.574, do Executivo, que altera dispositivo da Lei Municipal nº 873/92 e dá outras providências. A sra. Presidente disse que o Procurador Geral do município informou que o Sr. Prefeito irá retirar esse projeto. Também seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.591, do Vereador Túlio Mota Salgado, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimentos bancários do município. A sra. Presidente solicitou que as comissões apresentem os pareceres para que o projeto possa ter andamento. Igualmente a sra. Presidente solicitou que a Comissão de Legislação procedesse com relação ao Projeto de Lei nº 1.594, do Vereador Antônio Dias de Oliveira, que denomina rua com o nome de Pedro Martins Gaudereto. Às dezenove horas e vinte e dois minutos o Vereador Juscélio Bernardino Braz compareceu à sessão. O Vereador Romeu Moreira Batista, Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, disse que a comissão poderia se manifestar verbalmente. Todos os membros da citada comissão opinaram favoravelmente ao projeto. Então, havendo a deliberação plenária, a sra. Presidente colocou o Projeto de Lei nº 1.594 em discussão ainda no expediente. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.594 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguindo na pauta foi lido o Projeto de Lei nº 1.596, do Executivo, que desafeta parte de uma área verde que menciona para obras de ampliação do sistema viário e construção de uma praça. O Vereador Jorge Luís perguntou se era para favorecer a outra rua. A sra. Presidente comentou que é para dar acesso ao loteamento que está sendo feito e que já existe uma ata do Codema, ata essa que foi lida pelo Secretário neste momento. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado às comissões de Legislação, de Obras e de Meio Ambiente. O Vereador Sérgio Mota disse que, participando do Forea, foi levantado por um técnico o problema da construção de um asilo próximo do Distrito Industrial, por motivo de poluição, que seria um impedimento; comparou as dificuldades que são impostas aos agricultores para fazer um simples açuce e a facilidade de instalação do loteamento derrubando açude, aterrando nascentes e brejos e passando por cima de questões ambientais; disse ser favorável ao loteamento em questão e desejar que as pessoas de menor renda possam ter acesso às moradias; disse que sua preocupação é com as futuras dificuldades que serão enfrentadas pelo asilo, estando próximo do Distrito Industrial, e comentou que o Codema muito tranquilamente emitiu parecer favorável ao loteamento e provavelmente encontrará dificuldades

com relação ao asilo. A sra. Presidente da Câmara leu carta de compromisso da presidente da associação que está edificando o asilo. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que faz parte de duas comissões, pediu a tramitação e que o projeto seja bem estudado. A sra. Presidente da Câmara sugeriu que as comissões se reúnam com a Dra. Vânia e possivelmente com o jurídico da Prefeitura e da Secretaria de Meio Ambiente. O Vereador Sérgio Mota sugeriu que esteja presente também representante do Codema. O Vereador Romeu Moreira entendeu que o projeto abre uma passagem para o loteamento e para o asilo na área verde do Distrito Industrial; sugeriu que a Câmara peça o parecer do responsável pelo Meio Ambiente para resguardar a Câmara; concordou com o Vereador Sérgio de que o loteador fez o que quis naquela área, aterrando açude e cortando árvores. O Vereador Jorge Luís disse que as partes já se comprometeram a fazer a compensação ambiental. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.597, assinado por todos os Vereadores, que declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares de Monte Alegre e Região. A sra. Presidente encaminhou esse projeto à Comissão de Legislação. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse achar não ser necessária a tramitação, podendo ser votado ainda hoje. O Vereador Romeu Moreira Batista, Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, disse que a comissão poderia se manifestar verbalmente, principalmente considerando que a entidade atende aos requisitos. Todos os membros da citada comissão opinaram favoravelmente ao projeto. Então, havendo a deliberação plenária, a sra. Presidente colocou o Projeto de Lei nº 1.597 em discussão ainda no expediente. O Vereador Sérgio Mota registrou a presença da presidente da associação e de outros membros; falou sobre a entidade, desde a sua criação e seus objetivos. Outros vereadores também fizeram comentários, inclusive sobre os serviços de inspeção existentes e as dificuldades para o funcionamento de entidades como esta. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.597 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lida a Moção nº 16, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, de aplausos a Roque Cancela Soares Júnior. O autor falou sobre os méritos do seu homenageado. Votada, a Moção nº 16 foi aprovada por unanimidade. Após, foi lida a Moção nº 17, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, de aplausos a Reginaldo Furtado de Carvalho. O autor falou sobre os esforços do seu homenageado voltados à área da saúde pública. Votada, a Moção nº 17 foi aprovada por unanimidade. Seguindo, foi lida a Moção nº 18, do Vereador Túlio Mota Salgado, de aplausos a Gladstone Roncalli da Silva. O autor falou sobre a pessoa que estava pretendendo homenagear. Votada, a Moção nº 18 foi aprovada por unanimidade. A sra. Presidente da Câmara disse que a Câmara está visitando as comunidades rurais e para o Monte Alegre também será agendada a visita. Em sequência foram lidas as seguintes proposições a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 263-2ª edição: ponte na zona rural de Bomjardim; 2) Indicação nº 366: cobertura para as academias ao ar livre; 3) Indicação nº 372: festa do peão; b) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 371: asfaltamento das localidades mencionadas; 2) Indicação nº 375: gradio na Praça Vereador Mundico; 3) Indicação nº 376: redutores de velocidade em rua do *Mutirão* e sinalização de trânsito; c) Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 368: lixeiras na Praça Prefeito

Messias Pereira Baía; d) Maurílio Rodrigues dos Reis e Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 374: asfaltamento e iluminação em rua adjacente à Pantaleão Mota Couto; e) Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 355: guaritas em pontos de ônibus; 2) Indicação nº 357: doação de terreno para o Partido Alto. Às vinte horas e vinte e quatro minutos, aberta a ordem do dia, foram lidos: a) Parecer nº 04, da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas: Prestação de contas da Prefeitura referente ao exercício de 2012 – aprovação das contas; b) Projeto de Decreto Legislativo nº 153, da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas: Aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2012. A sra. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 153. Encerrada a discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 153 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade, votando os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado. Seguindo os trabalhos, a sra. Presidente consultou as comissões com relação à Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.588, dos Vereadores Juscélio Bernardino Braz e Sérgio Mota, e ao Projeto de Lei nº 1.588, do Vereador Juscélio Bernardino Braz, que altera o art. 24 da Lei nº 814/90, que Dispõe Sobre o Serviço de Taxi no Município de Rio Pomba, com relação às características dos veículos. As Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, pela unanimidade de seus membros, emitiram o parecer verbal conjunto favorável ao Projeto de Lei nº 1.588 e à emenda apresentada. Por sua vez, o plenário unanimemente concedeu a dispensa de prazos e interstícios de tramitação para que as proposições fossem votadas ainda hoje. Após, foram colocados em única discussão a Emenda nº 1 e o Projeto de Lei nº 1.588. Os Vereadores Jorge Luís Martins Soares, Túlio Mota Salgado e Sérgio Mota disseram que o serviço de taxi gera dúvidas na população, como pontos onde não ficam carros de taxi e pessoas que efetivamente não prestam serviço. O Vereador Jorge disse que poderia ser feito um requerimento ao sr. Prefeito para obtermos essas informações. Encerrada a discussão, a Emenda nº 1 foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Após, foi submetido à votação o Projeto de Lei nº 1.588, o qual também foi aprovado por unanimidade. A sra. Presidente da Câmara lembrou aos vereadores da reunião na comunidade rural de Gonçalves, no dia vinte e dois de setembro, às vinte horas; comunicou que no dia vinte e três, às dezessete horas, haverá a audiência prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal para avaliação do segundo quadrimestre de 2014. O Vereador Túlio Mota Salgado relatou sobre um fato acontecido com dois adolescentes riopombenses que, ao procederem exemplarmente na devolução de uma bolsa encontrada na rua com dinheiro e cartões; disse o Vereador Túlio que fatos relacionados à violência têm imediata e grande repercussão, mas que essas boas ações também deveriam ser divulgadas. Esses adolescentes estavam presentes na Câmara e se tratavam de Icaro e Lucas, acompanhados respectivamente da mãe, Enedina, e da avó, Rosana, e mãe, Beatriz. Eles receberam os cumprimentos dos vereadores e presentes de dois comerciantes que se emocionaram com suas histórias. O Vereador Túlio Mota disse que, se

houver a concordância dos responsáveis, indicará os nomes dos adolescentes ao Sargento Edson, responsável pelo Proerd, e a Wellington Neto, para entrevista na rádio local, de forma que suas boas ações se tornem de conhecimento público e estimulem os adolescentes e jovens às boas práticas. Os vereadores e o público presente concedeu aos adolescentes uma salva de palmas. Foram lidos ofícios a serem assinados por todos os vereadores direcionados ao Governador do Estado e ao Comandante da Polícia Militar de Minas Gerais, sobre a segurança pública em Rio Pomba. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata de Sessão da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e quinze minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início à sessão com o objetivo de entregar as moções de aplausos aprovadas em 2014. A sra. Presidente da Câmara fez saudação aos presentes. Presente também o sr. Dalmo Maurício Furtado, Vice-Prefeito. Os homenageados da noite foram: José Maria Pereira (Moção nº 09, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes), Garis municipais (Moção nº 10, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes), João Antônio da Silva Costa Netto (Moção nº 11, do Vereador Jorge Luís Martins Soares), Pastor Célio Gomes da Silva (Moção nº 12, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis), Ronã Lima Paiva (Moção nº 13, do Vereador Túlio Mota Salgado), Ronaldo Vieira (Moção nº 14, do Vereador Túlio Mota Salgado), Joaquim José Batista (Moção nº 15, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes), Roque Cancela Soares Júnior (Moção nº 16, do Vereador Jorge Luís Martins Soares), Reginaldo Furtado de Carvalho (Moção nº 17, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis), Gladstone Roncalli da Silva (Moção nº 18, do Vereador Túlio Mota Salgado). À medida em que foram lidas as moções, seguindo a sua ordem numérica, os autores se pronunciaram e entregaram as moções aos homenageados. Da sua parte, alguns homenageados discursaram em agradecimento. Finalizando, a sra. Presidente da Câmara pronunciou-se pela Câmara Municipal. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata da Décima Quarta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de

Rio Pomba. Às dezesseis horas e cinco minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Sérgio Antônio Mota Furtado; ausentes os Vereadores Antônio Dias de Oliveira, Romeu Moreira Batista e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início à ordem do dia e solicitou a leitura do Projeto de Lei nº 1.598, do Executivo, que altera os anexos I e III, da Lei nº 1.469, de 14 de março de 2014. Concluída a leitura, o citado projeto foi colocado em discussão. Neste momento, compareceram à sessão os Vereadores Antônio Dias de Oliveira e Túlio Mota Salgado. A sra. Presidente da Câmara solicitou a manifestação das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final, e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. A sra. Presidente designou o Vereador Túlio Mota Salgado para substituir o Vereador Romeu Moreira Batista na Comissão de Legislação durante esta reunião. Estava presente a Dra. Vânia Maria Barros Saraiva, Assessora Jurídica da Câmara, e o Dr. Douglas Chaves Gomes, Procurador Geral do Município. A sra. Presidente disse que o Dr. Douglas poderia explanar sobre o projeto e responder a perguntas dos vereadores. Com a palavra, o Dr. Douglas disse que o projeto aumenta o número de operadores de máquinas e diminui os requisitos para investidura, do ensino médio para alfabetizado, além da habilitação “D”, condizendo mais com a realidade do cargo; disse que o município foi contemplado com várias máquinas após a aprovação do plano de cargos. Houve um amplo debate entre os vereadores e o Procurador Geral do Município, envolvendo habilitação, escolaridade, situação dos contratados. O Vereador Jorge perguntou se as dez vagas que estão sendo ampliadas estarão disponíveis no edital do concurso. O Dr. Douglas respondeu que isso depende de avaliação, segundo as necessidades de contratação, e que as vagas estão sendo ampliadas no plano de cargos. O Vereador Sérgio Mota entende como uma perda para o serviço público o fato de se reduzir o nível de escolaridade, considerando que hoje todos têm acesso ao ensino médio e que futuramente a administração terá que investir em qualificação dos servidores apenas alfabetizados. O Dr. Douglas disse que esse assunto foge à sua seara; disse que pode ser melhor para a administração ter um servidor qualificado, mas existe o fato de um servidor alfabetizado poder realizar um serviço com mais qualidade na operação de máquinas do que um técnico, além da possibilidade desse servidor se qualificar posteriormente. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que uma pessoa alfabetizada com a habilitação “D” pode prestar um ótimo serviço, e que nesse ponto o projeto não deixa nada a desejar. O Vereador Sérgio Mota disse ser estranho o fato da administração reduzir a exigência de escolaridade antes mesmo de abrir as inscrições, depois do que poderia dizer que não encontrou candidatos; e perguntou se o concurso era direcionado. O Dr. Douglas disse que, após as inscrições, o Vereador Sérgio poderia dizer o contrário do que está dizendo agora; disse que tem conhecimento de um levantamento feito apontando que a maioria dos operadores de máquina não têm o ensino médio completo. O Vereador Sérgio Mota perguntou sobre a urgência do projeto. O Dr. Douglas disse que a urgência é devido

ao fato das inscrições iniciarem na semana que vem e, antes disso, ser necessário retificar o edital e publicar. O Vereador Sérgio disse discordar da redução da escolaridade e não saber sobre a legalidade da instituição de pontos por tempo de serviço. Pediu que a Dra. Vânia emita um parecer sobre o edital de concurso. O parecer conjunto das comissões foi favorável ao projeto. Os membros Antônio Dias e Sérgio Mota votaram a favor, mas disseram que prefeririam a continuidade da tramitação. O Vereador Sérgio Mota votou contra com relação à redução da escolaridade. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.598 foi colocado em votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguindo na pauta, a sra. Presidente disse que já foi lido o Projeto de Lei nº 1.596, do Executivo, que desafeta parte de uma área verde que menciona para obras de ampliação do sistema viário e construção de uma praça. A sra. Presidente disse que o projeto já está com as comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; de Meio Ambiente; e de Obras e Serviços Públicos Municipais. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que já esclareceu a dúvida que tinha. Estava presente o Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Antônio Carlos Vidal Barra, à disposição para esclarecer dúvidas. O Vereador Jorge Luís perguntou se haveria a abertura de uma rua nova para o loteamento. O sr. Antônio Carlos disse que o loteamento previa a saída direto na rodovia, sendo então solicitado ao Codema para se fazer uma saída na lateral da via principal do Distrito Industrial, em contrapartida oferecendo-se o paisagismo do entorno de todo o trevo, de 100 metros entrando no Distrito Industrial, além de uma praça de convivência na parte de cima do loteamento que já era prevista; disse que o córrego cruza a via do Distrito Industrial mais abaixo e não será afetado em nada; sobre a rua de acesso ao asilo, a contrapartida será o paisagismo da própria passagem. O Vereador Sérgio Mota perguntou se a rua existe ou se é uma abertura. O secretário Antônio Carlos disse que a rua está sendo aberta na área verde do Distrito Industrial. O Vereador Sérgio Mota disse que durante o Forea, na oficina que participou, foi levantada a possibilidade de ser considerado irregular a localização do asilo por estar próximo e ligado ao Distrito Industrial; disse que esta é uma preocupação sua. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que se o asilo for proibido de funcionar lá o loteamento residencial também não poderá. O Vereador Sérgio Mota disse que o asilo envolverá outras exigências do poder público e pode haver esse entendimento; quanto ao loteamento, disse que quem deve se preocupar é quem for adquirir lotes. O Secretário, Antônio Carlos, disse que o Distrito Industrial veio primeiro e que quem deve se preocupar com a proximidade do distrito são as pessoas que idealizaram o asilo. O Vereador Sérgio disse que sua preocupação é que o acesso através do distrito venha a prejudicar o licenciamento do asilo. O Dr. Douglas disse que o asilo é administrado por uma pessoa jurídica de direito privado e, sendo de natureza filantrópica, as autoridades poderão reconhecer essa natureza, apesar dos responsáveis pela entidade terem que saber que estão dentro ou próximo de um Distrito Industrial; quanto à futura possibilidade de se conceder recursos públicos para aquele asilo é uma situação que será analisada. O Vereador Sérgio Mota disse que a abertura da rua de acesso por um outro lado poderia dar outra conotação à localização do asilo, que seria desvinculado do Distrito Industrial. O Dr. Douglas disse que esta foi uma

solicitação do asilo e o município a atendeu, no sentido apenas de legalizar a passagem que era usada por eles através de uma área verde do distrito; comentou que não foi abordada a situação da localidade do asilo. O Vereador Antônio Dias de Oliveira perguntou quanto à urgência do projeto. O Vereador Jorge Luís disse que o projeto está apenas liberando a passagem, nada tendo a ver com o licenciamento do asilo. O Vereador Sérgio Mota disse que sua preocupação é que futuramente a entidade venha a ter problemas devido ao seu acesso ser realizado através do Distrito Industrial. O Vereador Jorge Luís entendeu a preocupação do Vereador Sérgio mas disse que este é um pedido da própria diretoria do asilo. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que, durante esse debate, telefonou para o sr. Rafael Duarte Fávero e obteve a informação de a diretoria do asilo está favorável à abertura da rua pelo Distrito Industrial, como está no projeto. O Vereador Sérgio perguntou se o sr. Rafael tem conhecimento da possibilidade futura de haver prejuízos ao asilo; comentou que seria melhor atrasar a votação do projeto por quinze dias e deixar isso bem esclarecido para a diretoria do asilo. Consultadas as comissões, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestou-se pela legalidade. A Comissão de Meio Ambiente opinou favoravelmente ao projeto, à exceção do Vereador Juscélio Bernardino Braz, que votou contra. A Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais emitiu o parecer verbal favorável ao projeto. Encerrada a discussão, a sra. Presidente da Câmara colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.596, que foi aprovado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira; votando contra os Vereadores Juscélio Bernardino Braz e Sérgio Antônio Mota Furtado. Este último, ao votar, justificou dizendo que a sua preocupação é que o asilo tenha acesso pelo Distrito Industrial e isso possa gerar problemas futuros para a entidade, defendendo que fosse vista a viabilidade de acesso por outro lugar. A sra. Presidente comunicou que haverá reunião itinerante na comunidade de Formiga, no dia seis de outubro, às dezenove horas, na propriedade do sr. Sebastião. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezessete horas e dez minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata da Trigésima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do dia dois de outubro de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausentes os Vereadores Antônio Dias de Oliveira e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e comunicou que as atas anteriores não estavam prontas. Nas correspondências recebidas, foi lido convite da Câmara Municipal de Juiz de Fora para encontro “Discutindo a Política e o Legislativo”, no dia 10 de outubro. Continuaram tramitando o Parecer jurídico ao Projeto de Lei nº 1.574, e o Projeto de Lei nº 1.574, do Executivo, que altera dispositivo da Lei Municipal nº 873/92 e dá outras providências. A sra. Presidente da Câmara disse que este projeto será retirado pelo autor. Após, a sra. Presidente disse que o Projeto de Lei nº 1.591, do Vereador Túlio Mota Salgado, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimentos bancários do município; aguarda a análise das comissões de Legislação, Finanças e Serviços. O autor disse que já existe o parecer jurídico da Câmara e que resta às comissões analisarem para o projeto ter andamento. A sra. Presidente da Câmara solicitou que as comissões apresentem os pareceres para a próxima reunião. O Vereador Sérgio Mota disse que gostaria de apresentar uma emenda sobre os prazos para o cumprimento das exigências tratadas no projeto, especialmente a disponibilização de banheiros. O Vereador Jorge Luís perguntou se existia algum município do porte de Rio Pomba onde haja lei semelhante. O Vereador Túlio Mota disse que seu projeto se baseia na lei estadual; que já buscou informações no Procon municipal; que não cabe aos vereadores se preocuparem com a questão do espaço nas agências, e sim verificarem a solicitação dos usuários. O Vereador Jorge Luís concordou com os argumentos do Vereador Sérgio e pediu a tramitação para conhecer melhor o projeto. A Dra. Vânia Maria comentou sobre a sua interpretação do projeto, já explanada no parecer. A sra. Presidente da Câmara disse que o projeto tramitará para que os vereadores tirem suas dúvidas. O Vereador Sérgio Mota perguntou se realmente depende da regulamentação do Executivo ou a própria Câmara poderia dispor sobre os prazos no projeto, porque senão poderá ficar no esquecimento as exigências sobre o banheiro. Seguindo na pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 1.599, do Executivo, que “altera e inclui ações constantes na Lei nº 1.477/2014 – A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei nº 1.452/2013 – Plano Plurianual – PPA, previstos para o quadriênio 2014/2017, e dá outras providências.” A sra. Presidente encaminhou este projeto à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; comunicou que o Secretário Municipal, André Condé, se disponibilizou a vir à Câmara para explicar o projeto aos vereadores, assim como a proposta orçamentária para o próximo exercício; a sra. Presidente da Câmara então convocou sessão extraordinária para o dia nove de outubro, às dezesseis horas, entre os vereadores e o sr. André Luiz Senra Condé, Secretário Municipal de Governo e Planejamento, para debate sobre este projeto e os projetos de números 1.600 e 1.601. Em sequência, foram lidos: a) Projeto de Lei nº 1.600, do Executivo: Estima a receita e

fixa a despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2015; b) Projeto de Lei nº 1.601, do Executivo: “Dispõe sobre concessão de subvenções sociais às Entidades que menciona, e dá outras providências.” A sra. Presidente da Câmara determinou a tramitação de ambos e os encaminhou para análise da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O Vereador Sérgio Mota disse ser importante discutir esse projeto, pois a autorização de trinta por cento para abertura de crédito é muito alta; pediu que a Câmara atente para isso e reduza o percentual, para melhor acompanhamento da gestão financeira municipal. A sra. Presidente disse que estava em pauta e foi lido o Projeto de Lei nº 1.602, do Executivo, que “Altera a Lei Municipal nº 1.180/2004 na parte que menciona, mas que o mesmo será substituído por conter um erro de redação. Assim, ficou transferido o uso da tribuna popular pela sra. Tânia Maria Alves Menezes, do Conselho Tutelar, para falar sobre o Projeto de Lei nº 1.602. Durante a leitura do Projeto de Lei nº 1.602, às dezenove horas e trinta e cinco minutos, compareceu à sessão o Vereador Antônio Dias de Oliveira. Seguindo, foi lido o Requerimento nº 84, do Vereador Sérgio Mota, solicitando informações sobre o funcionamento dos equipamentos recebidos para uso exclusivo da agricultura familiar. O autor falou sobre o assunto do seu requerimento, que já foi inclusive objeto de indicação sua. Votado, o Requerimento nº 84 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 131/2013-2ª edição: construção de sede para o canil; 2) Indicação nº 195/2013-3ª edição: sinal de internet na zona rural; b) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 1/2013-2ª edição de parte: melhorias no Distrito Industrial de Rio Pomba; c) do Vereador Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 378: captação de águas pluviais na Rua Antônio Carlos da Silva; d) do Vereador Sérgio Mota: 1) Indicação nº 379: implantação de ciclovias; 2) Indicação nº 380: iluminação pública nas localidades que menciona; 3) Indicação nº 381: remuneração dos conselheiros tutelares; e) do Vereador Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 353: instalação de mataburro nos Magalhães; f) dos Vereadores Túlio Mota Salgado, Paulo Henrique da Silva e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 340: troca de luminárias no loteamento Panorama; 2) Indicação nº 344: redutores de velocidade no Distrito Industrial; g) de todos os Vereadores: 1) Indicação nº 377: elevação salarial dos motoristas. Às vinte horas e quatro minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 154, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que outorga título de cidadão honorário e dá outras providências (Jailton de Almeida Dutra). O Projeto de Decreto Legislativo nº 154 foi colocado em única discussão e, após, submetido à votação, obtendo a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Seguindo, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 155, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que outorga título de cidadão honorário e dá outras providências (Francisco Fábio Rodrigues de Medeiros). O Projeto de Decreto Legislativo nº 155 foi colocado em única discussão e, após, submetido à votação, obtendo a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Finalizando a sra. Presidente da Câmara recordou no próximo dia seis haverá reunião itinerante na comunidade rural de Formiga, às dezenove horas, na casa do sr. Sebastião. O Vereador Jorge Luís

Martins Soares registrou a sua satisfação com toda a equipe da Secretaria Municipal de Agricultura pelos serviços realizados pelo trator e no Programa Curral Bonito, desenvolvido pelos funcionários Gilberto e Netinho, que precisavam até de um ajudante; comentou que o Programa completa 30 anos em 2015 e que espera uma comemoração à altura pelo sr. Prefeito. A sra. Presidente da Câmara disse que presenciou uma atuação exemplar de uma ex-funcionária na Secretaria de Saúde, e que dos conselheiros tutelares também é exigida uma dedicação muito grande. A sra. Presidente disse que os vereadores foram convidados para a entrega dos certificados de dispensa militar que acontecerá no próximo dia dezesseis, às nove horas e trinta minutos. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata da Décima Quinta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezesseis horas do dia nove de outubro de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente desta sessão convocada para debate das proposições: a) Projeto de Lei nº 1.599, do Executivo: “Altera e inclui ações constantes na Lei nº 1.477/2014 – A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei nº 1.452/2013 – Plano Plurianual – PPA, previstos para o quadriênio 2014/2017, e dá outras providências.”; b) Projeto de Lei nº 1.600, do Executivo: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2015; c) Projeto de Lei nº 1.601, do Executivo: “Dispõe sobre concessão de subvenções sociais às Entidades que menciona, e dá outras providências.” Estavam presentes os srs. André Luiz Senra Condé, Secretário Municipal de Governo e Planejamento, e Vinícius Leal Faria, Secretário Municipal de Administração e Finanças. Conforme objeto de convocação desta reunião, os vereadores e secretários municipais presentes debateram em detalhes a proposta orçamentária para o próximo exercício. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata da Trigésima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do dia dezesseis de outubro de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausentes os Vereadores Antônio Dias de Oliveira e Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao expediente e colocou em discussão as atas das sessões anteriores (18/09/2014, 25/09/2014 e 26/09/2014). Votadas, as três atas foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. Seguindo, em atendimento ao art. 41, inciso VII, do Regimento Interno, a sra. Presidente fez a prestação de contas da Câmara dos meses de agosto e setembro de 2014. Durante a leitura das prestações de contas o Vereador Paulo Henrique da Silva compareceu à sessão. Nas correspondências, foram lidos: a) convite da Academia de Letras; b) Ofício do Governo de Minas Gerais, em resposta a ofício sobre o policiamento em Rio Pomba. A sra. Presidente comunicou que continuaria tramitando, até que seja retirado pelo autor, o Projeto de Lei nº 1.574, do Executivo, que altera dispositivo da Lei Municipal nº 873/92 e dá outras providências. Também seguiram tramitando, já estando com a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas: a) Projeto de Lei nº 1.599, do Executivo: “Altera e inclui ações constantes na Lei nº 1.477/2014 – A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei nº 1.452/2013 – Plano Plurianual – PPA, previstos para o quadriênio 2014/2017, e dá outras providências”; b) Projeto de Lei nº 1.600, do Executivo: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2015; c) Projeto de Lei nº 1.601, do Executivo: “Dispõe sobre concessão de subvenções sociais às Entidades que menciona, e dá outras providências.” A sra. Presidente da Câmara comunicou que na próxima reunião da Câmara haverá a audiência pública. Seguindo nas proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.603, do Executivo, que “Altera a Lei Municipal nº 1.180/2004 na parte que menciona.” Conforme regular inscrição, a sra. Presidente da Câmara convidou a usar a tribuna a sra. Tânia Maria Alves Menezes, Conselheira Tutelar, para falar sobre o Projeto de Lei nº 1.603. Em resumo, a oradora falou da inviabilidade de se realizar eleições para completar o tempo de apenas um ano de mandato, e manifestou o apoio dos conselheiros tutelares à aprovação do projeto de lei. Alguns vereadores se manifestaram pela votação do projeto ainda hoje. Então, havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo plenário, a sra. Presidente solicitou o parecer das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Educação, Saúde e Assistência, sendo que designou o Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis para substituir o Vereador Antônio Dias de Oliveira nesta comissão. O parecer conjunto foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.603. Então, conforme autorização plenária, a sra. Presidente colocou em discussão, ainda no expediente, o projeto de lei citado. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.603 foi posto em votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.604, do Executivo, que “dispõe sobre a contratação temporária, por prazo determinado, para atender à necessidade de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da

Constituição Federal e dá outras providências.” A sra. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.604; encaminhou-o às comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; e, após consenso do plenário, convocou sessão extraordinária para o dia vinte e dois de outubro, às dezessete horas, para discutir e votá-lo. As comissões permanentes se reunirão no dia vinte e um, às dezessete horas, com a Assessora Jurídica da Câmara. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.605, do Executivo, que “autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio de Cooperação com o Estado de Minas Gerais, para o fim de estabelecer uma colaboração federativa na organização, regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e dá outras providências.” Este projeto seguiu tramitando e foi enviado às comissões de: a) Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final; b) Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; c) Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais. O Vereador Sérgio Mota manifestou-se preocupado com este projeto, porque é a renovação da concessão à Copasa; recordou que foram feitas as audiências para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, e que esse projeto tem que ser muito bem esclarecido, pois o PMSB fala da necessidade da realização de debates; disse que esse projeto trata do futuro da água tratada e do esgoto. A sra. Presidente da Câmara disse que certamente esta é uma preocupação também dos vereadores e que o projeto tramitará para amplo esclarecimento. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.606, do Executivo, que “concede isenção de tributos, que especifica, à Empresa prestadora dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário por ocasião da outorga destes serviços.” Este projeto seguiu tramitando e foi enviado às comissões de: a) Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final; b) Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; c) Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais. O Vereador Sérgio Mota disse que este projeto também o preocupa, porque dá isenção à concessionária para que possa ter a tarifa social, de modo que quem paga é a própria sociedade; falou da necessidade de discutir o projeto. A sra. Presidente disse que o projeto tramitará e que todos poderão esclarecer as dúvidas. Dando continuidade, foi lido o Requerimento nº 85, do Vereador Romeu Moreira Batista, solicitando informações sobre a instalação de empresa à Rua Carminha Morais Sarmiento. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que na realidade será uma empresa que levará o lixo para aterro sanitário fora de Rio Pomba, e que o empreendimento é um ponto de coleta do lixo em container, que será retirado todos os dias, não se tratando de um depósito de lixo; disse que existe liberação dos órgãos ambientais e que está tudo dentro da lei, sem necessidade de preocupação dos vizinhos. O Vereador Sérgio Mota disse que hoje foi até o local para conhecer e ver o que estava acontecendo no local; comentou que chegou no local o Vereador Romeu Moreira e foram ver o terreno, tratando-se de uma área enorme para o recebimento do lixo de Rio Pomba e outras cidades vizinhas, lixo esse que seria transportado para aterro sanitário de outra cidade, numa operação denominada transbordo; disse que encontrou com o Antônio, Secretário de Meio Ambiente, e o responsável pela empresa, que visitavam as casas falando sobre o assunto; retornaram ao local e o

Secretário e o sr. Rodrigo Ihe explicaram que serão acomodados dois containeres para receberem o lixo apenas da cidade de Rio Pomba, que o local está sendo adequado para essa operação, que eles ainda não têm todo o licenciamento, que será todo o terreno cercado por alambrado, não sendo permitido ficar lixo pelo chão, que será concretado para a coleta do chorume, este levado a um compartimento; foi informado que não haverá cheiro do lixo e tudo o que cair fora será recolhido por um funcionário; disse que se preocupará em conhecer o que fala a lei de resíduos sólidos, pois acha que ela proíbe a proximidade com o perímetro urbano esse tipo de empreendimento; disse que a comunidade vizinha tem toda a razão de estar preocupada, porque o lixo, se houver relaxamento, atrai insetos e diversos tipos de animais; pediu que a Câmara faça uma discussão ampla e isenta sobre o assunto, e ressaltou que próximo dali passa o rio Pomba; comentou que o lixo será retirado a cada duas semanas ou dez dias, conforme encher os dois containeres. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que o responsável pela empresa Ihe informou que a retirada ocorre a cada dois dias, no máximo. O Vereador Túlio Mota disse que está acontecendo uma reunião hoje, no bairro Estação, com representantes da Prefeitura e da empresa junto com a comunidade, para esclarecer dúvidas; achou importante o requerimento do Vereador Romeu e disse que já estava intermediando para que a Prefeitura prestasse esclarecimentos à comunidade. A sra. Presidente disse que ela e alguns vereadores fizeram ofício ao Secretário de Meio Ambiente para que prestasse esclarecimentos à comunidade, tirando todas as suas dúvidas, como está acontecendo agora. O Vereador Sérgio Mota disse que, independente desse requerimento do Vereador Romeu, gostaria de futuramente fazer um outro requerimento com novos questionamentos; ressaltou que o empreendimento, se for realmente ficar naquele lugar, deverá ser muito bem instalado para não prejudicar a comunidade. O Vereador Romeu Moreira deixou claro que a preocupação não é sua, mas de todos os vereadores e da população rio-pombense, principalmente pelo mau cheiro que poderá se gerar; disse que o requerimento busca informações corretas, porque não se pode passar dados errados à população; sugeriu que a Câmara fizesse ofício ao dono da empresa para ele explicar aos vereadores como será o funcionamento daquilo, para futuramente poder se cobrar os compromissos assumidos. O Vereador Túlio citou que o alvará poderá ser cassado pela Prefeitura se a empresa não estiver cumprindo as obrigações, assim como a Câmara também está aqui para cobrar. O Vereador Sérgio Mota disse achar que houve um erro por parte do Executivo ao pensar a questão do transbordo do lixo em Rio Pomba, porque talvez o local de se fazer esse transbordo fosse na antiga usina de reciclagem de lixo. O Vereador Túlio Mota disse que o Secretário de Meio Ambiente Ihe informou que na antiga usina de reciclagem nada mais poderá ser construído, apenas o reflorestamento. Votado, o Requerimento nº 85 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 71/2013-2ª edição: providências em estrada rural da Serrinha; 2) Indicação nº 175/2013-2ª edição: criação do passe estudantil; 3) Indicação nº 383: instalação de redutor de velocidade; b) do Vereador Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 382: redutores de velocidade na Rua Diógenes Coelho Gomes; c) da Vereadora Maria do

Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 179/2013-2ª edição: colocação de placas indicativas com o sentido dos bairros, do centro e de outros locais de referência; d) do Vereador Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 19/2013-2ª edição: desentupimento de bueiro; 2) Indicação nº 349: sinal da TV Digital; 3) Indicação nº 350: placas orientadoras da direção do hospital. Às vinte horas e cinquenta minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 156, do Vereador Túlio Mota Salgado, que outorga homenagem de honra ao mérito e dá outras providências. O autor falou sobre o trabalho realizado pelo Lincoln na Associação Santa Luiza de Marilac. Após colocado em discussão e encerrada a discussão, o Projeto de Decreto Legislativo nº 156 foi submetido à votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. Continuando os trabalhos, foi lido o Parecer jurídico ao Projeto de Lei nº 1.591, e em seguida a Emenda nº 01 – Modificativa, do Vereador Túlio Mota Salgado, ao Projeto de Lei nº 1.591. Após, foi colocado em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.591, do Vereador Túlio Mota Salgado, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimentos bancários do município. O autor, a respeito da existência de espaço nas agências bancárias para instalação de banheiros, disse que se quiser existe espaço sim; citou que a Caixa Econômica Federal já dispõe e que os bancos cobram muito dos clientes e oferecem muito pouco; pediu que as comissões se manifestem para que o projeto possa ser votado. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que a emenda ao projeto foi lida hoje e dificulta a emissão de parecer verbal; achou que apenas a exigência do tempo de atendimento seria mais necessária, principalmente porque já se está prevendo a redução do tempo de permanência dos clientes nos bancos. O Vereador Romeu Moreira concordou com as palavras do Vereador Túlio e se manifestou favorável ao projeto. A sra. Presidente pediu que as comissões tragam os pareceres para a próxima reunião, para a votação do projeto. O Vereador Túlio disse que ainda que o atendimento seja previsto em quinze minutos as pessoas podem ficar em dificuldade na agência, principalmente os idosos. Este projeto seguiu tramitando para a segunda discussão. A sra. Presidente comentou que no dia vinte, às dezenove horas, haverá reunião itinerante no Loteamento Panorama. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e quinze minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata da Décima Sexta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezessete horas e dez minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que comunicou aos vereadores a chegada, nesta data, do Projeto de Lei nº 1.607, do Executivo, que dispõe sobre abertura de crédito adicional especial e dá outras providências. Estando presente o sr. André Luiz Senra Condé, Secretário Municipal de Governo e Planejamento, a sra. Presidente autorizou que o mesmo se pronunciasse brevemente para explicar sobre o que se tratava o citado projeto. O sr. André Luiz então comentou que o projeto vem suprir a falta de dotação orçamentária em 2014 para realizar o gasto de valor recebido do Governo Federal para o pagamento das despesas da nova creche, despesas essas que vêm sendo assumidas pela administração municipal enquanto a creche não recebe recursos do Fundeb; assumiu que a não inserção dessas dotações na proposta orçamentária deste exercício foi uma falha sua, tendo em vista que, na época da elaboração da proposta orçamentária, ainda não tinha informações precisas sobre o efetivo funcionamento da creche, que depende de calendários escolares etc. Houve comentários e perguntas de alguns vereadores. Mediante a simplicidade do tema e o entendimento da parte dos vereadores, havendo a concordância de todos, a sra. Presidente da Câmara convocou então uma sessão extraordinária para o dia vinte e três de outubro, às dezessete horas, para discutir e votar o Projeto de Lei nº 1.607. Passando ao objeto da convocação desta sessão, a sra. Presidente solicitou a leitura do parecer jurídico ao Projeto de Lei nº 1.604. Em seguida, colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.604, do Executivo, que dispõe sobre a contratação temporária, por prazo determinado, para atender à necessidade de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal e dá outras providências. O Vereador Sérgio Mota pediu a tramitação do projeto, ainda que fosse até a sessão extraordinária de amanhã. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis solicitou a votação ainda hoje, tendo em vista que o projeto tem o caráter de urgência e já foi visto pelos vereadores. A sra. Presidente solicitou então o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O parecer conjunto foi favorável ao projeto de lei. Então, a sra. Presidente consultou ao plenário quanto à votação ainda hoje ou a tramitação do projeto. Por sete votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira, ficou decidido pela votação do projeto ainda hoje. O Vereador Sérgio Mota votou pela sua tramitação. Então, a sra. Presidente da Câmara colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.604, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. A sra. Presidente da Câmara disse que nos dias 06 e 07 de novembro ela, o Vereador Sérgio e a servidora Luciene irão participar de um seminário em Belo Horizonte; disse que outros vereadores poderão se inscrever também; solicitou a mudança do dia da sessão ordinária prevista para o

dia seis de novembro. Após consenso do plenário, ficou a referida sessão antecipada para a segunda-feira, dia 03 (três) de novembro, permanecendo às dezenove horas. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezessete horas e quarenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata da Décima Sétima Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezessete horas e dez minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausente o Vereador Juscélio Bernardino Braz; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu abertura à ordem do dia e solicitou a leitura do Projeto de Lei nº 1.607, do Executivo, que dispõe sobre abertura de crédito adicional especial e dá outras providências. Após, a sra. Presidente colocou o citado projeto em discussão. Encerrada a discussão, a sra. Presidente da Câmara solicitou o parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Por unanimidade, esta comissão manifestou-se verbalmente a favor do projeto de lei. Então, havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo plenário, a sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.607, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. O Vereador Sérgio Mota disse não ter informações oficiais, mas lamentou a notícia que recebeu sobre o fechamento do posto de saúde da comunidade rural de Bomjardim; comentou que a funcionária passará a atender na cidade, alocada em uma UBS; disse não saber os motivos, se é determinação da vigilância sanitária ou se eram necessárias adequações, mas disse tratar-se de notícia lamentável e que a comunidade do Bomjardim é uma das maiores do município; disse há ouvir comentários do fechamento do posto de saúde também do Monte Alegre; falou da importância para as pessoas do meio rural serem atendidas na própria comunidade em que residem, e que esse fechamento fomenta o êxodo rural; disse que os vereadores deveriam se mobilizar para que isso não acontecesse e buscar informações oficiais. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezessete horas e vinte minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata da Trigésima Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas do dia três de novembro de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao expediente e colocou em discussão as atas das sessões anteriores (02/10/2014 e 09/10/2014). Votadas, as duas atas foram aprovadas por unanimidade. Após, foram lidas as seguintes correspondências: a) convite da biblioteca para o Café Cultura, no dia 07 de novembro; pede-se a confirmação de presença até 4ª feira; b) Ofício nº 232, do Secretário de Meio Ambiente, sobre o transbordo de lixo. A sra. Presidente comentou que o presidente da Associação dos Moradores do Bairro da Estação solicitou o uso da Tribuna Popular, porém indicando um orador que não fazia parte da diretoria da associação, o que contrariava as normas do Regimento Interno; disse que o Coordenador do Legislativo comunicou essa impossibilidade ao presidente, por telefone, mas que até na sexta-feira não foi indicado novo orador; a sra. Presidente disse que quebraria a norma regimental quanto ao prazo para a inscrição, consultando os vereadores se seria permitido que hoje usasse a tribuna o presidente da Associação dos Moradores do Bairro da Estação, sr. Alcides Moretti Benevenuto Caetano, para falar sobre a instalação de ponto de transbordo de lixo no bairro da *Estação*. Houve a concordância unânime e então a sra. Presidente convidou o sr. Moretti à tribuna, às dezenove horas e vinte e quatro minutos. Este se apresentou e agradeceu pela concessão; iniciou dizendo que a comunidade da Estação não está querendo a instalação do ponto de transbordo de resíduos sólidos em sua proximidade, porque é um vizinho que ninguém quer ter em se tratando de lixo; pediu que o Legislativo esclareça essa situação numa audiência pública ampla, envolvendo os moradores, autoridades e pessoas entendidas no assunto; disse saber que todos os municípios devem se adequar à lei de resíduos sólidos e que a Prefeitura agiu corretamente ao contratar uma empresa do ramo, esta, porém, arrumou um local inconveniente que fica próximo de um rio e de uma nascente de água; disse que a comunidade está agindo na precaução, porque até então, em todo o Brasil, não se sabe exatamente o que poderá vir a acontecer com os transbordos. A sra. Presidente solicitou a manifestação da Dra. Vânia Maria Barros Saraiva, Assessora Jurídica da Câmara, e esta disse que a partir desta manifestação a Câmara deverá reunir as autoridades para discutir o assunto, porque a Câmara não tem pleno conhecimento sobre o transbordo; disse que tal reunião poderá acontecer ainda nesta semana. A sra. Presidente disse que a Dra. Vânia verificará com o Promotor de Justiça a data para audiência pública e então a comunidade poderá fazer as suas perguntas diretamente às autoridades sobre muitas coisas que nem os vereadores saberiam responder nesse momento, já que esse assunto não veio à Câmara. O Vereador Sérgio Mota disse que todos os Vereadores têm o comprometimento com a comunidade e são solidários para que aconteça a audiência pública. O orador, Alcides Moretti, pediu que os vereadores dessem o seu aceite ou não da audiência pública; leu e passou aos

vereadores uma carta de apoio. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis pediu à Dra. Vânia que verificasse a possibilidade dos vereadores assinarem o pedido de apoio. O Vereador Romeu disse que a carta pede apenas o apoio. A Dra. Vânia disse que a carta pode ser assinada e enviada ao sr. Prefeito, porque apenas pede apoio. O Vereador Antônio Dias de Oliveira disse que os moradores não estão gostando da obra, cujos responsáveis parecem ter errado o lugar, bastando então a sua mudança para outro local. O Vereador Romeu Moreira disse que o Secretário de Meio Ambiente respondeu ao requerimento de sua autoria, mas do seu jeito; disse saber da necessidade de se fazer esse trabalho com o lixo, e que a comunidade da Estação e mesmo da cidade não está aceitando é o local de instalação; a comunidade pede apenas o apoio dos vereadores no intuito de mudar o lugar, e que é preciso uma ação rápida porque a obra está em pleno vapor e, se começar a funcionar, será mais difícil; disse que o Promotor, ciente desse apoio e manifestações, poderá pedir que o sr. Prefeito mude o lugar do transbordo, ou mesmo que o sr. Prefeito decida por essa mudança. A sra. Presidente disse que pode estar tudo legalizado, mas que o erro foi não ter consultado a comunidade antes. A dra. Vânia disse que havendo um contrato assinado não é tão simples assim tal mudança, pois pode gerar multas. O Vereador Romeu Moreira disse que os vereadores sabem desses trâmites, mas que existe um terreno do município perto da Usina Ituerê que pode ser cedido em comodato mediante acordo, inclusive com a aprovação da Câmara. O Vereador Sérgio Mota sugeriu que os vereadores façam um requerimento ao Executivo para ter conhecimento do teor do contrato e se busque negociações amigáveis e justas. O Vereador Romeu Moreira Batista pediu uma cópia da carta de apoio que estava sendo assinada pelos vereadores, para que envie ao sr. Promotor, como tem feito com as informações que chegam. A sra. Presidente disse que aguardará a posição do Promotor, a ser verificada pela Dra. Vânia, para que a Câmara organize a audiência pública. O Vereador Túlio Mota disse que as audiências públicas que foram realizadas, como cita a carta do secretário, foram sobre o saneamento básico, mas não especificamente a instalação de transbordo naquele local; disse que os vereadores apoiarão a comunidade da Estação; recordou que hoje faz 28 anos da morte do ex-Prefeito Toninho Mota, e citou que ele era um defensor do povo em questões como esta que estamos debatendo. A sra. Presidente pediu que alguns moradores da Estação venham à Câmara amanhã às dezesseis horas e trinta minutos, para conversar sobre a preparação da audiência pública. Seguindo os trabalhos, a sra. Presidente disse que continuava tramitando, até ser retirado pelo autor, o Projeto de Lei nº 1.574, do Executivo, que altera dispositivo da Lei Municipal nº 873/92 e dá outras providências. Às dezenove horas e cinquenta e oito minutos, conforme prévia convocação, a sra. Presidente deu início à audiência pública para discussão da proposta orçamentária para 2015, estando presente o sr. Gilberto Batista de Almeida, representando o Chefe do Poder Executivo. Usando recursos de multimídia, o sr. Gilberto Batista de Almeida apresentou dados aos vereadores e público presente. Durante a apresentação, houve perguntas e comentários dos vereadores. Às vinte e uma horas e cinquenta e três minutos a sra. Presidente deu por realizada e encerrada a audiência pública. Seguindo na pauta, continuaram tramitando, já estando encaminhados às comissões permanentes: a)

Projeto de Lei nº 1.605, do Executivo: “Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio de Cooperação com o Estado de Minas Gerais, para o fim de estabelecer uma colaboração federativa na organização, regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e dá outras providências”; b) Projeto de Lei nº 1.606, do Executivo: “Concede isenção de tributos, que especifica, à Empresa prestadora dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário por ocasião da outorga destes serviços.” A sra. Presidente disse que marcará com a Dra. Vânia e os vereadores uma reunião para estudar esses dois projetos. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 384: verificação em bueiro no Lindo Vale; 2) Indicação nº 393: colocação de manilhas no Baixo Bomjardim; 3) Indicação nº 394: reforma de pontes no Bomjardim; b) do Vereador Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 387: placas indicativas de direções; 2) Indicação nº 389: redutores de velocidade na Praça do Rosário; 3) Indicação nº 398: reparo em rede de esgoto na Rua Luiza Alvim; c) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 396: asfaltamento de vias; d) do Vereador Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 388: construção de passeio na Av. do Contorno (MG-133); 2) Indicação nº 392: parquinho infantil na Praça Professor Ubirajara; e) do Vereador Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 399: limpeza de mata-burros nos Cavacudos e colocação de cascalho; f) do Vereador Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 395: tubulão na curva da Av. Dr. José Sebastião da Paixão; 2) Indicação nº 397: colocação de mataburro no Bomjardim; g) dos Vereadores Paulo Henrique da Silva e Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 391: corrimão na Rua Vereador Luís Antônio Ramos Barra. Às vinte e duas horas, aberta a ordem do dia, foi lida a conclusão do Parecer jurídico ao Projeto de Lei nº 1.591. A sra. Presidente colocou em segunda discussão a Emenda nº 01 – Modificativa, do Vereador Túlio Mota Salgado, ao Projeto de Lei nº 1.591; e o Projeto de Lei nº 1.591, do Vereador Túlio Mota Salgado, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimentos bancários do município. A sra. Presidente solicitou o parecer verbal conjunto das comissões Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final; de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; de Obras e Serviços Públicos Municipais. O parecer conjunto foi favorável ao projeto e emenda. Encerrada a discussão, a sra. Presidente colocou em votação a Emenda nº 01 – Modificativa, ao Projeto de Lei nº 1.591. Esta emenda foi aprovada por unanimidade. Seguindo, foi submetido à votação o Projeto de Lei nº 1.591, o qual foi aprovado por unanimidade. Após, foram colocados em primeira discussão: a) Projeto de Lei nº 1.599, do Executivo: “Altera e inclui ações constantes na Lei nº 1.477/2014 – A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei nº 1.452/2013 – Plano Plurianual – PPA, previstos para o quadriênio 2014/2017, e dá outras providências.”; b) Projeto de Lei nº 1.600, do Executivo: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2015; c) Emenda nº 01, do Executivo, ao Projeto de Lei nº 1.601; d) Projeto de Lei nº 1.601, do Executivo: “Dispõe sobre concessão de subvenções sociais às Entidades que menciona, e dá outras providências.” Encerrada a discussão, esses projetos seguiram tramitando. O Vereador Sérgio Mota cientificou que os moradores da Serrinha estão em

dificuldades pela falta de água, por uma falha no sistema que abastece as caixas d'água; disse que a Prefeitura já está verificando mas ainda não localizou o problema; pediu que os vereadores apoiem aquela comunidade junto ao Executivo. O Vereador Jorge Luís Martins Soares pediu que fosse feita a oração do Pai Nosso pela alma do ex-Prefeito, Dr. Antônio da Mota Filho, assassinado nesta data, há 28 anos. Assim foi feito então. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e duas horas e dez minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata da Trigésima Oitava Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas do dia vinte de novembro de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausentes os Vereadores Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares e Maurílio Rodrigues dos Reis, foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao expediente e colocou em discussão as atas das sessões anteriores (16/10/2014, 22/10/2014, 23/10/2014 e 03/11/2014). Votadas, as quatro atas foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. Após a aprovação das atas, compareceram à sessão os Vereadores Jorge Luís Martins Soares e Maurílio Rodrigues dos Reis. Após, foram lidas as seguintes correspondências: a) convite da Prefeitura para a 1ª reunião sobre o Plano Municipal Decenal de Educação, no dia 26 de novembro, às 18 horas; b) ofício do Tribunal de Contas encaminhando para julgamento as contas do Executivo do ano de 2013. Sobre a primeira correspondência, ficaram designados para representarem a Câmara Municipal os Vereadores Sérgio Mota e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes. Quanto à segunda correspondência, do Tribunal de Contas, a sra. Presidente comunicou que estava na mesa de cada vereador uma cópia das notas taquigráficas e encaminhou o processo à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Seguindo, continuou tramitando o Projeto de Lei nº 1.574, do Executivo, que altera dispositivo da Lei Municipal nº 873/92 e dá outras providências. Esse projeto aguarda a retirada pelo autor. Também seguiram tramitando, enquanto aguardam os pareceres das comissões: a) Projeto de Lei nº 1.605, do Executivo: “Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio de Cooperação com o Estado de Minas Gerais, para o fim de estabelecer uma colaboração federativa na organização, regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e dá outras providências.”; b) Projeto de Lei nº 1.606, do Executivo: “Concede isenção de tributos, que especifica, à Empresa prestadora dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário por ocasião da outorga destes serviços.” Às dezenove horas e vinte e dois minutos compareceu à sessão o Vereador Antônio Dias de Oliveira. A sra. Presidente disse que a Dra. Vânia está verificando a possibilidade de uma audiência com o sr. Promotor de Justiça e representantes da Copasa. O Vereador Jorge Luís, Presidente da Comissão de Finanças, disse que realmente gostaria de uma explanação sobre esses projetos, preferencialmente através de uma empresa ou profissional qualificado. A Dra. Vânia disse que o Promotor manifestou interesse em discutir esse projeto e já adiantou que prefere uma audiência no período da tarde. O Vereador Maurílio disse que a presença do Promotor será importante para se poder discutir o projeto com o pessoal da Copasa. Os Vereadores Jorge Luís e Sérgio Mota cogitaram em fazer uma pesquisa em outros municípios que conveniaram esses serviços com a Copasa. O Vereador Sérgio Mota falou da sua preocupação com o Projeto de Lei nº 1.606. Houve um debate sobre o assunto, destacando-se a cobrança pelo serviço de coleta e tratamento do esgoto. O Vereador Sérgio Mota comentou sobre estarmos próximos do início de novos mandatos estaduais e federais, de modo que no próximo

exercício pode haver novas possibilidades que beneficiariam o município. Foi lido o Projeto de Lei nº 1.608, do Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a “dispor sobre os procedimentos necessários à adequação e cumprimento da Lei Municipal nº 1.007/97 sancionada em 15.07.1997; convalidar os Alvarás expedidos em decorrência da citada Lei; e, regularizar formalmente, através de doação aos beneficiários contemplados nos mencionados Alvarás, os lotes oriundos dos desmembramentos dos imóveis constantes das Matrículas 9.188, 9.445 e 9.446 do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Pomba-MG” e dá outras providências.” A sra. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; comunicou que chegou hoje, por isso não sendo lido, o Projeto de Lei nº 1.609, que altera o projeto anterior e que também segue para as duas comissões. Após, foi lido o Requerimento nº 86, do Vereador Sérgio Mota, solicitando informações sobre a prestação do serviço de transbordo de lixo. O autor disse que temos algumas informações nessa Casa mas não com relação ao contrato propriamente dito; pediu o apoio dos colegas na aprovação do requerimento, até para que os vereadores tenham mais informações para fornecer à comunidade. O Vereador Maurílio perguntou se esse requerimento não deveria ser feito à empresa que alugou o terreno. O Vereador Sérgio disse que a discussão está sendo feita nesta Casa e com o Executivo. O Vereador Maurílio disse que perguntou porque o empreendimento no terreno próximo da Estação e particular. O Vereador Sérgio Mota disse que a Prefeitura licitou o serviço de transbordo e gerou um contrato. A Vereadora Maria do Carmo disse que uma comissão de moradores conversou recentemente com o sr. Prefeito. O Vereador Sérgio Mota pediu que as informações passadas aos moradores fossem trazidas à Câmara. O Vereador Maurílio disse que faz parte da Comissão de Finanças e não foi convidado para essa reunião, assim como foi convidado no início, quando começaram as dúvidas sobre o empreendimento. A sra. Presidente disse que nenhum vereador participou dessa reunião. O Vereador Jorge disse que o sr. Prefeito disse que já se está chegando num acordo sobre o assunto com os moradores. Votado, o Requerimento nº 86 foi aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis, Antônio Dias de Oliveira e Sérgio Mota; votando contra o Vereador Jorge Luís Martins Soares. O Vereador Jorge Luís Martins Soares justificou o seu voto dizendo que estava dando um voto de confiança na palavra do sr. Prefeito, Dr. Fernando Antônio, considerando a ampla explicação que lhe foi dada pessoalmente pelo sr. Prefeito. O Vereador Sérgio Mota disse que a Câmara obter os documentos seria importante para o posicionamento dos vereadores junto à comunidade. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 385: providência na estrada que dá acesso à Fazenda Santa Olívia e outros; b) Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 168/2013-2ª edição: reforma em ponte da zona rural; 2) Indicação nº 404: reforma de ponte na zona rural de Gonçalves; c) Vereador Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 400: bueiros na Alameda dos Inconfidentes e na Rua Ministro Adauto Lúcio Cardoso; d) Vereador Sérgio Mota: 1) Indicação nº 401: construção de escola

integral; 2) Indicação nº 403: muro de contenção e outras providências no final da Rua Ozório Novato; e) Vereador Túlio Mota: 1) Indicação nº 172/2013-2ª edição: construção de ponte de concreto nos Granatos; f) Vereadores Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Paulo Henrique da Silva e Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 386: quadra poliesportiva no bairro *Estação*; 2) Indicação nº 405: telecentro comunitário no Monte Alegre. Às vinte horas e sete minutos, aberta a ordem do dia, foram lidas as conclusões do Parecer nº 05, da Comissão de Finanças: Proposta orçamentária para 2015. Seguindo, foi colocado em segunda discussão o Projeto de Lei nº 1.599, do Executivo, que “Altera e inclui ações constantes na Lei nº 1.477/2014 – A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei nº 1.452/2013 – Plano Plurianual – PPA, previstos para o quadriênio 2014/2017, e dá outras providências.” Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.599 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi colocado em segunda discussão o Projeto de Lei nº 1.600, do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2015. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.600 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Após, foram colocados em segunda discussão a Emenda nº 01, do Executivo, ao Projeto de Lei nº 1.601, e o Projeto de Lei nº 1.601, do Executivo, que “Dispõe sobre concessão de subvenções sociais às Entidades que menciona, e dá outras providências.” Encerrada a discussão, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 1.601 foi submetida à votação e aprovada por unanimidade. Em seguida, foi colocado em votação o Projeto de Lei nº 1.601, o qual também foi aprovado por unanimidade. Foi lido o Ofício nº 07/2014-Vereadores, sobre a devolução antecipada de R\$300.000,00 ao Poder Executivo. Todos os vereadores o assinaram. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que assinaria o ofício, mas que atualmente a Polícia Militar está bem equipada, inclusive com duas motos. O Vereador Túlio Mota Salgado comentou que as motos são usadas e não estão em bom estado de conservação, muitas vezes estando apenas uma apta a circular. O Vereador Sérgio Mota perguntou qual argumento o sr. Prefeito usou para solicitar essa devolução antecipada. Com autorização da Presidência da Câmara, o sr. André Luiz Senra Condé, Secretário Municipal de Governo e Planejamento, disse que foi ele quem solicitou essa devolução antecipada, se possível, tendo em vista as quedas no repasse do FPM e os compromissos de fim de ano da administração. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte e seis minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou. (ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA).

Ata da Trigésima Nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e trinta minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao expediente e comunicou que a ata da sessão anterior não ficou pronta em tempo para a reunião. Após, foram lidas as seguintes correspondências: A) convite da Prefeitura - Secretaria de Educação, para a formatura dos alunos do 5º ano do EJA, dia 17 de dezembro; B) convite da Polícia Militar para a confraternização de final de ano, dia 06 de dezembro, sábado, meio-dia; C) convite para inauguração da nova sede da 1ª Igreja Presbiteriana, no Cine Cultural, dia 06, 19 horas. Seguiu tramitando o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas do município de 2013, já enviado à Comissão de Finanças. O Projeto de Lei nº 1.574, do Executivo, que altera dispositivo da Lei Municipal nº 873/92 e dá outras providências, também seguiu tramitando enquanto aguarda o pedido de retirada do autor. Permaneceram tramitando, enquanto aguardam uma resposta do Promotor de Justiça, as proposições: a) Projeto de Lei nº 1.605, do Executivo: “Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio de Cooperação com o Estado de Minas Gerais, para o fim de estabelecer uma colaboração federativa na organização, regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e dá outras providências.”; b) Projeto de Lei nº 1.606, do Executivo: “Concede isenção de tributos, que especifica, à Empresa prestadora dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário por ocasião da outorga destes serviços.” Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.610, do Executivo, que altera o inciso I do art. 2º da Lei nº 1.453/2013 e dá outras providências. A sra. Presidente da Câmara perguntou se algum vereador desejava comentar, mas não houve manifestações. Após, tendo em vista o pedido de urgência do autor, solicitou a manifestação verbal da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Esta, pelo voto dos membros Jorge Luís Martins Soares e Antônio Dias de Oliveira, versus o voto do membro Sérgio Antônio Mota Furtado, opinou favoravelmente ao projeto e ao pedido de urgência. O Vereador Sérgio Mota disse que votou contra por não ter clareza da necessidade da votação e aprovação desse projeto, por não haver uma explicação plausível para essa necessidade. A sra. Presidente solicitou e a dra. Vânia Maria Barros Saraiva, Assessora Jurídica da Câmara, disse que o projeto é legal e que compete à Câmara decidir quanto à aprovação. Então, a sra. Presidente colocou o Projeto de Lei nº 1.610 em discussão, ainda no expediente. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.610 foi submetido à votação e aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira; votando contra o Vereador Sérgio Antônio Mota Furtado. Ato contínuo, foi lido o Requerimento nº 87, do Vereador Sérgio Mota, requisitando cópia do contrato da obra de urbanização da Rua Pedro

Martins Gaudereto. O autor disse que o motivo do seu requerimento foi o fato de na noite de quinta para sexta-feira passada, mediante a forte chuva que ocorreu, quando ele passou pela rua em questão a mesma estava alagada, por volta de vinte e três horas; disse que no sábado, ao passar novamente pela rua, deparou-se com estragos feitos pela chuva e os fotografou, quando então o sr. Ildebrando chegou e ele perguntou qual o valor foi gasto naquela obra, sendo que a placa informava o valor de R\$500.000,00; disse que o sr. Ildebrando lhe informou que não era o total de R\$500.000,00, pois este era o valor do Pró-Município e o valor da obra em questão estava na planilha; comentou o Vereador Sérgio que no lado do parque de exposições, próximo do canil, toda a água de chuva ficava empoçada por não haver captação, obra que já estava sendo feita naquele momento pela Prefeitura; disse que aparentemente a rua não tem um projeto de engenharia, pois é obra nova sem desnível e captação eficiente de enxurradas, ao que o sr. Ildebrando lhe respondeu ser o engenheiro o Dr. Daniel Lavorato; disse achar um absurdo o afundamento do passeio que aconteceu e vários outros danos, sendo esses os motivos que o levaram a apresentar este requerimento. Votado, o Requerimento nº 87 foi aprovado por 06 (seis) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis, Antônio Dias de Oliveira e Sérgio Antônio Mota Furtado; votando contra os Vereadores Jorge Luís Martins Soares e Paulo Henrique da Silva. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Vereador Jorge Luís Martins Soares: a) Indicação nº 67/2013-3ª edição: redutores de velocidade no bairro Experimental; b) Indicação nº 131/2013-3ª edição: construção de sede para o canil; c) Indicação nº 290/2014-2ª edição: recebimento de imóvel em doação; b) Vereador Túlio Mota Salgado: a) Indicação nº 351: ônibus adaptados à acessibilidade; c) Vereadores Paulo Henrique da Silva e Túlio Mota Salgado: a) Indicação nº 402: instalação de quebra-molas. Às dezoito horas e quarenta e oito minutos, aberta a ordem do dia, foram lidos: a) Parecer nº 6, da Comissão de Finanças: Projetos de Leis nºs 1.608 e 1.609; b) Parecer nº 9, da Comissão de Legislação: Projetos de Leis nºs 1.608 e 1.609. O Vereador Sérgio Mota, membro da Comissão de Finanças, disse que ainda não assinou o parecer porque havia um erro num dos anexos do projeto de lei, o qual foi substituído ontem. Em seguida, foram colocados em primeira discussão os projetos: a) Projeto de Lei nº 1.608, do Executivo: “Autoriza o Poder Executivo a “dispor sobre os procedimentos necessários à adequação e cumprimento da Lei Municipal nº 1.007/97 sancionada em 15.07.1997; convalidar os Alvarás expedidos em decorrência da citada Lei; e, regularizar formalmente, através de doação aos beneficiários contemplados nos mencionados Alvarás, os lotes oriundos dos desmembramentos dos imóveis constantes das Matrículas 9.188, 9.445 e 9.446 do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Pomba-MG” e dá outras providências.”; b) Projeto de Lei nº 1.609, do Executivo: “Altera o art. 4º do Projeto de Lei nº 1.608/2014.” Encerrada a discussão e havendo a deliberação favorável à votação dos projetos ainda hoje, a sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.608, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, foi votado o Projeto de Lei nº 1.609, também aprovado por unanimidade. A sra. Presidente confirmou que a confraternização dos vereadores e funcionários será no dia doze de

dezembro, no América Atlético Clube; lembrou que amanhã acontece a sessão solene de homenagens da Câmara Municipal, e que o homenageado Francisco Fábio convida aos vereadores e funcionários para uma recepção na AABB após a solenidade; finalizando, a sra. Presidente leu mensagem natalina aos vereadores e funcionários. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e três minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Ata de Sessão Solene da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às vinte horas do dia cinco de dezembro do ano de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; a sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, deu abertura à sessão solene previamente designada com a finalidade de prestar homenagens às personalidades aprovadas pelo Legislativo pelos relevantes serviços prestados ao Município e pela destacada atuação na vida pública e particular, tratando-se das seguintes pessoas: Francisco Fábio Rodrigues de Medeiros – cidadão honorário; Jailton de Almeida Dutra - cidadão honorário; Lincoln Domiciano Corrêa Netto Cunha – honra ao mérito social; Coronel PM Ricardo Garcia Machado – honra ao mérito social e Rosana Maurício de Oliveira – título de cidadã honorária. Foram convidados para os lugares de destaque as seguintes autoridades: Major PM Nelson A. R. Queiroz, Comandante da 4ª Companhia de Radiopatrulhamento Aéreo; Capitão Leonardo Tagliate Júnior, Comandante da 35ª Companhia de Polícia Militar, representando o Tenente Coronel Lúcio Mauro Campos Silva, Comandante do 21º Batalhão de Polícia Militar de Ubá; Tenente Célio Antônio Vaz, Comandante do 5º Pelotão de Polícia Militar de Rio Pomba; Professor Doutor Jair Ramos Barra, Presidente da Subseção da OAB; Lourdes Raquel Peres Teixeira, Diretora da Escola Estadual Padre Manoel de Jesus Maria; Dr. Fernando Antônio Dutra Macedo, Prefeito Municipal. Após iniciar a sessão, a sra. Presidente passou a palavra ao mestre de cerimônia. Os homenageados foram conduzidos aos lugares de destaque. Houve então a audição do Hino Nacional Brasileiro e do Hino a Rio Pomba. Através de citação pelo mestre de cerimônia, congratularam-se com os homenageados os Vereadores ausentes Antônio Dias de Oliveira, Juscélio Bernardino Braz e Romeu Moreira Batista. No desenvolvimento da sessão, foram lidas as biografias dos homenageados, foram colhidas as suas assinaturas no Livro de Honra dos Homenageados, eles receberam as placas alusivas às suas homenagens das mãos dos autores, bem como foram entregues buquês aos seus acompanhantes. Seguindo, manifestaram-se em congratulações com os homenageados os Vereadores Jorge Luís Martins Soares, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes. Os homenageados também se manifestaram na Tribuna Popular. A sra. Leda Ferreira, Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais, leu mensagem de congratulações aos homenageados e à Câmara Municipal. Em seguida, pronunciou-se o Dr. Fernando Antônio Dutra Macedo, Prefeito de Rio Pomba. A sessão revestiu-se de um clima fraterno, com manifestações de calorosas salvas de palmas do público, finalizando-se com apresentação ao vivo de uma música para cada homenageado. Não havendo mais manifestações, a sra. Presidente encerrou a sessão, após o que houve confraternizações e cumprimentos. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.
(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Quadragésima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas do dia dezoito de dezembro de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausentes os Vereadores Maurílio Rodrigues dos Reis e Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao expediente e colocou em discussão as atas das sessões anteriores (20/11/2014, 04/12/2014 e 05/12/2014). As três atas foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. Nas correspondências e comunicados foram lidos: a) convite para homenagens na Câmara de Tabuleiro, amanhã, 19 horas; b) relatório dos trabalhos da Câmara Municipal no ano de 2014, em conformidade com o art. 41, XXVI, do Regimento Interno. Seguindo, em atendimento ao art. 41, inciso VII, do Regimento Interno, a sra. Presidente fez a prestação de contas da Câmara dos meses de outubro e novembro de 2014. Durante as leituras dos relatórios compareceram à sessão os Vereadores Paulo Henrique da Silva e Maurílio Rodrigues dos Reis. Continuou tramitando o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas do município de 2013. Também seguiram tramitando os projetos de leis: a) Projeto de Lei nº 1.605, do Executivo: “Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio de Cooperação com o Estado de Minas Gerais (Copasa).”; b) Projeto de Lei nº 1.606, do Executivo: “Concede isenção de tributos, que especifica, à Empresa prestadora dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.” Foi lido o Projeto de Lei Complementar nº 18, do Executivo, que altera dispositivos do Código de Posturas Municipal que menciona e dá outras providências. Solicitada a se manifestar pela Presidente da Câmara, a Dra. Vânia Maria Barros Saraiva, Assessora Jurídica da Câmara, disse que o projeto está adequando a lei municipal à legislação em vigor. A sra. Presidente disse que Rio Pomba está se adequando à lei e que não é a Prefeitura quem dá a licença, mas sim o DNPM. O Vereador Sérgio Mota disse que o projeto vem para adequar-se à lei estadual, mas acha que manter o que está em nosso Código de Posturas seria interessante para o município, por causa da distância entre nascentes que está sendo reduzida de 200 para 50 metros e fala também de desmatamento, enquanto a realidade que enfrentamos é a de seca ou diminuição das nascentes; também é preocupante porque o projeto trata da exploração de recursos minerais, como a água e a areia, e existe um projeto sendo analisado pela Casa que trata da exploração de recursos minerais e da isenção de impostos e royalties; em sua opinião, disse que deveriam ser preservados os 200 metros de distância das nascentes; pediu a tramitação do projeto e que fosse ouvido o Codema. A Dra. Vânia Maria Barros Saraiva disse que quando o legislador estabeleceu os 50 metros deve ter havido um estudo, mas que depende dos vereadores decidirem, fazerem emendas, com critérios, sendo que o projeto está legal. O Vereador Antônio Dias de Oliveira achou complicado porque muitas áreas têm mais de 200 metros e não se pode tirar nelas. A sra. Presidente disse que ia consultar as comissões, e o Vereador Sérgio insistiu que o projeto tramitasse para ser melhor analisado. O Vereador Antônio Dias de Oliveira disse que a exploração pode prejudicar outras

propriedades. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que não há o pedido de urgência do autor e que assim o projeto deveria ficar tramitando. Este projeto seguiu então tramitando e foi encaminhado para análise das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; de Meio Ambiente; e de Obras e Serviços Públicos Municipais. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.611, do Executivo, que institui o Programa de Regularização Fundiária no Município de Rio Pomba e dá outras providências. A sra. Presidente solicitou a manifestação da Dra. Vânia. Esta disse que o projeto permitirá a legalização dos imóveis irregulares, com regularização de escrituras da forma mais fácil; disse que existe apenas um erro de redação quanto ao número da lei federal. O Vereador Sérgio Mota disse que gostaria de sugerir emenda para inclusão da regularização fundiária rural, conforme as políticas do governo federal. A Dra. Vânia Maria Barros Saraiva disse que a Lei Federal nº 11.977 trata das propriedades urbanas e que no projeto de lei apresentado não se enquadra a situação das propriedades rurais. O Vereador Jorge Luís perguntou se o Executivo Municipal poderia fazer projeto semelhante para a regularização rural. A Dra. Vânia respondeu que não. O Vereador Romeu Moreira disse que no perímetro urbano o Prefeito tem certo poder, mas na zona urbana não; disse que os proprietários rurais têm as suas escrituras, e se algum pequeno proprietário não tem ele pode conseguir. O Vereador Túlio disse que a área rural tem mais a ver com o Incra, Receita Federal, cartório de registro de imóveis etc. Os vereadores opinaram pela votação do projeto ainda hoje. Então, a sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; Obras e Serviços Públicos Municipais; e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O parecer conjunto foi favorável pela unanimidade dos membros das comissões. Havendo a deliberação plenária, este projeto foi colocado em discussão ainda no expediente. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.611 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lida a Moção nº 19, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, de aplausos a Iná Martins Menezes. Votada, a moção foi aprovada por unanimidade. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Vereador Jorge Luís Martins Soares: a) Indicação nº 408: consórcio intermunicipal para instalação física do Serviço de Inspeção Municipal; b) Vereador Juscélio Bernardino Braz: a) Indicação nº 407: academia ao ar livre na Praça do Compromisso; c) Vereador Túlio Mota Salgado: a) Indicação nº 406: redutores de velocidade nas Ruas Péricles de Queiroz e Dr. Queiroz; b) Indicação nº 409: funcionamento do matadouro municipal. O Vereador Sérgio Mota solicitou à Presidente da Câmara que reiterasse cinco pedidos de informação de sua autoria ainda não respondidos pelo Chefe do Executivo, cujos prazos já se esgotaram, tratando-se dos requerimentos de números 81, 82, 84 e 86, além do 87 que ainda estava no prazo. A sra. Presidente disse que amanhã mesmo providenciará. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e cinquenta e quatro minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Décima Oitava Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e cinquenta e cinco minutos do dia dezoito de dezembro do ano de dois mil e quatorze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; a sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, deu abertura à sessão extraordinária convocada exclusivamente para a realização da eleição para a renovação da Mesa Diretora do biênio de 2015/2016 (dois mil e quinze e dois mil e dezesseis). A sra. Presidente leu trechos do Regimento Interno que disciplinam esta eleição. O Vereador Sérgio Antônio Mota Furtado colocou o seu nome com candidato à Presidência da Câmara por se sentir competente e com condições de pleitear o cargo, conduzir os trabalhos desta Casa e fazer com que ela trabalhe e se coloque com independência mas sintonizada com os desejos e os anseios do município; pediu o apoio e o voto dos vereadores. O Vereador Romeu Moreira Batista sugeriu que, como já aconteceu antes nesta Casa, houvesse uma eleição unânime para os cargos da mesa combinada no momento da votação; comentou que inicialmente chamou o Vereador Maurílio para ser o Presidente, mas depois analisando a oportunidade de dar os cargos a vereadores que ainda não ocuparam a Presidência, o Vereador Jorge ofereceu-se, de modo que ficou mais ou menos acertado com este, surgindo o nome do Vereador Juscélio para a vice-presidência e do Vereador Sérgio para secretário; desejou que a Câmara seja mesmo unida como dito nas palavras da sra. Presidente ao encerrar a sessão anterior, com mudanças e deixando o orgulho de lado, mostrando o companheirismo e a união; propôs então esses três nomes, encabeçando o Vereador Jorge, seguidos pelos Vereadores Juscélio e Sérgio; disse que ainda hoje pensou que o Vereador Jorge não era mais candidato, porque não atendia o telefone, de modo que procurou o Vereador Túlio, junto com o Vereador Sérgio; citou que o Vereador Maurílio viajou e lhe disse que o que ele decidisse estava decidido. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que esteve telefonando para o Vereador Jorge mas este não atendia ao telefone. A sra. Presidente anunciou que ia iniciar o processo de votação, com chamada pela ordem alfabética, e colocou em apreciação o cargo de Presidente da Câmara. O Vereador Jorge Luís Martins Soares recebeu os votos de: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Romeu Moreira Batista. Neste momento, o Vereador Sérgio Antônio Mota Furtado disse que gostaria de entender o que estava acontecendo, porque colocou o seu nome, o Vereador Romeu colocou uma proposta, mas essa proposta não ficou definida. A sra. Presidente disse que cada um dava o seu voto em quem quisesse, que o Vereador Sérgio deu o seu nome, que o Vereador Romeu fez uma proposta, mas cada vereador decidia em quem quer votar. O Vereador Romeu disse acreditar que, pelas belas palavras de união da Presidente, os colegas topariam. O Vereador Sérgio disse que gostaria de saber justamente isso, pois para haver unidade ele retiraria o seu nome e apoiaria o Vereador Jorge, com a unanimidade da Casa. A Sra. Presidente disse que cada um tem o seu voto livre. O

Vereador Romeu Moreira disse que se poderia consultar se o plenário concordava com a sua proposta, e o Vereador Sérgio disse que gostaria dessa votação. A sra. Presidente disse que a votação já havia se iniciado e continuou a chamada nominal, quando então o Vereador Sérgio Antônio Mota Furtado votou nele mesmo e o Vereador Túlio Mota Salgado votou no Vereador Jorge Luís Martins Soares. Então, foi eleito Presidente da Câmara o Vereador Jorge Luís Martins Soares, com oito votos. Passando à eleição para o cargo de Vice-Presidente, a Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes recebeu os votos de: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Paulo Henrique da Silva e Túlio Mota Salgado. O Vereador Juscélio Bernardino Braz recebeu os votos de: Juscélio Bernardino Braz, Maurílio Rodrigues dos Reis, Romeu Moreira Batista e Sérgio Antônio Mota Furtado. Então, foi eleita Vice-Presidente da Câmara a Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, com cinco votos. Passando à eleição para o cargo de Secretário, o Vereador Paulo Henrique da Silva recebeu os votos de: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Paulo Henrique da Silva e Túlio Mota Salgado. O Vereador Sérgio Antônio Mota Furtado recebeu os votos de: Juscélio Bernardino Braz, Maurílio Rodrigues dos Reis, Romeu Moreira Batista e Sérgio Antônio Mota Furtado. Então, foi eleito Secretário da Câmara o Vereador Paulo Henrique da Silva, com cinco votos. Finalizando, foi realizada a eleição para o cargo de Suplente de Secretário. O Vereador Túlio Mota Salgado recebeu os votos de: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado. O Vereador Juscélio Bernardino Braz recebeu os votos de: Juscélio Bernardino Braz e Maurílio Rodrigues dos Reis. Então, foi eleito Suplente de Secretário da Câmara o Vereador Túlio Mota Salgado, com sete votos. Assim, a Mesa Diretora da Câmara para o biênio de 2015/2016 ficou composta da seguinte forma: Presidente da Câmara, Jorge Luís Martins Soares; Vice-Presidente, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes; Secretário, Paulo Henrique da Silva; e Suplente de Secretário, Túlio Mota Salgado. A sra. Presidente disse que a posse da nova Mesa Diretora acontece no dia primeiro de janeiro de dois mil e quinze, e consultou qual o horário seria melhor. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis perguntou se era obrigado a vir. O Vereador Túlio Mota perguntou qual o quórum é necessário para a posse, e disse que isso pode ser visto depois. Após consenso, ficou definida que a sessão de posse será às 17 (dezesete) horas. O Vereador Jorge Luís Martins Soares, eleito Presidente da Câmara, fez breve agradecimento. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes se pronunciou em agradecimentos. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e quinze minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou. (ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

TERMO DE ENCERRAMENTO

Neste Livro, que contém 97 (noventa e sete) folhas numeradas sequencialmente, foram lavradas as atas das sessões da Câmara Municipal de Rio Pomba de 01/01/2014 (primeiro de janeiro de dois mil e quatorze) até 31/12/2014 (trinta e um de dezembro de dois mil e quatorze).

Para constar, lavrou-se o presente Termo que eu, Secretário, assino com o senhor Presidente.

Rio Pomba/MG, 05 de fevereiro de 2015.

VEREADOR PAULO HENRIQUE DA SILVA
Secretário

VEREADOR JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara